

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

**A pedagogia nas relações sociais no campo brasileiro:
a ação educativa da Comissão Pastoral da Terra
(1975 a 1995)**

**DIVINA MARIA CARLOS
GOIÂNIA, 2000**

DIVINA MARIA CARLOS

**A pedagogia nas relações sociais no campo brasileiro:
a ação educativa da Comissão Pastoral da Terra
(1975 a 1995)**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação Brasileira.

Orientador: Prof. Dr. Jadir de Moraes Pessoa.

GOIÂNIA, 2000

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

**A pedagogia nas relações sociais no campo brasileiro:
a ação educativa da Comissão Pastoral da Terra
(1975 a 1995)**

Aluna: Divina Maria Carlos

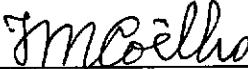
Orientador prof. Dr. Jadir de Moraes Pessoa

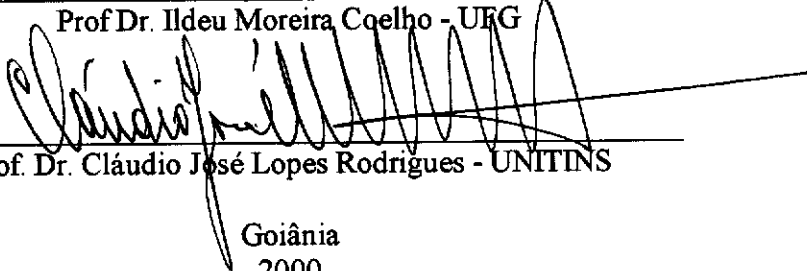
Dissertação apresentada à Faculdade de Educação como
requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em
Educação Brasileira.

Goiânia, 11 de dezembro de 2000

COMISSÃO EXAMINADORA


Prof. Dr. Jadir de Moraes Pessoa - UFG


Prof. Dr. Ildeu Moreira Coelho - UFG


Prof. Dr. Cláudio José Lopes Rodrigues - UNITINS

Goiânia
2000

O tempo é de cuidado, companheiro.
É tempo sobretudo de vigília.
O inimigo está solto e se disfarça,
Mas como usa botinas, fica fácil
distinguir-lhe o tacão grosso e lustroso
Que pisa as forças claras da verdade
e esmaga os verdes que dão vida ao chão.

Thiago de Mello, Canto em tempos de cuidados, Lisboa, 1974.

AGRADECIMENTOS

Ciente de que não nomearei todos quantos de uma forma ou de outra, contribuíram com este trabalho, pois a construção de cada saber passa pela vivência de cada dia, agradeço:

Ao professor, orientador Jadir Pessoa, que com paciência, incentivou e respeitou meus limites;

Aos meus filhos pela (im) paciência em deixá-los de lado, um pouco;

Ao João Batista Valverde por me acompanhar, me incentivar e ajudar sempre que se fizesse necessário.

SIGLAS

- ABC Paulista – Cidades industriais de Santo André, São Bernardo e São Caetano em São Paulo
ABI – Associação Brasileira de Imprensa
AERP – Assessoria Especial de Relações Públicas
AI 5 – Ato Institucional nº. 5
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
CBA – Comitê Brasileiro pela Anistia
CEAS – Centro de Estudos e Ação Social
CEB – Comunidade Eclesial de Base
CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEF – Caixa Econômica Federal
CELAM – Conselho Episcopal Latino-Americano
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CTL – Centro de Treinamento de Líderes
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos
DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
GERA – Grupo Executivo de Reforma Agrária
GETAT – Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IDAGO – Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
INTERPA – Instituto de Terras do Pará
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MEB – Movimento de Educação de Base
MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização
NOEI – Nova Ordem Econômica Internacional
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PDS – Partido Democrático Social
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PEA – População Economicamente Ativa
PIB – Produto Interno Bruto
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SNI – Serviço Nacional de Investigação
SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UDR – União Democrática Ruralista
UFG – Universidade Federal de Goiás
UNE – União Nacional dos Estudantes

APRESENTAÇÃO

Quando produzimos alguma reflexão teórica, normalmente o que se apresenta é o resultado da reflexão. Os leitores têm acesso ao resultado final, reelaborado, revisado, pronto. É comum que todo o processo que envolve as etapas anteriores ao resultado, fique encoberto, não se apresentando as dificuldades, as dores, enfim a gestação e o parto.

Este trabalho congrega experiências diversas que vivi, indignações com a estrutura capitalista e com a conjuntura política que exclui, ou em termos atuais, que inclui marginalmente. Atuei em movimentos sociais desde minha adolescência. Em Trindade, minha cidade, participei das discussões para a criação do Partido dos Trabalhadores. Naquela época acreditávamos que bastavam homens bem intencionados, que tivessem valores humanísticos universais para transformar o país.

Ignorávamos dificuldades de articulação, entraves burocráticos. Morei por seis anos na Vila São José Bento Cottolengo, uma espécie de asilo para deficientes mentais e físicos. Queria descobrir formas de evitar o abandono, evitar que pessoas ficassem jogadas, devido a deficiências. Sabia que o número de deficientes por questões genéticas era pequeno, a maioria se devia à falta de cuidados à mãe e à criança, antes, durante e no pós-parto. Em muitos casos, cuidados nutricionais.

Criamos, a partir da Vila, uma comunidade chamada Vida Nova, em que tentamos organizar uma cooperativa para a construção de casas e ainda o que chamamos projeto horta caseira, conjugada a um pequeno galinheiro. Nestas atividades tivemos

como parceiros a UFG, na forma de projeto de extensão. Foi meu primeiro contato com pessoas ligadas à Universidade.

Apaixonei-me pela capacidade reflexiva daqueles professores, no sentido de analisar e explicar a realidade. Decidi-me que iria cursar uma universidade. Fui aprovada no Curso de Ciências Sociais da UFG, terminei o bacharelado, optei pela licenciatura que exige um ano a mais. Já morava em Goiânia e trabalhava no Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, e acompanhava alguns meninos em regime de "liberdade assistida". Foi um tempo em que vivi profundamente as suas dores.

Por ironia, fui mandada embora do Movimento, do qual eu era secretária regional, devido à gravidez de minha primeira filha. É claro que não foi durante a gravidez, pois a lei não permite. A demissão ocorreu por volta do quarto mês de vida da criança. Prestei um concurso para bolsista do CNPq, num convênio com a CPT Nacional e a UFRGS. Trabalhei então com o prof. José Vicente Tavares dos Santos, durante três anos. Aprendi muito, e me apaixonei pela documentação que a CPT realizava. Eu já participava de outras instâncias da CPT, como a CPT Arquidiocesana, ligada ao Regional Goiás e para mim foi muito especial perceber o poder da palavra, da denúncia.

Acho que as pessoas do secretariado gostaram do meu trabalho, pois quando terminou o convênio, eles me contrataram. Trabalhei dez anos com a documentação, participei de outros trabalhos com o prof. José Vicente. Tive oportunidade de aprender com ele que vinha sempre assessorar o secretariado em Goiânia.

Esses passos permeados por muitos outros às vezes parecem não ter tanta importância na memória. Hoje é com imenso carinho que exponho este trabalho, e vejo realizado nele o sonho de ir à universidade.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 O CONTEXTO POLÍTICO DA VIOLÊNCIA NO CAMPO	21
1.1 Tinha uma pedra no meio do caminho – o voto	21
1.2 A sociedade civil: sindicalismo e anistia	28
2. O POLÍTICO E O RELIGIOSO NA CONSTRUÇÃO DA CPT	38
2.1 Grandes projetos e violência no campo	38
2.2 A pastoral social chega ao campo	45
2.3 Da gravidez e dos parteiros	48
2.4 O <i>pastoral</i> como legitimação	51
3. PODER SIMBÓLICO E CONFLITO DE SABERES	58
3.1 O b-a, bá da denúncia	62
3.2 A denúncia vai à escola	66
3.3 Fazendo as contas da violência	69
3.4 Em <i>campo</i> um novo sujeito social – o ocupante de fazenda	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	86
ANEXOS	91

RESUMO

Este trabalho procura realizar uma leitura bourdieuniana da realidade rural brasileira nos anos de 1975 a 1995, focada nas ações educativas da Comissão Pastoral da Terra. A pretensão é compreender essas ações como processos educativos não formais, mas definidores de uma postura de crítica social e de intervenção na realidade. Ainda que não se negligenciem as análises históricas, busca-se prioritariamente entender a violência como processo portador de uma docência, ou seja, que pretende ensinar aos "sem terra" a obediência ao "direito" de propriedade, tal como definido nas sociedades burguesas. Em contrapartida, as estratégias de enfrentamento dessa mesma violência, bem como as novas formas de luta pelo acesso e permanência na terra, produzem um outro tipo de saber, contrário ao primeiro, portanto, um *contra saber*, ou, um *saber social* capaz de influenciar a resistência camponesa.

ABSTRACT

In this work the Brazilian rural reality between 1975 and 1995 is being analysed from a Bourdieustic perspective, focusing the educational activities of the Land Pastoral Commission (CPT). The intention is to understand their activities as non-formal educational processes, that at the same time define a critical social view and intervention in reality. Although historical analysis are not being neglected, the work tries to understand how violence represents a teaching process, that shows how property rights should be obeyed. On the other hand, strategies of facing this same violence and new forms of struggle for access to and remain on land also build another type of knowledge, an *anti-knowledge* or social knowledge, which is able to influence peasant resistance.

INTRODUÇÃO

O processo histórico brasileiro é ricamente estudado por vários historiadores, sociólogos, antropólogos. Este trabalho não pretende, portanto, reelaborar, recompor ou mesmo reconstruir a história do Brasil. Não pretende fazer história, mas, com a ajuda de historiadores e sob a orientação teórica bourdieuniana, ir captando as relações e interrelações do processo histórico em que o Brasil foi se forjando, no que diz respeito aos conflitos no campo.

Trata-se de tentar perceber as relações de força em *campo* nos momentos históricos determinantes e demonstrar que a conflitividade do poder que perpassa essas relações vai efetivando a realidade possível numa construção histórica constituída enquanto verdade do vencedor e obscurecida como verdade do vencido.

A realidade objetivada se veste de verdade, por ser justamente o real possível nas condições históricas, sociais, econômicas, culturais, na amplitude do jogo de relações que se estabeleceu. O campo está disposto conforme essas possibilidades e forças de poder, de atuação. Não há trégua nesse jogo. O real se forja a cada ação, a cada representação, configurando-se, não por sorte ou azar, mas pelo poder colocado e representado por cada um.

O problema proposto neste estudo foi o da observação dos componentes históricos que levaram a Comissão Pastoral da Terra a documentar os conflitos no campo no Brasil e que resultaram em uma publicação anual, intitulada "Cadernos de

Conflitos”¹. Queríamos compreender na ação de denúncia que a CPT realizou das várias formas de violência no campo, como ela foi construindo sua análise interpretativa do conflito e da violência e, como esta análise foi possibilitando uma intervenção dos trabalhadores rurais no campo de ação estabelecido.

A pesquisa realizada, no entanto, não foi a idealizada e proposta no projeto inicial. Havia a intenção de realizar uma pesquisa etnográfica para a coleta de alguns dados, através de entrevistas e questionários. Muitos foram os fatores que contribuíram para a não realização desse projeto inicial. Contamos, porém, com uma pesquisa exaustiva dos Cadernos de Conflitos, nossa principal fonte, além de publicações outras da CPT, de dissertações (RIBEIRO, 1999; CRUZ, 2000) e publicações acerca do nosso objeto.

A leitura interpretativa proposta neste trabalho toma Pierre Bourdieu como referencial teórico, que caracteriza o conflito social como processos relacionais entre classes, frações de classes e grupos sociais, configurando-se, portanto, num campo de disputa onde se estabelece a relação entre os indivíduos, que supõe defesa, manutenção ou conquista de poder. No conflito social existe a possibilidade de negociação entre as partes, a agregação de *capital social* a uma das partes, devido a alianças estabelecidas ou até mesmo a consenso, definindo sempre a *disputa do espaço no campo de conflito*.

O uso da força pode ser uma das formas que uma das partes utiliza para definir sua posição no *campo social*. O recurso à violência por uma das partes em *jogo*, para defesa e manutenção de seu poder, pode ser considerado em última instância, uma

¹ Uma outra publicação da CPT, na sua Regional de Goiás, o boletim “O Plantador”, também já foi objeto de estudos no Mestrado em Educação Brasileira da FE/UFG (Ver: RIBEIRO, 1999). Ainda neste Programa, a participação da CPT na luta pela terra no antigo norte goiano, mais especificamente no Município de Formoso do Araguaia, hoje Tocantins, constituiu um segundo estudo. Trata-se de: José Adelson da CRUZ, “A luta pela terra, práticas educativas e saberes no médio Araguaia-Tocantins”, Mestrado em Educação Brasileira, FE/UFG, 2000.

forma de ensinamento ao grupo oposto, no sentido de que o poder estabelecido, a posse do poder de mando que define que as regras do jogo lhe pertencem e que o outro segmento deverá aprender e transmitir este aprendizado. Mas o uso da força, da violência, num campo de relações sempre supõe uma reação.

Pensada no âmbito agrário brasileiro, podemos dizer, a violência foi e é utilizada como uma forma de pedagogia, de ensinamento do direito positivo, da obediência à propriedade privada. Um exemplo disto está nas prisões de lideranças de trabalhadores rurais, nos assassinatos e, mais recentemente, na criminalização das ocupações de terras. Relatos desta pedagogia da violência podem ser observados nas publicações da Comissão Pastoral da Terra e ao longo deste trabalho.

O que tentamos demonstrar aqui, em contrapartida, é que a reação a esta violência se configura também num ensinamento, considerando que a CPT, com a sua denúncia em momentos históricos de tensão, consegue potencializar uma contraposição ao ensinamento da violência. Coube-nos investigar se a CPT, com a sua colaboração e parceria, consegue *agregar capital social* suficiente para reestruturar o campo de ação dos trabalhadores rurais, conferindo-lhes maior mobilidade de ação e poder de negociação.

Este trabalho, portanto, busca analisar o processo educativo num sentido amplo. O processo de conscientização, que é também de aprendizado se configura em todos os âmbitos da vida. Neste sentido Walderês Loureiro² estabelece que,

Na educação, a luta de classes caracteriza-se por ser uma luta ideológica e uma luta pela aquisição de diferentes tipos de saber e de habilidades. A educação é utilizada pela classe dominante como instrumento de elaboração e difusão de sua ideologia (...) mas, a educação não é uma ação exclusiva do sistema escolar, mesmo porque aqueles marginalizados pelo sistema têm suas

² Ver também. PESSOA, 1999.

formas educativas. Em minha nova concepção, educação é, antes de tudo, formação da consciência, aquisição de conhecimento do real, aquisição essa que se faz em sociedade. Os homens educam-se, adquirem consciência na relação que estabelecem entre si e com a natureza em condições concretas de vida. A educação portanto, faz-se não só na prática escolar, mas nas diversas práticas

(WALDERÊS, 1988, p. 20).

Bourdieu analisa a sociedade como constituída por espaços em que se realizam as ações dos atores sociais. Nesse *locus*, os atores sociais são indivíduos quando internalizam e subjetivam ações objetivadas, e sujeitos ao passo que agem objetivamente a partir das normas sociais. O *locus* da ação é, portanto, um campo multidimensional em que as relações de poder estão estabelecidas histórica, social e culturalmente, constituindo-se também como espaços de aprendizado.

Os diferentes campos de ação estão entrelaçados socialmente e constituem a rede de relações sociais. Assim um indivíduo, em suas relações cotidianas, está sempre internalizando normas sociais e exteriorizando essas normas a partir de sua subjetividade como pertencentes a um grupo ou classe social e particularizada no indivíduo, nas relações estabelecidas historicamente e contextualizadas socialmente.

Para Bourdieu a luta pelo poder compreende os campos econômico e cultural, que são opostos e o uso de estratégias para a sua reprodução é buscado, não só como forma de assegurar o poder, mas também como tentativa de conquistá-lo. Assim, existe sempre um embate, tanto no nível macro da sociedade, como nas relações pessoais.

Os indivíduos herdam um capital cultural, social e familiar, que é diferenciado devido aos grupos ou classes aos quais pertence e mesmo aos valores relativos a esses grupos. A busca de mais capital cultural, varia também de acordo com esses valores, que em suma estão condicionados pela busca de estabelecimento ou de

manutenção de poder. Bourdieu trabalha a idéia de que as relações sociais estão permeadas pela luta de poder. Poder este que define de certa forma as estratégias necessárias de atuação no interior dos campos.

Ele estabelece a necessidade de se pensar relacionalmente este poder, porque a sociedade não se constitui de espaços definidos, mas são...

(...) As relações de forças entre as posições sociais que garantem aos seus ocupantes um quantum suficiente de força social – ou de capital – de modo a que estes tenham a possibilidade de entrar nas lutas pelo monopólio do poder entre as quais possuem uma dimensão capital as que têm por finalidade a definição da forma legítima do poder.

(BOURDIEU, 1989, p. 28-29)

Pensar os espaços sociais (político, econômico, religioso, intelectual) de forma relacional implica pensar as ações individuais inseridas nestas relações e, por isso, os limites do campo de ação são difíceis de serem determinados. Para compreender o *locus* da ação social Bourdieu (Apud: ORTIZ, 1994, p. 15) trabalha a noção de *Habitus* que para ele é um

(...) sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente 'regulamentadas' e 'reguladas' sem que por isso sejam o produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha necessidade da projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação organizadora de um maestro.

Nesta concepção analítica o *habitus* se configura como sistema de ações nas quais as estruturas estruturadas definem normativa e valorativamente o *modus operandi*, havendo também na ação a potencialidade de transformação das estruturas estruturadas em estruturas estruturantes. Desta forma a ação se define como objetividade/subjetividade com potencialidade de transformação, mediatizada nas relações sociais.

Bourdieu trabalha com a idéia de objetividade e coerção social já definida por Durkheim, em que a ação individual é objetivada pelas normas e valores socialmente estabelecidos e culturalmente inculcados; porém não se detém nessa objetividade positivista, mas trabalha também com o conceito weberiano compreensivista, segundo o qual as ações subjetivadas compõem as tipologias sociais, oferecendo a possibilidade da compreensão da realidade. Bourdieu compõe a partir de Durkheim e Weber a objetivação social numa subjetivação da ação internalizada pelos indivíduos, e indo para além destes dois conceitos, ele introduz a luta de poder nas relações de classe, assim como é elaborada por Karl Marx, como poder coercitivo estabelecido e efetivado nas relações sociais reais.

Bourdieu em seu conceito de *habitus* se aproxima da perspectiva sartriana da interiorização do exterior e a exteriorização da interioridade (SARTRE, 1987), estabelecidos numa ação contextualizada de relações de classes em luta pela hegemonia ideológica. O conhecimento praxiológico se insere como superação e ao mesmo tempo conservação do objetivismo. Aqui Bourdieu faz a mediação entre agente social e sociedade, pela qual um não se estabelece de modo privilegiado sobre outro.

O *habitus* contém a objetividade posta na sociedade, em seu processo de construção das normas e atitudes social e culturalmente constituídas e, ao mesmo tempo, contém a subjetividade particularizada, na internalização destas normas e atitudes e mediatizadas ou efetivadas na possibilidade das relações sociais concretas. O *habitus* se estrutura, portanto, como social, na incorporação das normas sociais e, individual, enquanto pertencente a um grupo ou a uma classe; e quando interiorizada, implica numa subjetivação estabelecida numa relativa homogeneidade de grupo ou classe.

O *habitus* se coloca como um sistema de disposições para a percepção e apreciação das ações realizadas em determinadas condições sociais. Esse *locus* da ação no qual se insere o ator social é definido por Bourdieu como *campo*. Este se caracteriza como espaço de luta, ou *locus* da “adequação entre ação subjetiva e objetividade da sociedade” (Idem, p.19), e que é definido socialmente. Assim, na medida em que a distribuição dos bens materiais e simbólicos é diferenciada e desigual, a ação tende a reproduzir relações diferenciadas e desiguais.

São os esquemas generativos que orientam e determinam as escolhas estéticas e fundamentam as posturas políticas e ideológicas de cada classe. A luta de classes por sua vez, pode ser observada pelo estilo de vida de cada uma delas. A ação do ator social se encontra *objetivamente estruturada*, contendo uma potencialidade determinada socialmente. O *habitus* e a situação ocorrem num espaço que transcende as relações entre os atores; a eficácia da ação encontra-se de certa forma “prefigurada” pelas condições sociais de cada ator, ou seja, as relações de poder, o “*quantum* social que determina a posição” (Idem: p. 21) social de cada agente, particularizados no campo, no *locus* da ação.

A divisão do campo social entre dominantes e dominados é trabalhada por Bourdieu a partir dos conceitos weberianos de ortodoxia e heterodoxia, desenvolvidos na sociologia da religião.

Ao pólo dominante correspondem as práticas de uma ortodoxia que pretende conservar intacto o capital social acumulado; ao pólo dominado, as práticas heterodoxas que tendem a desacreditar os detentores reais de um capital legítimo.

(BOURDIEU, 1994, p.22).

Assim, segundo Bourdieu, embora antagônicas, as ações ortodoxas e heterodoxas, partilham os mesmos pressupostos de ordenamento que possibilitam o

funcionamento do campo. “Dominantes e dominados são necessariamente coniventes, adversários e cúmplices que, através do antagonismo, delimitam o campo legítimo da discussão” (Idem, p. 23). Neste âmbito existe o “consenso operacional”, desenvolvido por “Goffman, para quem os participantes de uma interação contribuem para uma única definição geral da situação” (Idem, p. 23-24).

Bourdieu entende “que as relações entre os homens se constituem em relações de poder, (...) reproduzem o sistema objetivo de dominação interiorizado enquanto subjetividade” (BOURDIEU, 1994, p.25-26). Desta forma a reprodução da sociedade não se limita às esferas da ideologia do Estado, mas são interiorizadas e compõem um conjunto de escolhas e de conhecimentos, e o *habitus* tenderia a essa reprodução, dentro do campo social estabelecido historicamente. O próprio movimento histórico tenderia a essa reprodução hierarquizada da sociedade, não fosse a possibilidade que Bourdieu percebe, da potencialidade da ação do ator social, embora em campo determinado, histórica e socialmente dado. É também proposto como possibilidade de uma “variante social”. Para Gramsci também “toda hegemonia é sempre momento de reprodução e de transformação” (BOURDIEU, 1994, p. 29).

A noção de “*Campo*”, portanto, para Bourdieu, é “uma configuração de relações objetivas e de posições ocupadas por agentes – pessoas e instituições – constituídas por interesses específicos”, ou seja, “um jogo, um lugar de relações de forças, cada uma delas procurando ocupar a melhor posição em relação ao objetivo principal do jogo” (PESSOA, 1999), podendo pressupor também estabelecimentos de alianças e de acordos.

1. O CONTEXTO POLÍTICO DA VIOLÊNCIA NO CAMPO

1.1 Tinha uma pedra no meio do caminho – o voto

Com o governo Médici, acreditava-se que o Brasil havia reunido todas as condições necessárias para ingressar no rol das grandes potências. Para que isso de fato acontecesse era necessário, no entanto, resolver alguns problemas crônicos do processo de desenvolvimento do país. Dentre eles, constava o da melhor distribuição da população e um melhor aproveitamento do território. Contra os que se pronunciavam a favor de medidas de controle da natalidade argumentava-se com a existência de enormes espaços vazios. O preenchimento desses espaços mediante a colonização, poderia não só melhorar a sorte daqueles que eram excluídos dos benefícios do crescimento econômico, como também fortalecer áreas sensíveis estrategicamente, como a Amazônia, alvo da cobiça das grandes potências.

Para dar consecução a essa onda de integração da Amazônia ao ecúmeno nacional, em outubro de 1970 foi lançado o projeto de construção da Rodovia Transamazônica. O resultado de tal projeto seria a oferta de terras e trabalho aos imigrantes nordestinos, ao mesmo tempo em que se lançavam as bases para uma saída para o Oceano Pacífico, em cooperação com o vizinho Peru.

Além desse, outros projetos foram implementados. No setor agrário, criou-se o INCRA, em 1970, que substituiu o INDA, o IBRA e o GERA. Ao contrário desses antigos órgãos, que trabalhavam na direção da reforma agrária, o novo órgão assumiu a prioridade de expandir a fronteira agrícola.

Em 1971 foi criado o PIS, um fundo extraído das empresas, com base no salário dos trabalhadores, a ser gerido pela CEF, cujos rendimentos seriam revertidos periodicamente para os trabalhadores. Para combater o analfabetismo, foi lançado o MOBRAL presidido pelo economista Mario Henrique Simonsen.

Em 1972 começou a ser colocada em pauta a questão da sucessão do General Emílio Garrastazu Médici na presidência da República. Contudo, o próprio Médici determinou que o partido governista (ARENA) se abstinhasse de tocar no assunto, deixando-o para o ano seguinte. Ao mesmo tempo, a censura oficial proibia que a imprensa publicasse matérias, especulando sobre como se daria o processo sucessório. Em protesto a tal situação, o Estado de São Paulo e o Jornal da Tarde publicavam nos espaços vazios deixados pelos cortes dos censores, versos de Camões e receitas de bolo, chamando a atenção dos leitores para a ação da censura.

Por outro lado, no interior do aparato estatal, duas correntes se opunham disputando o posto presidencial. Uma constituída pela chamada linha dura, que propunha a manutenção da férrea centralização política mediante uma maior ideologização do regime. Outra propunha uma institucionalização do regime através de uma liberalização, com vistas a promover uma distensão. A segunda corrente, a dos Castelistas, tinha por candidato o General Ernesto Geisel, assessorado pelo General Golbery do Couto e Silva.

O MDB, por sua vez, decidiu por uma postura política mais agressiva, denunciando a farsa do processo político-partidário brasileiro. Desse modo, o partido lançou as candidaturas do presidente do partido, Ulisses Guimarães, para presidente, e de Barbosa Lima Sobrinho, presidente da ABI, para vice-presidente. Apesar de todas as

restrições impostas pela censura, ambos percorreram todo o Brasil realizando uma pregação democrática, cujo lema era "Navegar é preciso. Viver não é preciso".

Em 15 de janeiro de 1974, o colégio eleitoral sufragou por maioria esmagadora, como já se esperava, o nome do General Ernesto Geisel, que recebeu 400 votos, ao passo que o antecandidato Ulisses Guimarães recebia apenas 76. Como forma de protesto e denúncia, 23 deputados do MDB, chamados autênticos se abstiveram de votar.

Ernesto Geisel e seu vice-presidente, Adalberto Pereira dos Santos, foram empossados no dia 15 de março de 1974. Sua ascensão à presidência criou um clima de otimismo motivado por seu compromisso de dar início a um processo de distensão política. O slogan oficial adotado pelo governo, "continuidade sem imobilidade", supunha a disposição de instaurar um diálogo com os setores oposicionistas, a Igreja e os intelectuais. Buscava-se então criar uma base institucional mais segura para essa transição. As constantes violações dos direitos humanos e a ação cerceadora da censura, típicas do período governativo de seus antecessores, pareciam abrandar. Para o cumprimento desse processo "lento, gradual e seguro" de redemocratização, Geisel tinha como principais metas garantir maior solidez à ARENA, controlando, de um lado, os militares de linha dura, e, de outro, a esquerda mais radical.

Ao contrário de Garrastazu Médici, Ernesto Geisel era avesso à publicidade. De temperamento fechado, tinha um estilo imperial de governar, prezando sobremaneira a dignidade do cargo. Daí que uma de suas primeiras medidas consistiu em rebaixar o status da Assessoria Especial de Relações Públicas, que tivera atuação incessante no governo Médici.

Competia ao governo Geisel administrar a economia brasileira na sua fase pós-milagre. Contra as expectativas otimistas que se tinha, a partir de 1973, o crescimento econômico perdeu seu impulso. A determinação da OPEP de usar o petróleo como arma política nas relações com as potências capitalistas, contingenciando a produção e quadruplicando o preço do petróleo, atingiu não apenas as grandes potências, mas também o Brasil. Importando 80% do petróleo utilizado, o Brasil tornou-se altamente vulnerável à crise.

Todavia, a política de Geisel, definida no II PND, era a de não se entregar. O objetivo contido no II PND era o de perseguir o desenvolvimento, diminuindo a dependência do país em relação às fontes externas de energia, ao mesmo tempo em que considerava fundamental o desenvolvimento das indústrias de base, como comunicações, ferrovias, navegação e portos. Considerando os colossais investimentos necessários ao desenvolvimento desses setores básicos e a sua baixa rentabilidade em curto prazo, o Estado se impunha como o principal investidor direto. Enfim, um programa econômico que primava pelo nacionalismo e pela busca do robustecimento do poder nacional.

Relativamente aos índices de crescimento, o governo Geisel teve um bom desempenho. Em 1974 o PIB cresceu 9,8%, em 1975, 5,6%, em 1976, 9,0%, em 1977, 4,7%, em 1978, 6,0%, e em 1979, 6,4%. No entanto, apesar da relativa expressividade dos índices, o grande problema gerado pelo crescimento foi o fato de ter sido realizado mediante um grande endividamento externo.

Com o governo Geisel a política externa brasileira sofreu uma surpreendente mudança, abandonando a teoria das fronteiras ideológicas e se atando os princípios estabelecidos pela Política Externa Independente, de começos dos anos 60. O

que equivale a dizer que o Brasil procurou se integrar à luta conduzida pelo conjunto do Terceiro Mundo, no sentido de se promover uma NOEI. Essa política, nomeada pelo governo de "pragmatismo responsável e ecumênico", começou a se revelar quando o Brasil reconheceu imediatamente o governo revolucionário português.

Em sentido global, o pragmatismo responsável se constituiu numa abertura de relacionamentos internacionais, com vistas a proporcionar mercados para as manufaturas brasileiras e reforçar a frente política que se opunha ao poder hegemônico das duas superpotências, Estados Unidos e União Soviética.

Em termos práticos, tal política se traduziu em uma série de decisões espetaculares. O estabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China, em agosto de 1974; o pronto reconhecimento da República Popular de Angola, em janeiro de 1975; a condenação da política de apartheid na ONU, assim como o voto contrário ao sionismo. Essas foram parte integrante dessa mudança operada pelo Itamarati, tendo à frente o Chanceler Azeredo da Silveira.

No plano bilateral houve uma grande tensão nas relações entre o Brasil e os Estados Unidos. A este não agradava a política terceiro-mundista seguida pelo Brasil, sobretudo porque tal política se confrontava com a americana em algumas áreas-chaves, como o tratamento dado ao Oriente Médio e a África Austral. Contudo, a decisão do governo brasileiro de denunciar o Acordo Militar de 1952, não o renovando em 1975, como represália às pressões americanas sobre a situação dos direitos humanos no Brasil, e a assinatura do Tratado Nuclear com a Alemanha, também em 1975, foram as que geraram mais problemas. Tornava-se clara para os Estados Unidos a disposição do governo Geisel de participar mais ativamente do processo decisório internacional,

mesmo que para isso tivesse que se confrontar com os Estados Unidos (FAUSTO, 1999; LINHARES, 1990).

Estavam marcadas eleições para o Congresso Nacional em novembro de 1974. Tudo indicava que a máquina política da ARENA mais uma vez trituraria o MDB, tal e qual ocorrera em 1970 no governo Médici. No entanto, três fatores em especial concorreram para que o resultado das urnas fosse diferente. O primeiro deles, foram as dificuldades econômicas que começavam a repercutir na população. Se o milagre econômico foi uma peça importante na vitória governista de 1970, o fim do milagre e os problemas decorrentes iam se voltar contra o governo. O segundo fator foi o uso da televisão como veículo de propaganda eleitoral. Assim, pôde o MDB investir contra a falta de justiça social, denunciando a má distribuição de renda, a falta de liberdades civis, apontando as violações dos direitos humanos. Investiu também contra a desnacionalização da economia, denunciando o controle dos capitais estrangeiros sobre a economia brasileira. Finalmente, o terceiro fator a conspirar contra a vitória da ARENA, foi a decisão das esquerdas de fazer campanha pelo MDB. Nas eleições de 1970, haviam feito campanha pelo voto nulo. Em 1974, porém, consideraram que valia a pena forçar a abertura do regime mediante o voto.

O resultado das eleições surpreendeu o governo, que confiava na capacidade eleitoral dos políticos da ARENA. Na Câmara dos Deputados, o MDB quase dobrou sua representação. De 87 deputados federais, passou para 165, e a ARENA teve sua representação reduzida de 223 para 199 deputados. No Senado Federal, a representação do MDB que era de 7, passou para 20 senadores, a ARENA teve sua bancada reduzida de 59 para 46 senadores. Além do mais, alguns casos específicos revelaram bem a dimensão da derrota da ARENA. No Maranhão, o candidato da ARENA ao Senado

obteve menos votos, que os votos nulos e em branco, já que nesse Estado o MDB não apresentou candidato. Em São Paulo, outro caso expressivo, o até então desconhecido Orestes Quércia derrotou por ampla margem o forte candidato Carvalho Pinto, figura tradicional e respeitável da política paulista (FAUSTO, 1999).

O programa de distensão do governo Geisel supunha a formação de uma sólida maioria da ARENA no Congresso. Isso permitiria um gradual relaxamento dos mecanismos autoritários, sem que o regime perdesse o controle sobre o processo das decisões políticas. Todavia, a expressiva vitória obtida pelo MDB nas eleições de 1974 comprometeu esses planos. A perspectiva era de que o MDB ampliasse ainda mais sua bancada no Congresso, nas eleições de 1978. Caso isso viesse a se confirmar, tornar-se-ia inevitável um confronto entre a oposição e o governo.

Para evitar que o confronto acontecesse, o governo reagiu fazendo uso de suas prerrogativas autoritárias. Em função do bloqueio imposto pelo MDB à reforma do Judiciário pretendida pelo governo, o Congresso foi fechado e, valendo-se do AI-5, Geisel passou a governar por decreto. No dia 13 de abril de 1977, Geisel assinou a Emenda Constitucional N. 7. Por ela, ficava aprovada a reforma judiciária na sua versão original, sem as emendas propostas pela MDB. Seus pontos principais consistiam na criação do Conselho de Magistratura, que disciplinava a atuação dos juizes, e na lei que determinava que os militares só poderiam ser julgados por seus próprios pares.

No dia 14 de abril, foi assinada a Emenda Constitucional N. 8 que alterava a legislação eleitoral, e que ficou conhecida como "Pacote de Abril". Conforme o "pacote", as eleições para os governos estaduais, previstas para 1978, voltavam a ser indiretas. A Lei Falcão, baixada em 24 de junho de 1976, até então restrita às eleições municipais, foi estendida a todas as demais instâncias eleitorais. Por esta lei os

candidatos não poderiam mais aparecer ao vivo no rádio e nem na televisão durante a campanha eleitoral; a campanha fazia-se mediante a apresentação da fotografia do candidato, e um locutor lia o seu currículo.

A duração do mandato presidencial passou de 5 para 6 anos. As decisões no Congresso deixavam de ser efetuadas através da lei dos 2/3 e passava a ser feita através da maioria simples. E, enfim, o “pacote” determinou que 1/3 das cadeiras do Senado passassem a ser preenchidas pelo voto indireto das assembleias estaduais. Tais senadores logo foram alcunhados de “senadores biônicos”; denominação que ridicularizava os agraciados com a escolha, em virtude da sua completa falta de legitimidade (FAUSTO, 1999; LINHARES, 1999).

1.2 A sociedade civil: sindicalismo e anistia

Conquanto a prática política do governo permanecesse assentada nos instrumentos arbitrários, a anunciada intenção de promover a distensão provocou o despertar da sociedade civil, exigindo a aceleração do processo de redemocratização. A decretação do “Pacote de Abril”, em aberta contradição com os objetivos propostos, gerou manifestações da sociedade civil cada vez mais desassombradas.

Às entidades tradicionais e bem conhecidas na sua luta pelo estado de direito, somaram-se entidades novas que se foram organizando em função da luta contra os atos arbitrários do regime militar. Um número crescente de organizações da sociedade civil passou a engajar-se na lutar pela democratização das relações de poder no Brasil: Ordem dos Advogados do Brasil, Associação Brasileira de Imprensa, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Comitê Brasileiro pela Anistia,

Comunidades Eclesiais de Base. Estas últimas, exprimindo o inconformismo da Igreja e dos católicos contra o estado de coisas. Ao mesmo tempo, uma nova geração de estudantes que não haviam vivido as lutas de 1968, começaram a se organizar tentando reconstruir a UNE. Embora a perseguição policial continuasse, o movimento só tendia a se ampliar, mesmo depois da violentíssima invasão da PUC de São Paulo perpetrada pelo coronel Erasmo Dias, Secretário de Segurança do Estado, em setembro de 1977.

No setor operário o mesmo fenômeno acontecia. Inviabilizada a luta trabalhista através de grandes sindicatos, a classe operária passou a se organizar dentro das fábricas, concentrando suas reivindicações na esfera trabalhista *stricto sensu*. Simultaneamente, foram brotando novas lideranças afins com o novo tipo de sindicalismo. Dentre elas, a mais importante foi a de Luís Inácio da Silva, surgida no ambiente operário da região do ABC de São Paulo. Sua imagem se projetou nacionalmente quando, em 1977, liderou uma greve por reposição salarial, provando, por meio de documentos do Banco Mundial e do DIEESE, que o governo havia falsificado os índices inflacionários, ludibriando os trabalhadores. No ano seguinte, em 1978, reeleito para a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, liderou nova greve envolvendo cerca de 150 mil metalúrgicos, o primeiro grande movimento grevista de âmbito nacional desde 1968.

A política de distensão empreendida por Geisel gerou resistências no círculo militar, especialmente nos meios ligados diretamente à repressão. Na percepção ultra-autoritária desses setores, Geisel e seu chefe do Gabinete Civil, Golbery do Couto e Silva, estavam traido os ideais de 1964 de eliminar a corrupção e, sobretudo, a subversão do país. Não se conformavam, por exemplo, com um certo relaxamento da censura sobre os jornais, como a suspensão da censura prévia do jornal *O Estado de São*

Paulo, embora, é verdade, a censura prévia sobre *Veja*, *Pasquim*, *Opinião*, permanecesse. Em reação ao que consideravam um desvio grave dos rumos do movimento de 1964, os militares insatisfeitos procuraram opor obstáculos às medidas liberalizantes do governo Geisel.

O desconforto com essas medidas de distensão e a reação a elas, objetivaram-se na severa repressão lançada sobre os quadros do PCB, em fevereiro de 1975. O "Partidão" que havia sido preservado da perseguição, devido à sua linha moderada contra a luta armada, foi então duramente atingido. A localização das gráficas que publicavam o jornal *Voz Operária* propiciou numerosas prisões e desaparecimentos de membros do PCB. O desafio à política de Geisel atingiu novo patamar em outubro de 1975. No dia 26, o comandante do II Exército de São Paulo, Ednardo D'Ávila Mello, distribuiu uma nota informando que o jornalista Wladimir Herzog, chefe do Departamento de Jornalismo da TV Cultura, havia se suicidado na prisão. A farsa era evidente. Logo Geisel viajou a São Paulo e advertiu o general Ednardo, dizendo que não toleraria mais fatos semelhantes. O assassinato comoveu a opinião pública, que exprimiu seu repúdio no culto ecumênico em memória do jornalista, na Catedral da Sé, reunindo cerca de 8 mil pessoas.

O fato se repetiu, porém. Em 19 de janeiro de 1976, morreu nas dependências do DOI-CODI de São Paulo o operário Manoel Fiel Filho. A *causa mortis* foi mais uma vez anunciada como suicídio. Dessa vez, Geisel não titubeou. Sem consultar o Alto Comando, destituiu Ednardo D'Ávila, substituindo-o pelo general Dilermando Gomes Monteiro, fiel à política de Geisel.

Embora o desafio frontal não viesse a se repetir, as forças repressivas não abandonaram seus objetivos desestabilizadores. Continuaram a praticar atos terroristas,

como os que vitimaram a estilista Zuzu Angel, que insistia em saber do paradeiro de seu filho Stuart Angel, e os que vitimaram membros da OAB, da ABI, do CEBRAP e o bispo de Nova Iguaçu (RJ), D. Adriano Hypólito, que foi seqüestrado, torturado e humilhado.

A sucessão presidencial constituiu um momento decisivo para o projeto de distensão implementado pelo governo Geisel. A depender do grupo que se assenhorasse do poder a distensão tanto poderia ter sua continuidade garantida, como poderia ser suspensa com resultados imprevisíveis.

Contra a vontade de Geisel, que queria que a questão só entrasse na agenda do ano seguinte, as especulações em torno de sua sucessão tiveram início em 1977. A largada foi dada pelo Ministro do Exército Sílvio Frota, que havia substituído Vicente de Paulo Dale Coutinho, que morreu dois meses após assumir suas funções. Sílvio Frota era o representante da linha dura, contrário à linha de distensão implementada por Geisel. Utilizando-se das prerrogativas do Ministério, Sílvio Frota buscou congregiar todos os setores radicais, civis e militares, ao redor do seu nome, ao mesmo tempo em que autorizava fortes medidas repressivas contra a sociedade civil, à revelia de Geisel e de Golbery.

Fustigado pelos radicais, Geisel decidiu-se pela indicação de João Batista de Oliveira Figueiredo, comunicando-o de sua decisão no dia 31 de dezembro de 1977. Logo depois, o general Hugo Abreu, descontente com a indicação de Figueiredo, demitiu-se do posto de Chefe do Gabinete Militar.

Por outro lado, ciente de que Sílvio Frota estava disposto a recorrer a um golpe para assumir a presidência e reverter a liberalização que se havia iniciado, Geisel o demitiu em 12 de outubro de 1977. Ao tomar conhecimento da decisão do presidente,

Silvio Frota redigiu um manifesto acusando Geisel de trair a revolução de 1964 e de ser conivente com a esquerda. Como prova de suas acusações, Frota chamava a atenção para a política externa do governo, citando o estabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China e o reconhecimento da República Popular de Angola. O MDB, por sua vez, estimulado pelos últimos resultados eleitorais, pela movimentação da sociedade civil e pelas manifestações de descontentamento de setores do empresariado nacional, decidiu lançar novamente candidato às eleições indiretas. Os nomes escolhidos foram os do general Euler Bentes Monteiro para presidente e o de Paulo Brossard, senador do MDB do Rio Grande do Sul, para vice-presidente.

Sem surpresas, o colégio eleitoral reuniu-se em 14 de outubro de 1978, elegendo João Batista de Oliveira Figueiredo para presidente e Aureliano Chaves para vice-presidente, por 355 votos contra 266 da oposição. Uma das razões apontadas para a escolha de João Figueiredo, foi o trânsito fácil que tinha entre os dois grupos militares, radicais e castelistas. Sua missão consistia em dar seguimento ao processo de abertura do regime. Em seu discurso de posse reafirmou esse propósito, jurando fazer do país uma democracia.

Para facilitar a tarefa de Figueiredo, Geisel em seu período final de mandato havia promovido algumas reformas legais, como a extinção do AI-5 pela Emenda Constitucional N. 2. A partir de então o Executivo não tinha mais o direito de fechar o Congresso, assim como foi restabelecido o direito ao *habeas corpus*. A censura prévia aos programas de rádio e de televisão foi abolida e as penas de morte e prisão perpétuas foram abolidas. Em troca foram instituídos os direitos de o Executivo decretar "medidas de emergência", "Estado de Sítio" e "estado de emergência", durante 120 dias sem assentimento do legislativo.

João Batista de Oliveira Figueiredo, empossado no dia 15 de março de 1979, assumiu a presidência comprometendo-se publicamente em realizar a "abertura" que conduziria o país ao estado de direito. Com seu jeito destemperado, fez declarações cômicas a respeito, tais como "*prendo e arrebento quem se opuser à democratização do país*". Apesar do sentido contraditório pelo modo truculento de democratizar, isso era interpretado como uma manifestação de sinceridade, própria de seu gênero autêntico. A contradição real era, porém, outra. Ou seja, aquela com o seu ministério. Com exceção de Golbery, de corpo e alma empenhado na abertura, e de poucos outros, havia ministros francamente antipáticos à idéia de democratização. Esse sentimento era bem explícito no caso de Otávio Medeiros, Chefe do SNI.

A corrosão do poder de compra dos salários e a percepção de que as relações políticas com o governo o permitiam, fizeram com que várias categorias profissionais recorressem a greves como veículo de suas reivindicações econômicas. Entre janeiro e outubro de 1979 registraram-se mais de 400 greves no país. Motoristas de ônibus, garis, professores, caminhoneiros, portuários e bancários foram algumas das categorias que utilizaram a greve como forma de pressão junto aos empregadores.

Em virtude de seu número, de sua importância para o conjunto da economia, dos apoios de que gozavam e de sua organização, os metalúrgicos foram aqueles que mais se destacaram na luta grevista pela recomposição dos salários. A liderança de Luís Inácio da Silva, o Lula, que já se projetara no ano anterior, volta a avultar no movimento. Reunindo perto de 160 mil trabalhadores da região de Santo André, São Bernardo e São Caetano, o movimento teve início em março de 1979, logo após a posse do novo presidente João Figueiredo.

Ante a recusa dos empresários em encetar o diálogo sem que os operários voltassem ao trabalho e à recusa destes em aceitar as suas propostas, o Ministério do Trabalho interveio. As lideranças foram afastadas e cerca de 200 trabalhadores foram presos. Contudo, o movimento grevista não arrefeceu. Apoiado pela Igreja que, através das comunidades de base, forneceu ajuda material aos grevistas, o movimento se estendeu até finais de abril. O movimento se encerrou aceitando uma proposta bem abaixo daquela reivindicada, com as lideranças sendo reintegradas aos sindicatos.

Ainda que as suas reivindicações não tenham sido completamente atendidas e tendo que enfrentar a violência da polícia paulista, determinada pelo governador Paulo Maluf, o movimento operário deu uma demonstração de força, ao mesmo tempo em que revelou o apoio da Igreja e da classe média. Tal leque de apoios conquistados foi extremamente importante para o curso da organização operária brasileira e para a criação de um partido político de caráter trabalhista (FAUSTO, 1999).

A anistia política constituiu um ponto de convergência de todos os segmentos oposicionistas da sociedade. Em todas as reuniões públicas, quer explicitamente políticas, quer trabalhistas ou até mesmo esportivas sempre havia menção à anistia. Numerosas passeatas, reunindo muitos ou poucos manifestantes tinham como sua palavra de ordem anistia geral e irrestrita. Era ponto comum que jamais poderia haver democratização real, enquanto houvesse brasileiros afastados do país por motivo de opinião.

A Lei da Anistia, Lei N. 6.683, foi sancionada pelo governo em 28 de agosto de 1979. Beneficiava todos os cidadãos punidos por atos de exceção desde 9 de abril de 1964, quando foi editado o AI-1. Conquanto não fosse ampla, geral e irrestrita, como os movimentos sociais desejavam, a lei provocou satisfação e otimismo. Na

tramitação no Congresso, a oposição percebeu que as restrições impostas pelo governo à lei teriam de ser aceitas, caso contrário nada de positivo seria conseguido. A lei não concedia anistia aos envolvidos na luta armada e nos chamados "crimes de sangue". Na prática, a lei permitiu a volta dos exilados, mas anistiou também todos aqueles vinculados ao aparato de segurança do Estado que praticaram assassinatos e torturas. Dentre esses, figurava o sádico e temido policial Sérgio Fleury, que acabou por morrer em acidente logo após a promulgação da lei. Esse caráter limitado da lei fez com que as organizações dedicadas à questão e os familiares dos "desaparecidos" continuassem a reivindicar a responsabilização do Estado pelos desaparecimentos, bem como pela punição dos torturadores.

Assim, por meio da lei, numerosas figuras públicas puderam retornar ao Brasil, sendo entusiástica e carinhosamente recebidas nos aeroportos por todos aqueles que se haviam empenhado nas organizações e nas ruas pelo seu retorno ao país. Paulo Freire, Leonel Brizola, Miguel Arraes, Márcio Moreira Alves, Luís Carlos Prestes, Francisco Julião, Fernando Gabeira e tantos outros, foram então reintegrados à sociedade brasileira.

O AI-2, de 1965, criara um sistema bipartidário em lugar do pluripartidário. O bipartidarismo visava proporcionar uma estabilidade política ao Congresso, através de um partido do governo, a ARENA e um leal à oposição. No entanto, durante os governos militares essa situação mudou.

O MDB acabou tornando-se o ponto de convergência de todos os segmentos oposicionistas, acumulando crescentes vitórias eleitorais. No entender do principal estrategista político do governo, Golbery do Couto e Silva, essa situação criada pelo MDB poderia prejudicar os planos de uma redemocratização controlada. A persistir a

tendência, o MDB se tornaria majoritário no Congresso. Era, portanto, necessário criar mecanismos que propiciassem uma fragmentação das oposições reunidas no interior do MDB e, ao mesmo tempo, mantivessem a ARENA coesa, na condição de partido governista. Golbery não fez segredo de suas intenções, expondo-as publicamente em conferência pronunciada na Escola Superior de Guerra e, depois, publicando-as em livro.

Considerada pelo governo uma questão urgente, o Congresso aprovou, em 20 de dezembro de 1979, sob protestos do MDB, a Nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos. A Nova Lei extinguiu os dois partidos existentes, ARENA e MDB, e criava novas regras para o surgimento de novos partidos, aos quais não era permitido usar o nome das legendas anteriores. A ARENA transformou-se em PDS. O MDB, tentando manter sua identidade, passou a denominar-se PMDB.

Entre os setores de esquerda sem grandes afinidades com o MDB, a questão da criação de partidos acabou por tornar-se um problema, tal como Golbery pretendia. Leonel Brizola e Ivete Vargas disputaram arduamente a legenda do PTB. A sigla acabou ficando nas mãos de Ivete Vargas, tendo Leonel Brizola que criar o PDT.

A grande novidade, contudo, ficou por conta dos metalúrgicos da região do ABC paulista. Interpretando que todos os partidos de esquerda existentes, mesmo o ilegal PCB, não comportavam em suas estruturas a nova concepção trabalhista que se forjara na luta contra o regime militar, decidiram-se por criar seu próprio partido. Assim, em outubro de 1979, reunindo operários e intelectuais e centrado no Estado de São Paulo, criou-se o PT, que tinha como mais expressiva liderança o líder sindical Luís Inácio da Silva, o Lula.

Por último, políticos tradicionais e moderados, tais como Tancredo Neves e Magalhães Pinto, criaram o Partido Popular, que devia constituir uma oposição construtiva do novo regime que se ia estruturando (FAUSTO, 1999).

2. – O POLÍTICO E O RELIGIOSO NA CONSTRUÇÃO DA CPT

A CPT surgiu em 1975 na região da Amazônia Legal. Sua história, suas raízes, porém, são engendradas bem anteriormente. Os processos político, econômico e social da conjuntura internacional refletem a necessidade de um alinhamento capitalista do Brasil, voltado para o livre comércio e a liberalização da economia, o chamado período de expansão imperialista, segundo o qual todos os países são “convocados” a participarem do desenvolvimento modernizante, estabelecido com o fim da segunda guerra.

2.1 – Grandes projetos e violência no campo

O movimento camponês que se estrutura no Nordeste, aos poucos, vai se propagando para outras regiões do país. Com a instituição do governo militar em 64 é imposta uma repressão severa e exemplar a todas as organizações que exigiam as reformas de base. O movimento camponês é combatido e quase aniquilado. O advogado e deputado socialista, Francisco Julião, um dos líderes das Ligas Camponesas no Nordeste, e vários outros militantes, tiveram que se exilar até a reabertura política, em 1985.

A situação no campo que já era problemática passou por um processo de intensificação dos conflitos com a política dos militares para restauração da economia, a criação de projetos de modernização e o crescimento industrial e agrícola. Os argumentos justificadores destes projetos lançavam mão da temática da Segurança

Nacional, demonstrando a necessidade do povoamento da Amazônia para integrá-la ao território nacional. Isso evitaria a entrada ilegal de estrangeiros e a exploração das riquezas naturais por grupos internacionais. Para a doutrina de segurança nacional o desenvolvimento daquela região remota do Brasil exigia essas medidas.

O Estatuto da Terra, criado pelo Decreto 4.504 em 30 de novembro de 1964, definia a propriedade fundiária e suas modalidades. Declarava a possibilidade de desapropriação de terras por interesse social. O processo desapropriatório³, nos casos considerados necessários, ficaria a cargo do então criado IBRA. A questão agrária proposta neste momento pelo projeto militar de modernização do Brasil, contribuiu para redesenhar a problemática da terra estruturada no longo processo de lutas sociais e políticas. Por outro lado, a idéia de modernização que permeava todas as ações neste contexto, abriu caminho para a industrialização no campo, associando a propriedade da terra ao grande capital.

A integração desta região ao processo de modernização nacional, como lembra Martins (1983), ficaria por conta da SUDAM, criada em 1966. Embora os militares tivessem orientação nacionalista e visassem impedir o controle estrangeiro da exploração dos minérios nessa região, a ocupação do norte se daria por concessões governamentais e incentivos fiscais a companhias do sul e principalmente a empresas multinacionais como a Bethlehem Union Carbide, a International Nickel e a W.R. Grace, dentre outras (ADRIANCE, 1996).

A região denominada Amazônia Legal, alvo dos incentivos fiscais e área de abrangência da SUDAM, compreendia além da Região Amazônica, todos os territórios cobertos pela floresta equatorial, a região do Maranhão que fica a oeste do meridiano

³ Definia-se na época dois tipos de latifúndios no Brasil, por dimensão e por exploração. (Linhares, 1999).

44, a área do Mato Grosso que se situa acima do paralelo 16, ao sul do Equador e o atual Estado do Tocantins, localizado ao norte do paralelo 13.

A estimulação da economia através do sistema de incentivos fiscais resulta na rápida ocupação da Região Norte. Como o desenvolvimento econômico dessa região estava voltado para a exportação, a ocupação era orientada para a produção agrícola e pecuária. Devido, porém, ao despovoamento e à falta de estrutura da produção e de escoamento agrícolas, a SUDAM passa a conceder incentivos especiais à pecuária. Desta forma, grandes fazendas foram se formando com o investimento do Estado como, por exemplo, a Fazenda Rio Cristalino, de propriedade da Wolkswagem.

A SUDAM aprovou 549 projetos entre 1966 e 1977, destes 358 foram destinados a fazendas de criação de gado que receberam incentivos no valor superior a um bilhão de dólares em deduções tributárias, no mesmo período. O Pará foi o Estado que mais recebeu investimentos da SUDAM sendo que, contrariamente aos outros estados da região, os incentivos destinavam-se principalmente à mineração. Por exemplo, 54,1% dos investimentos totais feitos nos estados da Amazônia se concentraram na Serra dos Carajás, e a pecuária ficou com 26,5% localizadamente no sudeste do Estado, região do Vale do Araguaia (ADRIANCE, 1996).

A SUDAM concedia os incentivos fiscais, porém, não oferecia acompanhamento nem tampouco realizava as fiscalizações necessárias, ocorrendo anormalidades desde a não aplicação destes incentivos na área, até o desrespeito ao meio ambiente, ocasionado por desmatamentos e queimadas em grande escala. O objetivo geopolítico do governo ignorou, inclusive, estudos que diziam respeito à inadequação do solo da floresta equatorial para a agricultura e o pastoreio.

Embora o argumento principal para a ocupação da Amazônia fosse o impedimento da apropriação estrangeira do solo brasileiro e a redução da dívida nacional como elementos fundamentais para conter o processo inflacionário, o próprio governo beneficiava as empresas multinacionais e as favorecia com deduções fiscais. Inclusive a infraestrutura necessária para implantação dos projetos era providenciada pelo governo. Assim, além de não alcançar nenhum dos seus objetivos propostos, houve, ao contrário, um crescimento tanto da dívida quanto da taxa de inflação.

Lavradores pobres, nordestinos, já se dirigiam à região norte desde o século XIX, seja fugindo da seca, seja buscando melhores condições de trabalho do que as encontradas nas grandes propriedades nordestinas. Esse período, especialmente, é marcado por uma intensificação do processo migratório, justificado pela abundância das chuvas na região norte e pela conseqüente fertilidade das terras. Havia ainda um outro atrativo suplementar: a abundância de terras consideradas públicas e, neste momento específico, o incentivo da propaganda oficial.

A estes lavradores era possível também possuir o título de propriedade da terra, mediante abertura de processo burocrático e pagamento de taxas. O direito se configurava pela ocupação e o cultivo mínimo de um ano e um dia. Não havia, até então, por parte dos trabalhadores, preocupação com essa burocracia, pois a terra era abundante e, se alguém reivindicava aquela área como sua, bastava ocupar uma outra. Nos anos 60 a extensiva migração ao longo da rodovia Belém-Brasília preocupava os militares, pois os trabalhadores não possuíam condições financeiras para contribuir com a produção comercial em grande escala, proposta como forma de desenvolvimento da região.

Por outro lado o presidente Médici, quando em visita ao Nordeste, observou a urgência de uma ação coibitiva e reguladora, em vista de um possível surgimento de outros movimentos camponeses reivindicativos, devido à situação de miséria vivida pelo povo. Foram elaborados projetos de colonização para povoamento da Amazônia sob o seguinte lema: “Terra sem gente para gente sem terra”. Assim, em 1970 o IBRA foi transformado em INCRA, tendo como objetivo assentar lavradores nordestinos.

Para atender a esse fim, o INCRA recebeu jurisdição sobre uma faixa de 100 km às margens das rodovias federais. A base legal do instituto assentava-se sobre a figura da “necessidade social”, o que lhe conferia poderes para desapropriar grandes áreas com o objetivo de assentamento. A partir de então o INCRA passou a controlar cerca de 30% das terras no Brasil, sendo que 50% delas estavam na Amazônia Legal. As populações já residentes na região não eram consideradas, nem os indígenas, nem outros migrantes já estabelecidos nas áreas destinadas ao assentamento.

O INCRA não possuía condições para oferecer assistência técnica adequada e infra-estrutura necessária aos trabalhadores assentados, nem buscou conquistá-las. Além disso, outro problema que expôs ainda mais a fragilidade e a falta de seriedade destes projetos foi a falta de disposições legais para proteger os trabalhadores da ação de grilagens⁴, evidenciadas pela valorização das terras. E ainda o empenho dos grandes empresários alocados pela SUDAM forçava politicamente o governo a por fim aos projetos de colonização, ação corroborada pelos altos preços dos produtos agrícolas, o

⁴ Grilagem é a ação de um suposto dono, que pela falsificação de documentos e pelo uso de violência se intitula proprietário da terra. Essa ação era facilitada pela inexistência de documentação legal, pois na maioria das vezes tratavam-se de terras públicas municipais, estaduais ou federais, sem efetiva fiscalização e ação punitiva. Outro fator relevante neste conceito é que as terras em muitos casos não estavam ociosas ou abandonadas como se supõe quando se fala de terras públicas. Elas estavam efetivamente ocupadas por indígenas nativos da região ou por posseiros (lavradores ou extrativistas). Esta prática passou a ser utilizada também por grandes proprietários com o objetivo de alargar suas posses.

que dificultava a permanência destes trabalhadores na terra como proprietários. Os incentivos dados à migração foram ainda responsáveis pelo rápido crescimento da população da região Amazônica, acima da média nacional.

Aos poucos o INCRA foi se ajustando ao modelo de desenvolvimento estabelecido para a Região Norte, deixando de lado seu envolvimento com o pequeno produtor e, com o objetivo de formar uma classe média rural, passou a vender lotes de 2.000 a 3.000 hectares. Em conjunto com a SUDAM, em agosto de 1972, já vendia lotes com até 50.000 hectares, estabelecendo como justificativa da ação, a necessidade de atrair capital e experiência agrícola para a região. A população trabalhadora empobrecida, que já estava abandonada, ficou explicitamente relegada a partir de 1974. Contudo, foi durante o governo Geisel que se abandonou completamente essa proposta de colonização para investir nos grandes empreendimentos ligados à mineração e à criação de gado, dentre outros (ADRIANCE, 1996).

No Maranhão, por exemplo, o então governador José Sarney criou, em 1968, a Reserva Estadual de Terras, com o objetivo de conceder terras no Estado a criadores de gado e a outros grandes empresários agrícolas. As campanhas publicitárias realizadas contribuíram para o crescimento considerável do interesse pelas terras na região, gerando uma significativa valorização fundiária, aumentando a ação de grileiros.

A violência decorrente dessa conjugação estabelecida entre mineração, criação de gado e significativo contingente populacional pauperizado, configurou-se na maioria das vezes com expulsões de famílias por especuladores ou proprietários que não utilizavam a terra para produção, mas como reserva de valor. Os títulos de propriedade foram se sobrepondo, de tal forma, que havia vários casos de uma mesma gleba com até três títulos de propriedade.

O projeto governamental para a Região Norte contribuiu para que o Brasil ficasse conhecido, cada vez mais, como país monocultor, voltado para a exportação. É bom lembrar que a policultura de subsistência, apesar de tudo, é significativa. Pereira de Queiroz (1973, p. 49), citando o censo de 1960, diz que em 1950 calculava a área dedicada à monocultura como tendo uma extensão de cerca de quatro milhões de hectares e, para aquela dedicada às pequenas culturas de subsistências, como ocupando o equivalente a um espaço que cobria por volta de quatorze milhões de hectares, estendendo-se por uma área bem maior que a ocupada pela monocultura de exportação.

Neste contexto podemos observar que o conflito estabelecido pelo acesso à terra variava em dimensão, em número de envolvidos e em intensidade, configurando uma violência endógena ao contexto social vivido e não como quebra de normas. É comum que esta situação de conflito latente em todos os momentos, se manifeste na maioria das vezes. O conflito tende a explicitar as tendências contraditórias que pretendem exercer seu domínio no mesmo *campo*. Nestes momentos o grupo que possui maior *capital social* se impõe coercitivamente.

A impunidade a essa violência e o apoio explícito dos vários níveis de governo, fazem com que os trabalhadores, ao se organizarem, reorganizem seus espaços de atuação e seu capital social. Desta vez, porém, altera-se o campo de embate. Reorganizados, os trabalhadores são considerados comunistas, uma ameaça à Segurança Nacional. Essa situação perdurou e em 1980 o GETAT foi criado como necessidade de um organismo federal específico para controlar a inquietação.

2.2 – A Pastoral Social chega ao campo

A Igreja Católica e o clero brasileiros, influenciados pelo Concílio Vaticano II e pelas Conferências de Medellín e Puebla, tinham como orientação uma ação pastoral voltada para a secularização e para os problemas sociais. E, mais explicitamente, a Igreja Latino-americana foi “interpelada pela miséria, pela exploração econômica e pela revolução social” (COMBY, 1994, p. 225). A terra é questão fundamental no terceiro mundo e o conflito estabelecido em torno dela “gera fome e desnutrição, massacres de povos indígenas e de lavradores (...)” (ADRIANCE, 1996, p. 24).

As CEBs marcam o rompimento da aliança entre a Igreja Católica e os latifundiários, que existia desde a vinda dos portugueses. Essa nova posição buscava “capacitar os pobres a participarem do jogo político social” (ADRIANCE, 1996, p. 26), conferindo a eles potencialidade transformadora das estruturas sociais de desigualdade a partir de leituras e estudos bíblicos para sua aplicação à vida social. Na busca de compreensão desse fenômeno sócio-religioso, há duas perspectivas de interpretação. Alejandro Cussianovich (Apud: ADRIANCE, 1996) e João B. Libânio (1979) entendem que a influência no redimensionamento da postura da Igreja Católica advém do forte movimento de leigos, de classes populares que se organizaram. Outra posição, porém, é proposta pelos norte-americanos Bruneau e Hewitt (Apud: ADRIANCE, 1996) quando afirmam que essas mudanças provêm dos bispos, tendo estas Comunidades possibilidades de florescer apenas onde estes as apóiam.

Considerando a realidade como *campo de ação* e o processo histórico como a efetivação das forças estabelecidas no embate, no conflito entre relações de autoridade

e subordinação, podemos partir de que o Concílio Vaticano II estabelece as bases fundamentais para a mudança já engendrada anteriormente em outras relações de poder postas em jogo. O que me interessa neste trabalho, entretanto, incorporando a fertilidade interpretativa dessas duas perspectivas, é dar conta do surgimento da Comissão Pastoral da Terra, a partir desta conjuntura eclesial e da realidade conflitiva do meio rural brasileiro.

A CNBB foi fundada em 1952 (RIBEIRO 1999, p. 97-98). Em 1963 realizou um planejamento pastoral conjunto para toda a Igreja do Brasil, que só foi aplicado em 1966. Segundo Barros (1968) o papa João XXIII, preocupado com a fragilidade da Igreja Católica na América Latina, propôs esses planos pastorais para revitalizar a Igreja frente ao processo de modernização. Eles foram formulados durante a realização do Concílio Vaticano II que propunha a inovação da Igreja e a promoção do ser humano. As CEBs vão surgir sob esta inspiração e prescrições do Concílio. Importante é ressaltar que passa a existir um direcionamento no que diz respeito às linhas gerais ligadas às ações pastorais, a serem adotadas pelos bispos e conseqüentemente pela Igreja Católica no Brasil.

Ainda sob a orientação do Concílio Vaticano II, Dom Hélder Câmara, do Brasil, e Dom Manuel Larráin, do Chile, propuzeram a atuação efetiva de uma Igreja da América Latina e sua renovação religiosa. Realizou-se, então, um primeiro encontro do CELAM, no Rio de Janeiro, em 1955. Mas, só a partir da Conferência de Medellín em 1968, outro marco importante neste contexto histórico de atuação da Igreja no Brasil, que foi realizado o CELAM II. Neste encontro se institucionalizou a opção preferencial pelos pobres por parte da Igreja Católica em toda a América Latina.

A Igreja Católica passou a ser, nesse período de ditadura militar, um espaço de crítica e protestos contra a política econômica e os abusos aos direitos humanos. Entre 1968 e 1978 a Igreja foi praticamente o único espaço de resistência efetiva contra as arbitrariedades dos governos militares. Durante o período de governo militar no Brasil foram criadas várias organizações de luta e de resistência. No entanto, a opção preferencial pelos pobres, institucionalizada pela instância máxima da Igreja Católica no Brasil, não assegurava que todo o clero abraçasse esta opção.

As CEBs se constituíram como uma ponte estabelecida entre religião e mudança social. Contudo, mudança social não foi o primeiro objetivo que orientou as comunidades de base, mas a inovação pastoral como meio de revitalizar a Igreja. As CEBs floresceram num período em que a Igreja passou a valorizar os problemas sociais como importantes para sua revitalização, oferecendo condições de participação à iniciativa laica, o que abriu espaço para a expressão dos leigos. O método de conscientização desenvolvido e utilizado pelo MEB⁵ garantiu o desenvolvimento e a consolidação de um espaço significativo de expressão popular durante os anos mais repressivos do regime militar, embora aparecessem como inócuos grupos de estudos bíblicos.

As CEBs espalharam-se pelas igrejas do Brasil. São Félix do Araguaia, no Mato Grosso, vivia o conflito estabelecido pela fronteira de expansão capitalista. Essa Prelazia da Igreja Católica viria a se configurar como um espaço decisivo para a criação e estruturação da CPT. Dom Pedro Casaldáliga, sagrado bispo de São Félix, realizou uma assembléia para traçar as linhas de atuação de sua prelazia, em outubro de 1971. A partir dessa assembléia ficou estabelecido e registrado em carta pastoral que a prelazia

⁵ O Movimento de Educação de Base é uma entidade ligada à Igreja Católica que dá destaque à análise crítica da realidade social em sua ação educativa.

era: “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”, e frisava: “essa Igreja, para ser de Jesus Cristo, quer estar a serviço do povo da região: posseiros, peões, índios e outros marginalizados...” (CPT, 1985, p. 31). A Prelazia de São Félix do Araguaia que se constituía, em Igreja voltada para os problemas sociais, entrou em confronto direto com os interesses expressos pelo governo federal com a criação da SUDAM e com a atuação do INCRA na região Amazônica.

2.3 – Da gravidez e dos parceiros

Ivo Polleto, na reconstrução da história da CPT (1985), destaca dois momentos importantes para sua criação: em 1972, utilizando-se de incentivos concedidos pela SUDAM, a empresa Codeara, do Banco de Crédito Nacional, entrou no município de Santa Terezinha, desconhecendo as posses e os posseiros e tentou se apropriar das terras. Pe. Francisco Jentel apoiou os posseiros que reivindicavam o reconhecimento de seus direitos. A empresa apoiada por policiais e com reforço de pistoleiros pagos, desencadeou uma intimidação da população, derrubando o ambulatório médico da cidade que estava sendo construído.

(...) O povo decide reconstruí-lo. A empresa, com suas máquinas, volta a agredir. Desta vez, porém – sem consulta ao “amante da lei” Pe. Jentel – os posseiros decidiram preparar-se para dar “boas-vindas” aos orgulhosos agressores: com suas espingardas atingiram alguns, obrigando-os a recuar. Não houve vítimas graves; apenas chumbos esparsos no corpo de alguns jagunços. Assim mesmo, a repressão foi imediata, atendendo aos pedidos do empresário. Aos pedidos do povo, a autoridade não deu ouvido! Posseiros viveram algum tempo na mata, escondidos da repressão. Mas o resultado foi positivo: a cidade ficou livre; os posseiros receberam – cada família – 100 hectares de terra perto da cidade; o governo decretou que posseiros com um ano e um dia de moradia e cultivo não poderiam ser retirados da terra sem prévia audiência do Ministério da Agricultura.

(POLLETO in: CPT, 1985, p. 32-33)

Em maio de 1973 Pe. Jentel foi condenado a dez anos de prisão pela Auditoria Militar de Campo Grande, por subversão e autoria intelectual de ação armada.

Depois de longo processo de negociações entre a embaixada francesa, a nunciatura e o governo federal, Pe. Jentel foi expulso do Brasil, por um decreto assinado pelo general Geisel.

Ainda em 1972 a prelazia de São Félix, compreendendo toda a sua equipe pastoral, foi acusada de subversão e enquadrada na Lei de Segurança Nacional. “Prenderam vários leigos, agentes pastorais. Os demais entraram na mata. Na caça aos “fugitivos”, o bispo, os padres e as religiosas ficam em prisão domiciliar; e quatro padres são detidos e torturados, para indicarem os refúgios” (POLLETO, 1985, p. 33)

D. Pedro e alguns padres da prelazia de São Félix passaram a se reunir na cidade de Goiás Velha e a discutir com esta Igreja e seu bispo, D. Tomás Balduino, analisando os acontecimentos e buscando vencer o isolamento imposto pela política militar, articulando solidariedades e encaminhamentos de respostas às necessidades de uma Igreja que enfrentava a violência imposta aos seus. “A CNBB não conseguia, por suas contradições internas, ser canal de articulação da pastoral popular. A quem recorrer?” (POLLETO, 1985, p. 34).

A Igreja de Goiás tinha por costume reunir-se semanalmente para discutir problemas internos e realizar permanentemente análise de conjuntura para uma atuação consciente. Nestas reuniões a questão da solidariedade para vencer o isolamento foi posta muitas vezes em discussão e a proposta de “desafiar” outras Igrejas a se comprometerem. Uma equipe foi constituída para estabelecer os contatos.

Em maio de 1973, aconteceu uma reunião em São Paulo, com apoio de mais de 25 bispos, em que foram tomadas três decisões:

- 1) apoiar-se uns aos outros, sendo solidários em conjunto com as vítimas da repressão;
- 2) continuar a reunir-se, como grupo informal, sem nenhum paralelismo à CNBB, para buscar juntos os melhores caminhos de ser Igreja;
- 3) publicar, numa dimensão profética, uma palavra crítica em relação à situação dos trabalhadores, denunciando a opressão, estimulando a

organização popular e comprometendo-se com todos os agentes de pastoral popular

(POLLETO, 1985, p. 35)

Ficou estabelecida a elaboração de cinco documentos que abordassem aspectos diferenciados da conjuntura brasileira. Destes, apenas três foram redigidos e apesar de toda a repressão foram publicados e distribuídos. Seus autores consideraram que não bastava publicar documentos, sendo necessário, ainda segundo o mesmo texto, “articular os agentes engajados na pastoral popular”. Essa proposta foi apresentada por Dom Frago, de Crateús, no final de 1973, em reunião realizada no Rio de Janeiro.

Em fevereiro de 1974 aconteceu o primeiro encontro, em Salvador – BA, para articulação da proposta. O encontro que tinha o apoio do CEAS contou com a participação de “mais de 60 pessoas, das periferias, do campo, de centros de assessoria, bispos... (...) não houve relatório desse encontro – para não entregar à repressão”. Uma equipe nacional foi organizada “para realizar o mapeamento dos trabalhadores e equipes de pastoral popular” (Ibid).

O CIMI se organizava para a realização das Assembléias Regionais de Pastorais Indigenistas, visando a descentralização e maior engajamento e definição. “Esses passos provocaram a imaginação: como articular os que atuam em pastoral popular junto aos camponeses? Se os que faziam pastoral Indigenista estavam dando os seus passos, porque não seguir seu exemplo? O CIMI foi, de certo modo, o “pai” da CPT” (POLLETO, 1985, p. 36).

Durante a assembléia Geral da CNBB, realizada em novembro de 1974, Dom Pedro Casaldáliga constatou a desinformação dos bispos da região da Amazônia em relação aos problemas existentes em suas dioceses. Foi planejado então um encontro Pastoral da Amazônia Legal, marcado para junho de 1975. Este encontro aconteceu em

Goiânia e foi presidido por Dom Moacyr Grecchi. Ivo Polleto em seu relato acerca do surgimento da CPT lembra os momentos de tensão vividos naquela reunião:

Entre os presentes, estavam Dom Pedro Casaldáliga e o recém-nomeado bispo de Viana, Maranhão, Dom Alberto Abílio Paulo da Silva. Um perseguido pelos latifundiários e os militares; o outro, amigo e colaborador deles, como ficou claro logo a seguir. (...)

Outra tensão vivida foi o confronto entre dois modos de entender a Igreja e seu serviço à história: um, nascido da opção real pelos oprimidos; outro, firmado na crença de que os ricos podem ser bons cristãos e “resolver” os problemas dos oprimidos. (...) Foi preciso deixar claro, desde logo, que não estávamos ali para tapar o sol com a peneira e nem para substituir a luta do povo. Queríamos era descobrir o melhor jeito de, como Igreja, colocar-nos a serviço da organização e das lutas dos camponeses.

(POLLETO, 1985, p. 37-38).

Apesar de alguns participantes pedirem a presença de representantes oficiais do governo, o consenso a que se chegou foi de que aquela não era uma discussão de âmbito governamental e sim, num momento para se analisar a problemática nacional sem a interferência de grupos oficiais. Ao final do encontro, depois de constatada a necessidade de “criar um organismo ágil, apoiado pela CNBB, para interligar, assessorar e dinamizar os que trabalhavam em pastoral popular junto a camponeses”, foi criada a Comissão da Terra.

2.4 – O pastoral como legitimação

Em outubro de 1975 com o apoio de Dom Aloísio Lorscheider, então presidente da CNBB, a Comissão da Terra passava a ser denominada Comissão Pastoral da Terra – CPT.

Sua missão, uma vez viabilizada através do reconhecimento da CNBB como um organismo pastoral autônomo, foi definida exatamente em função dos desafios enfrentados pelas Igrejas da Amazônia. Evitando ser um movimento, para não repetir experiências anteriores e para não substituir iniciativas e organizações autônomas dos trabalhadores, ela deveria ser uma comissão: um

serviço em favor do crescimento da articulação, proporcionando as assessorias necessárias, promovendo a dinamização dos trabalhos pastorais em favor das comunidades camponesas da região.

(POLLETO, 1997, p. 35)

A missão específica da CPT desde o seu nascimento era, portanto, auxiliar os bispos e os padres a perceberem a realidade da vida do povo. Para tanto passou a recolher informações e a publicá-las em forma de relatórios. Os relatos das violências sofridas pelos trabalhadores nas diversas regiões começaram a ser divulgados, estabelecendo uma interligação entre eles, possibilitando a análise da conjuntura social do país e favorecendo a denuncia dessas violências.

A característica que distinguiu a CPT das outras pastorais da Igreja Católica é seu caráter ecumênico e a sua relativa autonomia. A CNBB sempre funcionou como apoio e sustentação de seus trabalhos, principalmente nos anos de ditadura militar, apesar de não existir uma unanimidade da própria Igreja em relação à questão da propriedade da terra. A CPT, em seu início, realizava seu apoio aos trabalhadores sob forma de ajuda material e jurídica, buscando uma ação não-diretiva sobre a organização dos camponeses. Tinha-se como base o estabelecimento de uma ação facilitadora e de assessoria jurídica e religiosa aos trabalhadores rurais em suas lutas.

A pastoral no meio rural se intensificou, buscando se contrapor à conjuntura do regime político militar que impôs ao campo brasileiro um processo de modernização conservadora e que transformou o campo brasileiro em um dos principais focos de violência e violação dos direitos humanos. A Igreja aos poucos foi fazendo do meio rural seu local privilegiado de atuação, defendendo a pequena propriedade e, segundo Paiva (1985, p.22), o confronto com o Estado seria consequência visto que "(...) a perspectiva da Igreja em relação ao problema da terra é claramente distributiva, (...)

sendo inevitável o confronto com um Estado que coloca em prática uma política de expropriação em benefício do grande capital”.

O confronto que se realiza entre Igreja e Estado não se evidencia a partir de questões políticas, no sentido de luta de poder, mas fundamenta-se nas dimensões humana, ética, social, política e pastoral. A Igreja, ao defender o acesso à terra para todos, age levando em consideração as injustiças que a grande propriedade passa a efetuar, alargando seus limites, violando direitos humanos, provocando conflitos e mortes. É uma ação que busca ir ao encontro da defesa da humanidade do homem, e não necessariamente contra o progresso e/ou o desenvolvimento do capitalismo no campo, numa suposta ação socialista.

Desta forma pode-se considerar que os trabalhadores reorganizados e com o apoio da Igreja Católica, contam inclusive, com uma Comissão Pastoral da Terra, passando a possuir outro capital no momento do enfrentamento. Muito embora continuem desiguais em termos de *capital social*, os lavradores não estavam mais sozinhos no *embate*, nem eram os únicos taxados de comunistas, arrefecendo em parte sua “responsabilidade intelectual”. A partir de então, a sua sorte seria compartilhada com a Igreja, que passaria a sentir em seus líderes a força violenta do confronto.

O embate concreto, maior, se travava fora do contexto da Igreja tradicional, lembrando, no entanto, que a CPT foi constituída a partir da convicção de atuar ao lado dos camponeses, e esta opção traz consigo aliados e não aliados dentro da própria Igreja, como observa ainda Ivo Polleto:

(...) ser serviço à causa dos trabalhadores, não estabelecendo limites à sua ação, buscando assumir a radicalidade da fé-esperança cristã, muitos membros da hierarquia se opuseram a ela. Por muitos foi vista como “corpo estranho”, fonte de questionamentos. Por outros, porém, foi vista como uma ameaça à “ordem pastoral”, como um organismo intencionado a

comprometer a Igreja com ações de contestação política econômica à sociedade capitalista brasileira, por eles também entendida como “ocidental cristã”. Mesmo se a Pastoral da Terra provasse que sua ação não passava de concretização coerente das opções e orientações do Vaticano II e de Medellín, assim mesmo era questionada, proibida e até combatida.

(POLLETO, 1985, p. 42)

Assim a marca da CPT foi viver com a Igreja institucional a “tensão pastoral (...) lutando por sua autonomia como condição de realizar seu serviço evangelizador”, pois acreditava que “institucionalizar-se significaria limitar-se” e “separar-se significaria perder a dimensão eclesial” (POLLETO, 1985, p. 43). A CPT vive também tensões no relacionamento com o movimento sindical, que a vê como “concorrente” ou “ameaça à estabilidade de sua coordenação do movimento sindical”. De fato a CPT não se propunha a ser uma organização sindical, mas dentro de seus objetivos se configurava a disposição e o compromisso de “estar com os trabalhadores, nas diferentes situações e conflitos”. Assim estimulou os trabalhadores “a uma organização que respondesse às suas precisões”, ocorrendo com isso atritos com “muitos sindicatos e algumas federações”.

Inicialmente a CPT conseguiu um trabalho conjunto com a CONTAG, embora esta convivência tenha gerado tensões. Ivo Polleto lembra que o resultado desta relação se observa em maio de 1979, quando no III Congresso de Trabalhadores Rurais, “vota-se por um sindicalismo livre, renascido de bases conscientizadas, lutadores, conquistando as mudanças necessárias” (CPT 1985, 44). As relações da CONTAG com as oposições sindicais foram se deteriorando e, conseqüentemente, com a CPT, havendo por parte da CONTAG a defesa de uma política sindical mais conservadora e corporativa, confirmando alianças com lideranças que defendiam posturas do Ministério da Agricultura.

O enfrentamento, porém, se configurava mais intensamente na relação estabelecida entre grileiros, proprietários, empresários nacionais e multinacionais, governantes e autoridades que defendendo seus interesses utilizam-se de todas as formas de dominação. Polleto (1985, p. 45) entende que

(...) essa contradição foi assumida – mesmo na dimensão mística – como algo não superável pelo diálogo ou negociação, visto ser expressão do antagonismo inconciliável entre os interesses dos trabalhadores do campo e da cidade. Nunca houve ilusões. Isso provavelmente ajudou a não desanimar. Não se esperavam privilégios. Não se aceitavam promessas. Não se aceitava ser intermediário entre camponeses e capitalistas, via diálogos com governos. O acerto, as mudanças deveriam resultar de encontro com os trabalhadores. Fiel à opção de servir aos oprimidos do campo, nada estranho que a CPT fosse oprimida também, ainda que de forma diferente.

Polleto, ainda em sua exposição acerca do nascimento da CPT, declara que a repressão a atingiu tão seriamente que durante a reunião pastoral para decidir sua criação, agentes do SNI “fotografaram quase todos os participantes; andaram de carros por perto do CTL da Arquidiocese de Goiânia, com antenas captadoras; tentaram instalar gravadores próximos à sala das plenárias; retiraram das pastas de duas pessoas – uma delas, D. Estevão, então prelado de Marabá-Pará – as anotações e relatórios dos encontros”. Segundo Polleto, D. Fernando Gomes, arcebispo de Goiana à época, disse durante uma de suas homilias, em Goiânia: *“Eles tudo fazem para que tenhamos medo; mas não podem retirar-nos a liberdade de decidir se queremos ou não ter medo”* (POLLETO, 1985, p. 46).

Nos anos de 1976 e 1977, durante os encontros realizados em conjunto entre a CPT e o CIMI, a polícia sempre esteve presente. Em Rio Branco-AC, havia um microfone-transmissor numa janela da sala de reunião. Em Manaus-AM, os agentes não queriam se retirar da sala onde aconteceria o encontro. E ainda em 1976, após denúncias de torturas sofridas pelo Pe. Florentino Maboni, no sul do Pará, o então ministro da

justiça desqualificou a denúncia e “tudo fez” para que a CNBB disciplinasse os membros da CPT. “Ou a Igreja consegue manter a ‘disciplina’ dentro dela - declarando quem é que faz pastoral e quem não faz – ou outras autoridades terão que fazê-lo...” (POLLETO, 1985, p. 47).

Constam da história da CPT tentativas de repressão formuladas a partir de grupos econômicos multinacionais, como por exemplo, o grupo *Nixdorf*, da Alemanha Ocidental, produtor de microcomputadores e que “foi convidado a entrar no Brasil pela porta da Amazônia”. Esta ‘porta’ previa uma “grilagem de 50.000 hectares de terra, expulsando posseiros (talvez mais de 300), em Conceição do Araguaia –PA”. Outro exemplo é o do grupo japonês, representante da empresa Campo, responsável pela execução do “Projeto Jica”, que buscava explorar o cerrado brasileiro.

Nos dois casos foi solicitada pelo governo a intervenção da CNBB, numa clara “preocupação disciplinar”. Como não houvesse acordo nem no “convite/corrupção para viajar à Alemanha” veio a ameaça de pressão junto a *Misereor* (Organismo da Igreja Católica da Alemanha, que ajuda financeiramente a CPT) para não mais fornecer seu apoio à CPT. Os membros da CPT se posicionaram no sentido de que continuariam seus trabalhos com ajuda ou não da *Misereor*, porém esta instituição apoiou e encorajou o trabalho.

A denúncia, portanto, foi e continua sendo, nos termos de Bourdieu, o *campo de ação* fundamental no trabalho da CPT. Dito de outra forma, o objetivo a ser alcançado era a resistência dos trabalhadores rurais em relação à expropriação do capital. E a denúncia tornou-se o material básico da ação educativa da CPT, a pedagogia da resistência. Pois, a preocupação definida em 1975, quando de sua criação foi, segundo Ivo Polleto (1985, p. 48):

(...) uma opção pastoral, motivada pelo absurdo das condições de vida e de trabalho da maioria da população, num país em que existia terra agricultável em grande quantidade. Apoio e defesa dos direitos dos posseiros, estímulo à organização para alcançar a reforma agrária, defesa de todos os trabalhadores do campo em seus direitos ao trabalho, ao salário, a casa, à saúde, à educação.

As relações estabelecidas entre as classes sociais brasileiras se redefinem com a entrada da CPT em campo. Não se pode negar a força de capital adquirida pelos trabalhadores rurais e conseqüentemente a força da argumentação simbólica, que confere ainda mais poder de símbolo à atuação dos camponeses, e ao mesmo tempo aos agentes da CPT. Há, portanto, uma correlação compreensiva nas ações estabelecidas e que não se esmorecem diante da violência sofrida, pois aqui o símbolo é a explicação mística e ao mesmo tempo transformadora.

3. PODER SIMBÓLICO E CONFLITO DE SABERES

Para proceder a essa compreensão buscamos em Bourdieu a noção de *campo de ação social*. Ele trabalha a idéia de um “*poder simbólico como poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica*” (1998, p. 9), segundo a qual o símbolo possui condições explicativas da realidade imediata e, conseqüentemente, do mundo social, gerando uma “*concepção homogênea do tempo, do espaço (...)*”. Estas são as bases sobre as quais irá assentar a “solidariedade social”. A compreensão desse poder do símbolo requer a análise do mito, que para Bourdieu, não está remetido a algo diferente dele mesmo, como numa alegoria, mas ao contrário, ele próprio é a sua referência. Portanto, a compreensão das *formas simbólicas* isola a estrutura imanente a cada produção simbólica, privilegiando as estruturas estruturadas.

São essas estruturas estruturadas que realizam a possibilidade de se perceber os “sistemas simbólicos como instrumentos de conhecimento e comunicação”. E estes só podem exercer este poder estruturante porque são estruturados. Assim é que a noção de espaço físico, na medida em que se entrelaça com a dimensão religiosa, determina nas formas simbólicas do trabalhador rural uma concepção de espaço único onde se realiza sua vida cotidiana, concretizando suas ações sociais em relação com o sagrado.

A percepção espacial do camponês se distingue da do trabalhador citadino; esta diferença determina sua postura diante do cotidiano. Ela determina ainda sua relação com o sagrado e conserva valores colocados à parte pelo homem da cidade. Esta integração de espaços como territórios interligados, “céu e terra”, gera espanto e

insegurança quando da apropriação latifundiária configurada como dominação dos espaços (Georges Gurvitch, Apud: QUEIROZ, 1973).

(...) num estado do campo em que se vê o poder por toda a parte, como em outros tempos não se queria reconhecê-lo nas situações em que ele entrava pelos olhos adentro, não é inútil lembrar que – sem nunca fazer dele, numa outra maneira de o dissolver, uma espécie de círculo cujo centro está em toda parte e em parte alguma – é necessário descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhes estão sujeitos ou mesmo o exercem.

(BOURDIEU, 1998, p. 7-8)

O camponês, usurpado da participação, de seus direitos de herdeiro natural da terra, encontra na Comissão Pastoral da Terra um aliado e um detentor de saber que o liga ao sagrado. Assim, o seu poder de ação no embate pela conquista da terra, possui um referendo que lhe confere um saber calcado na tradição religiosa cristã, que constitui um poder simbólico, verdadeiro, de seu ponto de vista.

Por outro lado a educação formal se caracteriza como intencionalidade e estabelece suas maneiras viabilizatórias, com objetivos postos previamente, com sistematicidade, levando-se em consideração uma diretriz pedagógica a partir de uma institucionalidade. A educação não-formal, que possui também intencionalidade e objetivos, se diferencia da formal, por não possuir o peso institucional. Já a educação informal pode ser compreendida como o processo educativo que perpassa toda a vida do indivíduo. Segundo esta última concepção, portanto, educa-se na igreja, no sindicato, na família.

Frigotto (1996) compreende a educação como constituindo e constituinte das relações sociais, o que equivale dizer que ela está numa perspectiva histórica e envolvida no campo de disputas ideológica, política, social, econômica, religiosa,

cultural. Considerando-se que o saber seja uma forma de poder e que a reprodução das relações sociais compreendem processos educativos, que são intrínsecos a essa reprodução ou à sua refuncionalização, então a educação possui um papel social e que não pode ser reduzida a um fator, mas deve ser “concebida como uma prática social, uma atividade humana e histórica que se define no conjunto das relações sociais, sendo ela mesma forma específica de relação social” (1996, p. 31). Aliás, é nessa perspectiva de educação como prática social que o presente trabalho se ampara, buscando desenvolver a consideração de que a ação política da CPT constitui também, e por isso mesmo, ação educativa. E é novamente Frigotto (1996, p. 26), incorporando texto de Cândido Gryzybowski, quem explicita:

a educação é, antes de mais nada, desenvolvimento de potencialidades e apropriação de “saber social” (conjunto de conhecimentos e habilidades, atitudes e valores que são produzidos pelas classes, em uma situação histórica dada de relações para dar conta de seus interesses e necessidades). Trata-se de buscar, na educação, conhecimentos e habilidades que permitam uma melhor compreensão da realidade e envolva a capacidade de fazer valer os próprios interesses econômicos, políticos e culturais.

A educação não pode ser compreendida, deste ponto de vista, dentro de um sistema fechado de transmissão de conhecimentos ou como repasse de conteúdos, mesmo que isto se estabeleça de forma flexível. Educar é, pois, antes de tudo, desenvolvimento de habilidades e processos cognitivos. Educar é também, desvelar o mundo, trazer à tona a “experiência histórica, política, cultural e social” (FREIRE, 1999, p. 47). Assim, atesta ainda Paulo Freire, “ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar as possibilidades para a sua produção”, desta forma é que a experiência do aprendizado é um “assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador (...)”.

O conhecimento é capital humano, capital social adquirido, que se transforma em poder de ação. Neste sentido a educação agrega poder de atuação, pois se materializa em capacidades cognitivas, em potencialidades. Conhecer a realidade que nos cerca é educar-nos no sentido crítico, analítico do real, essa potencialidade é inerente ao ser humano, o seu velamento como ideologia traz não só o distanciamento da realidade, mas o distanciamento do conhecimento de si, impedindo-se a possibilidade de “assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto”. (FREIRE, 1999, p. 46).

A subordinação das práticas educativas aos interesses econômicos faz com que elas sejam agregadas em práticas e conteúdos diversificados, ao mesmo tempo em que tenta ideologizar um tipo de conhecimento como o único verdadeiro. Assim acaba-se por subordinar todo o processo educativo à formalidade institucional. Mas reconhecer outro tipo de educação é ao mesmo tempo potencializar ações transformadoras que extrapolam o *status quo* de uma dada sociedade.

A CPT realiza a leitura da realidade rural e analisa a situação político-econômica considerando o processo de desvelamento da realidade para que o conhecimento das ações políticas, aliadas ao conhecimento da vida diária, envolva o trabalhador em “uma identidade cultural”, criando possibilidades para que perceba sua dimensão como indivíduo e como ser coletivo, pertencente a um grupo social. Porém a “assunção” do indivíduo, como é colocada por Paulo Freire, no sentido de que ele assumira atitudes a partir do estabelecimento do conhecimento, “tem que ver diretamente com a assunção de nós por nós mesmos”. Este processo, contudo, não está livre de “forças que obstaculizam a busca da assunção (...)” (1999, p. 47).

Mais que o saber institucionalizado, esses processos educativos servem como capital social adquirido e contam no campo de atuação. O trabalhador ao assumir-se como pertencente a um segmento ou grupo social, define sua ação, potencializando-a na direção desejada. A educação assume aqui o caráter do saber, conhecer a realidade, saber ler a vida diária da mesma forma que se lê os signos gráficos, culturalmente estabelecidos em grupos fonéticos.

É esse processo educativo que favorece ao trabalhador rural identificar-se e assumir-se, pois longe das linguagens dificultadas por processos alienantes e ideológicos, ele é quem assume o protagonismo histórico. É o envolvimento direto do trabalhador rural que conta nesta leitura da realidade, bem como a compreensão de que ele faz parte deste conjunto de ações que compõe a realidade social. A partir de pesquisa realizada em assentamentos rurais goianos, Pessoa (1999, p. 261) diz o seguinte:

Na busca de compreensão dos assentamentos rurais, na sua história e cotidiano, não se poderia negligenciar a dimensão da produção e da transmissão de conhecimentos, uma das dimensões mais primitivas do existir humano. Ela é inerente à própria constituição dos grupos e das biografias. Ela está, para ficar no contexto camponês, em cada palmo de chão pisado e cultivado, na casa e nos utensílios, na roça e nos seus produtos. A perda desse espaço (...) significa também a perda de todo um conjunto de símbolos e significados...

3.1 – O b-a, bá da denúncia

A CPT mantém, desde sua origem, como instrumento principal de ações, a denúncia das violências ocorridas no meio rural brasileiro. A coleta de informações e sua respectiva documentação tornam-se, portanto, fundamentais para uma eficaz ação pastoral. Além desta documentação, a CPT mantém ação constante na defesa dos direitos humanos na área rural, realizando visitas e assessoramento jurídico aos

trabalhadores, contribuindo nas discussões e na criação de sindicatos e apoiando aos já existentes. Promove ainda assistência aos presos e torturados pela questão agrária e às famílias dos assassinados. Mais recentemente, em algumas regiões, desenvolve assessoria agrícola, como forma de fortalecer a conquista da terra e a permanência nela.

A CPT está organizada em todo o território nacional, em 21 regionais, sendo que seu secretariado nacional está sediado em Goiânia. Os secretariados regionais geralmente se situam nas capitais dos estados, tendo em alguns casos abrangência em dois ou mais estados. Através da organização destes regionais, a CPT contribui, dentre outras atividades, para a realização de *romarias da terra*, interligando assim, o significado religioso tradicional das peregrinações aos centros de devoção popular, ao tema contemporâneo da reforma agrária. Procura ainda estar sempre presente nas ações dos trabalhadores rurais, visando um fortalecimento do senso de legitimidade de suas lutas pela terra.

Esta presença constante de seus agentes na realidade dos trabalhadores rurais torna-a e a seus agentes, alvos da mesma violência destinada aos camponeses. Esta parceria acrescenta um elo mais forte, conferindo-lhe um sentido de unidade indissociável. Suas ações, específicas em cada região, assumem as necessidades locais, mas se unificam na linha geral de sua missão, exposta nos três objetivos observados em *Caderno de conflitos*, 1997, p. 76:

I. Viver na solidariedade e com criatividade o serviço pastoral ecumênico das Igrejas Cristãs aos pobres da terra, para que a possuam em paz e a façam produzir para o bem de todos e todas; II. Promover e valorizar o direito à plena cidadania dos excluídos da terra e o respeito de seu direito 'a diferença'; III. Celebrar em comunidade a fé no Deus da Terra e da Vida e animar a esperança dos pobres da terra.

A atuação ecumênica proposta desde seu nascimento auxilia em sua ação e favorece o assessoramento aos trabalhadores, tendo em vista que o camponês possui uma visão unificada do sagrado e da realidade terrena. Assim, não se pode descartar a existência de trânsito entre as várias confissões religiosas e, mesmo quando isso não ocorre, há uma conjugação de ações que, superando os conflitos e contradições imediatos, tendem a contribuir para ações conjuntas, quando a violência incide sobre algum de seus membros.

Procurando “unir o conhecimento popular e a análise científica da realidade” (CPT, 1997, p. 76), a CPT organiza um banco de dados, unificado em seu Secretariado Nacional, com as informações coletadas nos regionais; através de informações e relatórios de sindicatos e federações, de reportagens publicadas em revistas, jornais e boletins, de processos jurídicos e depoimentos pessoais. Estas informações passam por um processo de triagem, determinando seu contexto e sua origem, relacionado-as fundamentalmente com a questão agrária brasileira.

Estes dados são arquivados em programa específico e, ao final do ano, são publicados “os conflitos e questões que ocorreram durante o ano em destaque. Conflitos antigos e não resolvidos só figuram no relatório se tiverem algum desdobramento ou ocorrência durante o ano estudado” (CPT, 1997, p. 76). O relatório de conflitos anuais publicados pela Comissão Pastoral da Terra sofreu várias alterações em sua apresentação editorial, porém os dados informativos, ou seja, os itens trabalhados em termos de conteúdo, organizados em quadros, possuem uma certa regularidade, possibilitando sua observação, evolutiva ou não.

José Vicente Tavares dos Santos (1993a) realiza uma leitura explicativa da violência política evidenciando a dominação do lavrador. Explicita que de trabalhador

livre é transformado e subjugado ao dono da terra ou a seu arrendatário. Esta relação se fundamenta na impunidade social e jurídica. Este fenômeno acaba por legitimar toda e qualquer violência praticada, seja na relação com a natureza, seja nas relações cotidianas de convivência e dominação entre as classes, ou mesmo aquelas dos programas governamentais e/ou particulares, utilizando-se ainda da violência simbólica que intimida.

A Comissão Pastoral da Terra, integrada por representantes das Igrejas Católica, Metodista e Luterana, consegue estabelecer uma relação com os trabalhadores nas questões dos conflitos agrários, tratando-as de forma abrangente, buscando promover uma ampla ação pedagógica sobre a sindicalização, a organização e assessoria acerca dos direitos dos trabalhadores rurais e dos direitos humanos. Assim, acompanhar o conflito em seu *locus* torna-se necessário e fundamental para a 'capacitação/especialização' dos agentes.

Buscando definir melhor o que significa uma ação pastoral no meio rural, a CPT delimita seu campo de acompanhamento e denúncia das lutas pela terra, estruturando-se, como apoio, suporte e aliados na ação os Movimentos Sociais, como: entidades civis, ONG, Igrejas e Organizações, sindicatos e partidos políticos. As políticas governamentais (agrícola e agrária), o meio ambiente, a Amazônia e as eleições seriam o *locus* de acontecimentos, normalmente responsáveis pela ocorrência dos conflitos e, configurariam como os alvos da denúncia: os conflitos possessórios, trabalhistas, as questões sindicais, de seca e a política agrícola.

3.2 – A denúncia vai à escola

Com a estratégia da denúncia, desde 1980, a compilação dos dados vem sendo ampliada, na medida em que começa a contar sistematicamente com assessores reconhecidos academicamente e que passam a possibilitar uma leitura mais 'científica' dos dados. As informações ganham um arcabouço teórico explicativo com categorias melhor conceituadas, com precisão e distinção terminológica⁶ para o que se denominava trabalhador rural, camponês, lavrador, rurícola, ruralista, bóia-fria, ribeirinho, seringueiro e outros, numa tentativa de clarificar e expressar com maior precisão os conflitos existentes, levando-se em consideração ainda a dimensão continental do país.

Esta preocupação se justifica devido ao tipo de intermediação que a CPT realiza e que possui o caráter da denúncia. A precisão dos termos no momento de expor a violência poderia mover o fiel da balança acrescentando crédito ou não às suas denúncias. Nesta mesma perspectiva foi realizado um estudo legal, a partir de 1988 e que contou, no início, com a ajuda do advogado Oswaldo Alencar Rocha. Estes estudos contribuíram para o aprimoramento dos dados estatísticos e para a sua divulgação.

A proposta para a estruturação dos grandes temas de documentação foi apresentada a partir de oito grandes linhas⁷ subdivididas em itens focalizados, sendo que quatro observavam o campo de atuação dos trabalhadores, três o campo de atuação das organizações ruralistas e patronais no meio rural e uma visava demarcar os aliados, ou possíveis cooperadores. O campo de atuação e organização dos trabalhadores foi

⁶ Para saber mais sobre isto ver texto datilografado "Categorias encontradas no Campo – Brasil". Este trabalho embora date de 1989, desde 1980 a CPT já vinha discutindo e utilizando seus conceitos, que contou com a assessoria de José de Souza Martins.

⁷ Não existem documentos em que apareçam formalmente estes estudos, mas apenas anotações de reuniões realizadas na época, algumas inclusive sem data e, cujo papel no qual estão escritas, nem mesmo levam o timbre da entidade, ou mesmo sequer nomeiam os participantes de tais discussões.

estruturado tendo como primeira grande linha de observação, os “indicadores sócio-econômicos” para traçar um perfil do modelo de desenvolvimento nos Estados e no Brasil. Estes indicadores trariam subsídios para compreender a estrutura fundiária, a distribuição de renda, a PEA no campo, a saúde e a educação rural.

A segunda grande linha ficou estabelecida como “Políticas governamentais”, tomando-se a assessoria do IBASE como ponto de partida para apreender: a) o discurso do governo; b) as demandas da sociedade, c) as medidas efetivamente tomadas pelo governo, com isto se traçaria a compreensão acerca da política fundiária: projetos de colonização, o PNRA e os tributos; a política agrícola: planos regionais, SUDENE, SUDAM; as “agências” dos governos: IBAMA, INCRA, IDAGO, INTERPA, FUNAI; a política energética e mineral e a política ambiental.

Na terceira linha vinham os “Grandes projetos” como foram a construção das hidrelétricas e dos projetos de Carajás, JICA e JARI. Esta linha forneceria informações que capacitariam a análise sobre a “intervenção concentrada no espaço e no tempo de uma massa de capitais para atividades básicas”⁸, e os efeitos sobre as populações locais. A quarta linha visava observar os “componentes constitutivos da sociedade civil”, ou seja, os grupos e movimentos sociais: sindicatos; grupos e organizações indígenas; OAB; ONG; associações; Igrejas; religião popular e a “dimensão profética”.

Nas organizações ruralistas e patronais, a primeira grande linha traçada foi “formas de luta e organizações” existentes, visando apreender as experiências alternativas de desenvolvimento, contabilizar o crescimento econômico, e destacar as ações de justiça social com participação popular e preservação do meio ambiente. Para

⁸ Conf. Documento do Secretariado Nacional da CPT, digitado (Word 5.0) intitulado “Propostas para o setor de documentação”. s/d. 4p.

isso era necessário compreender a luta pela terra, apreender as experiências alternativas, estabelecer estratégias de aliança e formular pautas de reivindicações.

A segunda linha denominada “Meio ambiente” visava a “proteção do ecossistema e qualidade de vida para as populações marginalizadas”, para isto havia que se perceber o deflorestamento⁹, a desertificação e erosão do solo, a utilização de agrotóxicos e de novo observar a Amazônia, pois a ecologia seria percebida “a partir dos povos da floresta”: índios, seringueiros, ribeirinhos, colonos e posseiros. E nomeadamente nos estados do Acre, as reservas extrativistas, no Amazonas a defesa dos lagos e rios, em Rondônia e Mato Grosso as formas alternativas de produção e comercialização. E de forma geral seriam observados os “indicadores da degradação ambiental e humana” nos garimpos e mineração; deflorestamento, objetivando suas causas e elaborando um balanço dos mesmos, e ainda a saúde e a educação.

Como terceira e última linha deste bloco, temos o “capital privado” sob suas várias formas de envolvimento na agricultura: pecuária; agroindústria; complexo madeireiro e mineração, em seus níveis local, regional, nacional e internacional, atuando junto com o grande, médio e pequeno proprietário. A quarta linha trata as “relações internacionais” como aspectos de cooperação e solidariedade internacionais, relacionadas com a defesa dos direitos humanos, objetivando formas alternativas de desenvolvimento na dimensão social, política, econômica e pastoral.

⁹ O termo deflorestamento, ou desmatamento, com é mais comumente usado, é mantido aqui conforme aparece no documento “Propostas para o setor de documentação”, do Secretariado Nacional da CPT.

3.3 Fazendo as contas da violência

É preciso possuir uma visão geral dos fatos ocorridos no campo para que estes possam ser apreendidos e denunciados, realizando, portanto, uma interligação dos vários aspectos da realidade. A CPT se depara com a necessidade de proceder a essa “denúncia” e de realizar essa interligação. A CPT já realizava desde 1975 descrições sobre cada caso que acompanhava e, embora produzisse estatísticas, o primeiro levantamento publicado em nível nacional ocorre em 1980, no seu boletim, com o título de “Lista de conflitos”. Esta lista é elaborada contendo apenas o número de ocorrências de conflito na Amazônia Legal, e as pessoas envolvidas nestas ocorrências. A lista vem organizada por estado.

Um levantamento desta forma foi o primeiro a ser realizado no país. Os órgãos oficiais não possuíam cadastramento e os sindicatos realizavam procedimentos descritivos de casos. A CPT publica tabelas e gráficos identificando aquelas vítimas das quais possuía informações relativas ao tipo de violência sofrida: tentativa de assassinato, assassinato, ameaças de mortes e outros. Esse tipo era denominado de violência contra a pessoa e os despejos, expulsões das áreas de posse, destruição de pertences e outros, eram denominados violência contra a propriedade. Todos os tipos de violências, contudo, devem se correlacionar na categorização de conflitos agrários.

Quando os dados foram divulgados, o INCRA, que iniciava seu cadastramento das áreas de tensão rural, sob a forma de cadastro autodeclaratório, ou seja, não se averigua a declaração prestada pelo declarante no preenchimento do cadastro; através de Paulo Yokota, então presidente do órgão, tentou minimizar os dados apresentados dizendo: “Tomando por base o documento da CPT (916 conflitos

de terras aos diferentes pontos do país) este total seria então equivalente a 0,02% do total de imóveis registrados no INCRA” (TORRES, 1981), pois segundo ele havia neste período 4 milhões e 500 mil imóveis rurais registrados. Ainda segundo ele:

(...) a CPT está misturando bananas com tomates. Ao referir-se à impropriedades do levantamento mencionou os itens desapropriação (45 casos de conflitos citados) e trabalhos de colonização (outros 20 casos) que a Igreja arrolou como “provocadores de conflitos de terra”, quando na verdade, segundo Yokota, representam a solução de um determinado problema, e não um “conflito que está surgindo”. –Tenho medo de que estejam somando onde deveriam diminuir – assimilou.

(TORRES, 1991).

Tentando compreender as explicações dadas pelo presidente do INCRA, o que nos termos do presente estudo, faz parte da pedagogia da violência, podemos dizer que os instrumentos utilizados pelos órgãos oficiais para resolução das pendências e litígios foram e continuam sendo a colonização, a desapropriação e as discriminações realizadas a partir de quem se imagina árbitro. Estes instrumentos, no entanto, são parciais e quase sempre assinalados em suas intervenções com ações de impunidades. “Contabilizar os resultados de suas próprias ações como conflito poderia significar uma aceitação latente de co-responsabilidade” (WAGNER, 1991, p. 76).

Em 1985 há um aprimoramento tanto das técnicas de coleta de dados quanto da apresentação gráfica destes levantamentos. A CPT passa a dedicar uma publicação oficial específica para a denúncia das ocorrências, os *cadernos de conflitos*¹⁰. A partir da leitura e exposição de seus números de violências, buscaremos realizar uma análise das ações de oponentes postos no *campo de ação* e suas tentativas de conseguir respaldo e apoio em seus embates, ações que serão lidas a partir das tabelas e estatísticas

¹⁰ Em anexo a primeira publicação da CPT, *Caderno Conflito 1985*.

publicadas desde 1985 até 1995. O primeiro quadro apresentado em 1985 (p. 15) é o seguinte:

Quadro 1

Tipo de conflito	Nº. de conflitos	Famílias envolvidas	Pessoas envolvidas	Área conflito / ha.
1-Terra	636	86.854	405.456	9.557.902
2-Bóias-Frias	30		659	
3-Trabalhista	76		159.185	
4-Sindical	13			
5-Seca	9		1.400	
6-Garimpo	4			
7-Agrotóxicos			651	
8-Outros			3	
TOTAL	768	86.854	567.354	9.557.902

Fonte: CPT: *Cadernos de conflitos* 1985.

A análise deste quadro é feita por Ivo Polleto e consta do mesmo caderno: “A terra - grilagem, defesa da propriedade, posse e lutas de conquistas – é o motivo principal dos conflitos: dos 768 conflitos, 636 estão ligados à terra, envolvendo quase 87.000 famílias, o que significa mais de 400.000 pessoas”. Assim, demonstrando o quadro, realizando uma leitura de seus dados, Polleto (CPT, 1985) complementa com uma proposta de transformação desta realidade, tornando claro o motivo do conflito:

E a área em litígio não é pequena. São 9,5 milhões de hectares. Para se ter uma idéia de extensão dessa área, basta indicar que se ela fosse repartida, na base de 30 hectares por família, daria para beneficiar 318.597 famílias, isto quer dizer: quase 5 vezes o número de famílias envolvidas no conflito. (p. 15)

O quadro 2, que retrata a violência no campo está assim organizado na p. 17 do *Caderno de conflitos* de 1985, sob o título: “Violência no campo – Brasil”. Há, porém, na página 16, uma introdução a este quadro, e o título da análise sugere uma

nova definição ao campo, “conflito = violência e sangue” antepõe uma visão da realidade a ser retratada e já assinala o antagonismo evidente.

Quadro 2

Tipo de conflito	Nº. de conflitos	Mortos /Assassinados	Feridos	Fresos
1-Terra	636	125	117	482
2-Bóias-Frias	30	66	563	
3-Trabalhista	76	14	33	69
4-Sindical	13		4	
5-Seca	9			6
6-Garimpo	4	3		
7-Agrotóxicos		5	646	
8-Outros		3		
TOTAL	768	216	1.363	557

Fonte: CPT: *Cadernos de conflitos* 1985.

Para proceder à leitura deste quadro, Polleto destaca do número total de mortos, os assassinatos, que perfazem um total de 145 em oposição aos 71 restantes, vítimas das más condições de trabalho. Este destaque se faz necessário para evidenciar a violência diferenciada das mortes procedentes de condições de trabalho, não condizentes com os procedimentos de segurança à vida humana, daquelas que são resultantes da “violência empregada pelos fazendeiros e seus jagunços”. Polleto (1985, p.16) esclarece ainda que

(...) não morrem apenas 216 camponeses/trabalhadores rurais/índios/agentes pastorais, mas milhares, especialmente crianças inocentes. Os 216 são os mártires, as vítimas das iniciativas de conquista, os sinais que denunciam a política, a exploração e a opressão que matam, anunciando ao mesmo tempo em que a terra será libertada pela ação dos oprimidos.

À exposição dos números se segue ainda uma exposição detalhada dos fatos resultantes destes conflitos, ao mesmo tempo em que confere a crueza da violência,

delineia que novas ações são necessárias para que se altere de maneira satisfatória a estrutura fundiária, tornando efetiva a justiça social.

As 2.137 pessoas atingidas diretamente pela violência são um sinal da desumanidade que se abate sobre os posseiros, sem-terra e demais trabalhadores rurais. É comum, além das balas assassinas, ficarem as famílias ao relento, ou em acampamentos nas beiras das estradas, por terem sido expulsas da terra, queimados seus barracos e pertences, perdidas as plantações e animais domésticos. Mais rotineira também a realidade da miséria, da fome, da morte por falta de qualquer tipo de assistência, do suicídio desesperado...(POLETO, 1985, p. 16).

Em oposição a uma chamada “pacificação rural” apontada em Roberto Romano, ao longo de seu livro *Brasil: Igreja contra o Estado*, publicado em 1979, e que seria uma pacificação resultante de trabalhos pastorais, podemos dizer que as tensões no campo assinalam uma situação crônica de ocorrências conflitivas, sem que se possa vislumbrar soluções, de forma efetiva. A exposição destas ocorrências assinala um momento em que se põe às claras, coloca-se à mesa os fatos, denunciando-os, mas também dizendo: é necessário que saibamos o que nos atinge.

A explicação das violências ocorridas vem com uma análise da conjuntura social e política, fazendo um balanço da então chamada Nova República e do processo de descentralização que ao transferir poder aos poderes locais favorece o latifúndio, pois na estrutura agrária brasileira é o poder oligárquico local que possui o poder político. Estabelece-se, assim, uma íntima relação entre a “organização dos latifundiários e o estado”.

Neste ano de 1979 é assinalada também uma nova postura diante da violência. As ações dos trabalhadores como agentes construtores da realidade, expostos no número de greves ocorridas, nas ocupações efetuadas, nas manifestações públicas, nas ações de solidariedades recebidas, demonstrando de forma geral a possibilidade e a

efetividade de uma reação, na qual os trabalhadores não são só vítimas, mas agentes de transformação, por mais desigual que seja a relação e, utilizando seus espaços possíveis, vão se delineando possibilidades de mudanças.

É neste contexto que podemos diferenciar o conceito de invasão utilizado pelos órgãos oficiais e pela mídia, quando da entrada de trabalhadores em latifúndios, e a contraposição da CPT e de seus agentes que afirmam se tratar de ocupação. Invasões são atos de grilagens, procedimento de quem não possui o direito, mas que quer se impor aos seus contendores pela força expropriando posseiros e ocupantes naturais, como é o caso dos índios.

Terminologicamente considerado o efeito simbólico da palavra ocupação não fere o que estabelece o direito positivo, a partir do direito consuetudinário. O homem necessita sobreviver, necessita se alimentar e a terra é o bem primordial para sua sobrevivência. Está embutida, porém, na utilização deste termo, a não ofensa à lei humana. Estar ocupando é diferente de estar invadindo. Ocupar pressupõe espaço vazio, o latifúndio. Invadir pressupõe ferir o direito adquirido legalmente de outrem.

Ao longo das publicações da CPT o aprendizado conferido pelas ações dos trabalhadores no sentido de reverter, de desnudar a violência, começam com o desvelamento próprio da palavra, em contrapartida àquelas utilizadas para justificar as ações governamentais e particulares, que visam arrefecer essas posturas ousadas dos trabalhadores. O poder simbólico conferido à linguagem traduz mais que a necessidade material premente, ele confere também o direito de fato. Aqui não se fere a lei instituída socialmente, mas busca-se a justiça, o direito à vida.

Mesmo as chacinas contabilizadas ao longo dos *cadernos de conflitos*, os assassinatos anunciados em listas de mortes e em tentativas anteriormente frustradas,

em ameaças de morte, não arrefecem o número de ocupações realizadas, ou mesmo outras ações consideradas passíveis de punição legal. O reforço da solidariedade encontrada nas instituições religiosas parece conferir ao trabalhador algo para além do “receio” da morte, podendo até parecer que quem vive no limite da miséria, transcender o medo da morte não é opção, mas se estabelece como condição inerente à sua própria situação.

Há aqui um novo sentido, pois de vítima anônima da miséria e da violência, a ação passa a ser alimento para novas ações. Precisamente nesse momento os universos simbólicos carregam consigo o poder de ensinar, de conferir a transcendência para aqueles que continuam suas vidas, pois não se trata só de justiça social, de necessidade premente de sobrevivência, mas também de reconstruir o sagrado e de restituir-lhe o poder de estar presente nas existências concretas dos trabalhadores rurais.

As estatísticas elaboradas através dos anos pela CPT vêm demonstrar que apesar dos números da violência oficial e particularizada terem aumentado, e de terem as suas formas sofrido um refinamento, os trabalhadores continuam atuando e buscando novos aliados. Não são só expulsões da terra, mas agora apreensão de ferramentas são efetuadas. São registrados criminalmente e individualmente os transgressores. Crimes possessórios passam a ser tratados como crimes comuns, contra a pessoa. E como crime comum, a penalização recai sobre o indivíduo, retirando do crime o seu peso socioeconômico e político-estrutural. Os trabalhadores apoiados por seus aliados passam a reconhecer seus direitos e a exigí-los como um novo posicionamento no campo de luta. O quadro geral comparativo de conflitos pode demonstrar isso¹¹:

¹¹ Devido a uma variação de informações nos *cadernos de conflitos*, consideramos os conflitos de terra e outros agregados aos conflitos trabalhistas, como seca, ação sindical, política agrícola e conflitos em áreas de garimpo, que figuram até 1988. Os casos de trabalho escravo só serão especificados a partir de 1992.

Quadro 3

Tipos	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
TERRA	636	634	582	621	500	401	383	361	361	379	440
Outros	98	110	183	126	101	65	70	72	184	106	114
Total	734	744	765	747	601	466	453	433	545	485	554

Fonte: CPT: *Cadernos de conflitos*. 1985-1997.

A UDR, criada em maio de 1985, ancora-se na coalizão de interesses que compreende latifundiários, grupos industriais e agropecuários e vai se constituir durante muitos anos como força complementar e armada, para-legal, com ação atuante em situações de conflitos. A CPT publica em contrapartida, nominalmente os casos de assassinatos e de tentativas de assassinatos de trabalhadores rurais e os nomes dos mandantes e executores, sob o título de “indícios de autoria”.

3.4 Em campo um novo sujeito social – o ocupante de fazenda

A relação das ocupações realizadas, registradas, inclusive, com as datas das ações, é outra forma de demonstrar as conquistas e as lutas efetivadas. Muito embora o quadro traga consigo a realização de mais de uma ocupação numa mesma área, levando à compreensão de que houve processos de retiradas destes trabalhadores, pela via legal de despejo ou de expulsão, trata-se, no entanto, de reforçar a idéia de luta, resistência e conquista.

Vejamos isso no quadro 4 que foi elaborado levando-se em consideração o número de cinco pessoas por família. As expulsões em geral são efetuadas sem o uso de procedimentos legais, como no caso dos despejos judiciais.

Quadro 4

EXPULSÕES E DESPEJOS

Ano	Expulsões	Ameaças de Expulsão	Despejos	Ameaças de despejo
1985	2.680	1.425	632	0
1986	3.685	735	1.072	12
1987	14.738	8.047	2.441	0
1988	19.264	6.621	2.795	4.000
1989	8.696	4.045	3.938	120
1990	12.980	10.557	5.078	209
1991	11.540	15.115	3.317	2.452
1992	10.604	5.182	6.298	4.527
1993	10.949	5.234	12.478	6.500
1994	9.034	4.715	20.448	15.582
1995	3.650	2.114	13.002	13.350

Fonte: CPT: *Cadernos de conflitos* 1997, p. 7.

Apesar das mobilizações serem numericamente limitadas a conflitos localizados, há ainda a positividade da função da exposição dos dados que tenta interligar as ações, constituindo uma unidade integradora e de superação dos regionalismos. Esta proposta fica clara nas análises dos processos reais que são subjacentes a cada conflito, situando-os numa conjuntura sócio-política e estrutural.

Mesmo que as tentativas dos trabalhadores sejam localizadas, há em suas ações um pressuposto básico de emergência social e política que representa os anseios de um grupo social, capaz de pressionar os centros de poder, colocando em pauta as suas reivindicações. A mediação de instituições como a CPT e outros organismos internacionais, agrega ainda, mais uma qualificação a essas reivindicações. Trata-se agora de responder, não a grupos isolados, mas de demonstrar uma proposta de solução coletiva.

As mobilizações e manifestações vão se alterando e se complexificando na busca de novos aliados. As ocupações de prédios públicos¹² são efetuadas como alternativas de se conseguir recursos para a produção e para a legalização de terras em litígios, dentre outros. Estas manifestações vão criando força e passam a ser uma das armas mais usadas pelos trabalhadores, mas em contrapartida uma das mais combatidas e penalizadas. Com isso os processos de desapropriação são paralisados nos estados que registram ocupação de prédios públicos.

Podemos dizer que o enfoque demonstrativo dos quadros constantes nos *Cadernos de Conflitos*, embora enfatize a análise da violência sofrida pelos trabalhadores, demonstram as lutas e conquistas realizadas, resgatando com isso a dimensão da fé e da esperança na luta, mesmo que apareçam relacionados também os números das vítimas¹³. O poder simbólico da fé e a força da palavra tentam atrair para a realidade de violência o valor da conquista e o compromisso quase transcendente de superação do medo da morte, da violência, da injustiça, para o resgate do homem, possuidor de direitos.

¹² A CPT publicou estas manifestações junto com as ações de luta pela terra, embora realizasse análises específicas, porém em 1997, dedica de forma separada um quadro às manifestações.

¹³ Ver em anexo, quadro comparativo de assassinatos e tentativas de assassinatos.

Quadro 5

TENTATIVAS DE ASSASSINATOS

Ano	Assassinatos	Tentativa de assassinato	Ameaças de morte
1985	139	37	361
1986	122	27	241
1987	133	77	228
1988	110	76	197
1989	67	106	194
1990	82	90	232
1991	54	217	263
1992	47	48	173
1993	52	37	156
1994	47	62	212
1995	41	43	155

Fonte: CPT: *Cadernos de conflitos* 1998, p. 51.

Em suas denúncias, a CPT distingue níveis de violência, não estabelecendo nem hierarquia, nem juízos sobre ela, porém busca diferenciar agressões físicas que podem decorrer sem que haja algum tipo de lesão corporal ou ameaças, ações terroristas e a violência contundente do assassinato. Esse fato pode ser considerado como uma forma de alicerçar a denúncia, mas também municia a vítima na identificação de seu agressor, estabelecendo o desvelamento, para sua ação.

Ainda, a análise focalizada no fenômeno da violência reflete a mediação realizada pela CPT que protagoniza não apenas um exercício de transição para a efetivação da democracia, mas uma tentativa de agregar aos trabalhadores um poder de negociação que possa ir além de suas forças isoladas e, conseqüentemente, conferir-lhes ganhos sócio-políticos e econômicos.

O poder de negociação, de imputação de forças, de barganha dos trabalhadores, tem se conduzido de maneira satisfatória dado o poder de pressão política necessário à demanda por uma reforma agrária, pois a estruturação de movimentos de

trabalhadores, dentre eles o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, surgiu a partir da estrutura de serviços religiosos da Igreja Católica, especialmente de seus setores mais populares, que tinham na CPT sua extensão mais objetivada ao campo. Hoje essas organizações atuam de modo autônomo, tendo, no entanto, apoio e assessoria quando necessário.

Vejamos no quadro a seguir, a história dos conflitos no campo, através de um levantamento dos casos considerados chacinas.

Quadro 6

CHACINAS

Nº	DATA	MUNICÍPIO	UF	Nº MORTOS
01	02/07/85	Canavieiras	BA	04
02	13/06/85	São João do Araguaia	PA	05
03	18/06/85	São João do Araguaia	PA	03
04	/06/85	Marabá	PA	04
05	27/09/85	Marabá	PA	05
06	09/06/86	Trairi	CE	03
07	22/12/86	Jauru	MT	05
08	07/03/86	Colmeia	TO	03
09	11/02/87	Itacarambi	MG	03
10	/02/87	Ribas do Rio Pardo	MS	05
11	17/01/87	Alta Floresta	MT	03
12	13/08/87	Marabá	MT	03
13	03/09/87	Xinguara	PA	03
14	24/10/87	Rondon do Pará	PA	03
15	29/12/87	Parauapebas	PA	30
16	03/06/87	Pimenta Bueno	RO	06
17	27/06/87	Jauru	RO	03
18	31/03/87	Sarandi	RS	03
19	28/03/88	Benjamim Constant	AM	14
20	/ /89	Aripuanã	MT	05
21	/02/89	Salto do Jacuí	RS	06
22	15/10/90	Terra Nova do Norte	MT	04
23	17/06/93	Tailândia	PA	04
24	12/09/93	Tucumã	PA	04
25	/08/93	Aldeia Haximu	RR	16

26	03/02/94	Amapá	AP	03
27	06/08/95	São João do Araguaia	PA	04
28	09/08/95	Corumbiara	RO	09
29	14/08/95	Corumbiara	RO	02

Fonte: CPT: *Cadernos de conflitos* 1996, p. 52.

Alguns esclarecimentos são necessários para a compreensão dos números colocados no quadro acima. No item 15, o número de mortos é aproximado, podendo chegar a 30 mortos e 133 desaparecidos. O item 28 refere-se a 08 adultos e a uma criança, Vanessa de Oliveira, de 09 anos, que foi atingida por uma bala e sua mãe não pôde participar do velório, pois estava detida pela polícia, e os dois mortos constantes do item 29 morreram em consequência dos ferimentos provocados no dia 09/08/95, em Corumbiara, ou seja referem-se ao fato constante no item 28. O item refere-se a pessoas mortas num acidente criminoso. E finalmente, no item 21, as mortes foram resultantes da pulverização de agrotóxico sobre o acampamento, feita de forma proposital com a utilização de avião, provocando a morte de seis crianças.

Apesar das chacinas ocorridas, as ocupações de terras têm demonstrado um crescimento diferencial, que pode ser considerado resultante deste trabalho pedagógico, em que o aprendizado se expressa em ações concretas. Lutas pela terra sempre aconteceram no Brasil, sempre houve grupos que perceberam a importância da relação com a terra como meio de reprodução e de sobrevivência. Contudo, a explicitação destas lutas e a sua interligação com questões sócio-políticas nacionais, e com um discurso unificado, só aparecem a partir da mediação da CPT.

Quadro 7

OCUPAÇÕES DE FAZENDAS

1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
		67	72	90	50	77	81	89	119	146

Fonte: CPT: *Cadernos de conflitos* 1985-97.

O poder simbólico, traduzido na linguagem, confere ao grupo valores que irão se impor como novos princípios, sendo que “o estigma produz revolta contra o estigma, que começa pela reivindicação pública do estigma” (BOURDIEU, 1998, p. 125). Assim o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, ao mesmo tempo em que é marginalizado, distinto do poder dos proprietários, também os inclui como grupos de poder e alianças. Neste mesmo sentido Bourdieu afirma que

(...) a revolução simbólica contra a dominação simbólica e os efeitos de intimidação que ela exerce tem em jogo não, como se diz, a conquista ou a reconquista de uma identidade, mas a reapropriação coletiva desse poder sobre os princípios de construção e de avaliação da sua identidade. (BOURDIEU, 1998, p. 125).

Em termos concretos de violência, tem-se a própria fundamentação de que a percepção do mundo social é produto de uma dupla estruturação social, isto é, o lado objetivo, estrutural das autoridades ou das instituições e o “subjetivo, que se estrutura sob os esquemas de percepção e de apreciação susceptíveis de serem utilizados no momento considerado...” (BOURDIEU, 1998, p. 141).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada sociedade define e legitima formas de violência a partir de suas normas sociais. O Estado tem como legítimo o monopólio da violência e a exercita internamente, no âmbito do Estado-nação. As populações, incluídas marginalmente, são vítimas de uma violência difusa, presente nas *relações cotidianas de poder* entre pessoas, grupos, famílias e indivíduos de sexos diferentes.

A violência está presente, portanto, em nossa vida cotidiana e imiscui-se numa prática comum. O Estado trata a violência contra a vida de forma flexível, com atenuantes como honra, defesa própria e outros. Porém, para a violência contra a propriedade, não há perdão. A violência é, portanto, entendida como excesso de poder, exercido nas *relações sociais de grupos e classes*. A perpetuação deste excesso de poder *depende*, no entanto, *das conjugações de forças que se estabilizam ou de sua alteração*.

Neste trabalho a violência é tomada como dano material, físico e simbólico. No âmbito do Estado de direito, relativamente à propriedade privada, consideramos que a defesa destes direitos à propriedade, mesmo que ofuscados pela comprovação do uso de fato, gera ações violentas cujo objetivo é promover uma prática educativa da legalidade instituída no ordenamento jurídico estatal.

Contraopondo-se a essa instituição pedagógica da violência, desenvolve-se uma luta social contra a violência em favor da cidadania, contra a inclusão marginal numa sociedade marcada pela dominação e pela desigualdade econômica e que se utiliza politicamente da produção desta forma de inclusão marginalizada.

Explicitar as causas e os efeitos desta prática pedagógica de violência exigiu da CPT, ao longo de seu trabalho, explicitar também que o poder estabelecido se estrutura como *poder configurado a partir de alianças e projetos de ação*. E que uma *reação unificada* e contrária a ele traria mudanças na estrutura contra a qual se luta, podendo inclusive tomar os universos simbólicos religiosos como poder unificador dessa luta e a vida concreta como necessidade de sua unificação.

Neste conflito estabelecido entre grupos e internamente a eles, foi-se gestando uma nova visão, a partir mesmo da explicitação do jogo, e com isso novas ações se forjaram. A organização do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e o aumento das ações de resistência demonstram a efetividade das *novas forças colocadas em campo*, concretizadas em *alianças e consensos*. Desta forma, a pedagogia da violência se defrontou com uma outra pedagogia, estabelecida como aprendizado da resistência.

Resistência esta, já latente a partir mesmo da formulação de um *capital intelectual* vindo da Igreja Católica que lançara suas bases no Concílio Vaticano II. Essas bases foram posteriormente alargadas na América Latina de modo geral e particularmente no Brasil pela possibilidade e abertura viabilizada pela CNBB. A criação da CPT cumpre um papel importante no âmbito eclesial ampliando a discussão acerca das questões rurais e, em contrapartida, a Igreja se vê envolvida por esta pastoral social tendo que tomar posições frente às questões da propriedade e da posse da terra e, sobretudo, diante da violência que envolve essa temática e vitima agentes de pastoral, padres e freiras.

E uma resistência foi estabelecida também no *redimensionamento relacional* de trabalhadores rurais e sindicatos; nas discussões de uma nova atuação da

CONTAG, nas discussões eleitorais das Federações Estaduais de Trabalhadores Rurais e nas denúncias da existência de sindicatos denominados “pelegos”, ou seja, sindicatos que contribuem para a perda de *capital cultural* e participativo do seu grupo de origem, *agregando forças ao lado contrário do campo de poder* dos trabalhadores rurais, dificultando uma *conduta desviante* que favorecesse a alteração do *status quo*.

Ao ser colocada em foco a questão agrária, uma nova exigência intelectual se apresenta aos envolvidos nessas lutas. Trata-se da reelaboração dos referenciais teóricos estabelecidos até então, que entendiam os trabalhadores rurais e o meio agrário como dependente do avanço intelectual dos operários urbanos. Hoje no Brasil esta categoria de trabalhador rural é a que está mais organizada, é a que mais amplia os limites dos direitos das várias categorias de trabalhadores, estabelecendo acordos em busca de transformações sociais e econômicas, inclusive com manifestações contra privatizações de estatais e denúncias de corrupções mais específicas do meio urbano.

A questão agrária possui atualmente um destaque nacional e internacional que unifica o país e ao mesmo tempo questiona o direito da propriedade, partindo dos direitos humanos estatuídos com sua dimensão congregadora e transcendental do homem que pertence a terra e necessita dela para sua sobrevivência. Dessa base dos direitos humanos chega-se a todas as outras questões que dizem respeito à condição do homem no Planeta.

Relevante é também o processo educacional efetivado pela CPT, ao recuperar a amplitude do conceito de “educação” e ao traz para a vida cotidiana e as relações diárias o aprendizado que se distingue do saber escolar *stricto sensu* e que possui sentido no desenrolar de ações concretas, no afloramento de um modo de ser e fazer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo Agrário em questão*. São Paulo-Rio de Janeiro-Campinas: Hucitec-ANPOCS-Editora da UNICAMP; 1992.
- ADRIANCE, Madeleine Cousineau. *Terra prometida: As comunidades eclesiais de base e os conflitos rurais*. São Paulo: Paulinas, 1996. (Coleção sociologia e religião).
- ARAÚJO, Brás José de (coord.). *Reflexões sobre a agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- ARROYO, Miguel G. A escola e o movimento social: relativizando a escola. *Ande – Revista da Associação Nacional de Educação*. Belo Horizonte; 1987.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BARROS, Raimundo Caramuru de. *Brasil: uma Igreja em renovação*. Petrópolis: Vozes, 1968.
- BORGES, Maria Stela Lemos. *Terra ponto de partida, ponto de chegada: identidade e luta pela terra*. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 1989.
- _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- _____. *El Sentido Práctico*. Madrid: Taurus Ediciones, 1991.
- _____. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- _____. *Lições de aula*. São Paulo: Ática, 1988.
- BRANDÃO, Carlos R. *O que é Educação*. 25. ed. São Paulo: Braziliense, 1989.
- CELAM. *Evangelização no presente e no futuro da América Latina: conclusões da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano*. 8 ed. São Paulo: Paulinas, 1986.
- CORRÊA, Antônio Inácio. *Um lavrador no reino do latifúndio: a luta secular de Davi contra Golias*. Petrópolis: Vozes, 1988.

- COMBY, Jean. *Para ler a história da Igreja*. GONÇALVES, Maria Stela & SOBRAL, Adail V. São Paulo: Ed. Loyola, 1994.
- CPT. *Cadernos de Conflitos*. Goiânia: Secretariado Nacional, 1985.
- CPT. *Cadernos de Conflitos*. Goiânia: Secretariado Nacional, 1986.
- CPT. *Cadernos de Conflitos*. Goiânia: Secretariado Nacional, 1987.
- CPT. *Cadernos de Conflitos*. Goiânia: Secretariado Nacional, 1988.
- CPT. *Cadernos de Conflitos*. Goiânia: Secretariado Nacional, 1989.
- CPT. *Cadernos de Conflitos*. Goiânia: Secretariado Nacional, 1990.
- CPT. *Cadernos de Conflitos*. Goiânia: Secretariado Nacional, 1991.
- CPT. *Cadernos de Conflitos*. Goiânia: Secretariado Nacional, 1993.
- CPT. *Cadernos de Conflitos*. Goiânia: Secretariado Nacional, 1994.
- CPT. *Cadernos de Conflitos*. Goiânia: Secretariado Nacional, 1995.
- CPT. *Cadernos de Conflitos*. Goiânia: Secretariado Nacional, 1996.
- CPT. *Cadernos de Conflitos*. Goiânia: Secretariado Nacional, 1997.
- CPT. *Conquistar a terra, reconstruir a vida*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1985.
- CPT. *A luta pela terra: a comissão pastoral da terra 20 anos depois*. São Paulo: Paulus, 1997.
- CRUZ, José Adelson da. *A luta pela terra, práticas educativas e saberes do médio Araguaia-Tocantins*. Goiânia: UFG, 2000. (Dissertação de Mestrado em Educação)
- D'INCAO, Maria Conceição e ROY, Gérard. *Nós, cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- DUSSEL, Enrique. *História da Igreja Latino-Americana (1930 a 1985)*. São Paulo: Paulinas, 1989.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação para o desenvolvimento da educação, 1999. (Didática-1)
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- FRIGOTTO, G. *Educação e crise do capitalismo real*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

- GUIMARÃES, Maria Tereza Canesin. *Formas de organização camponesa em Goiás (1954/64)*. Goiânia: Centro Editorial e Gráfico da UFG, 1988. (Teses Universitárias, 47).
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1977.
- IANNI, Octávio. *Ditadura e agricultura*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- JÚNIOR, Caio Prado. *A reforma agrária e o momento nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1960.
- _____. *Marcha da questão agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1964.
- LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.
- LIBÂNIO, João B. Igreja, povo que se liberta: III encontro intereclesial de comunidades de base. *Síntese*, 1979. p. 93-110.(n. 5)
- LINHARES, Maria Yedda (Org.) *História geral do Brasil*. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *Terra Prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- LOUREIRO, Walderês Nunes. *O aspecto educativo da prática política*. Goiânia: Cegraf, 1988.
- MAFFESOLI, Michel. *A conquista do presente*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- MALAGODI, Edgard. Marx e a questão agrária. In *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA*. n. 2 Vol. 23-maio/ago 1993. Campinas: Kromos Produções Gráficas Ltda.
- MARIGHELA, Carlos et alii. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980.
- MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. *Os Camponeses e a luta política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- _____. *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1975.
- NORONHA, Olinda M. *De camponesa a "Madame": Trabalho feminino e relações de saber no meio rural*. São Paulo: Loyola, 1986.

- ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1994. (Grandes cientistas sociais, n. 39).
- PAIVA, Vanilda. *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola, 1985.
- PESSOA, Jadir de Moraes. *A revanche camponesa*. Goiânia: Ed. da UFG, 1999.
- _____. Ajuntando os cacos: A conquista da terra como reconstituição do simbólico. In: *Fragmentos de Cultura*. Goiânia: 1997 (n. 7: 23-40).
- POLLETO, Ivo. A CPT, a Igreja e os camponeses. In: CPT. *Conquistar a terra, reconstruir a vida*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1985.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O campesinato Brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. 2. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1973.
- RIBEIRO, Lúcia de Fátima. Educação e Cidadania: Do ensino social da Igreja à prática educativa da CPT no Regional Goiás. Goiânia: UFG, 1999. (Dissertação de Mestrado em Educação. 144p. Digitado).
- RIZZI, Carlos. *Sinais de vida e fidelidade: testemunhos da Igreja na América Latina (1978-1982)*. São Paulo: Paulinas, 1986.
- ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra o Estado*. São Paulo: Kairós, 1979.
- SANCTIS, Antonio De. Frei OFM cap.(Org.) *Encíclicas e documentos sociais: Da "rerum novarum à octogésima adveniens"*. São Paulo: Ed. Ltda, 1991.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. *A cidadania dilacerada*. Texto mimeo. 1993a
- _____. *Matuchos: exclusão e luta*. Petrópolis: Vozes, 1993b.
- _____. *Revoluções na América Latina*. São Paulo: Ed. Icone-Unicamp, 1985.
- _____. Programas de Colonização e Formas de Violência no Brasil Contemporâneo. Texto mimeografado, 1991 - 40 páginas.
- SARTRE, Jean-Paul. *O existencialismo é um humanismo*. 3.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Os pensadores).
- SAUER, Sérgio. Inserção e prática pastoral das Igrejas, Acampamentos e Assentamentos: Desafios para a CPT. *Coleção Cadernos de Estudo - n. 6*. São Paulo: Loyola, 1993.
- SMITH, Roberto. *Propriedade da terra e transição*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

STIVAL, David. O processo educativo dos agricultores sem terra na trajetória da luta pela terra. Dissertação de Mestrado. UFRGS, Porto Alegre; 1987.

TORRES, Carlos Max (jornalista). Yokota aponta erros em dados da CNBB sobre terras. *Jornal do Brasil*, 25 de outubro de 1981.

WAGNER, Alfredo. *Aggiornamento Agônico: A trajetória das instituições religiosas como mediadoras dos conflitos agrários na Amazônia (1969-1990)*. Rio de Janeiro: Dez./1991. (Dissertação de Mestrado 198p. Digitado)

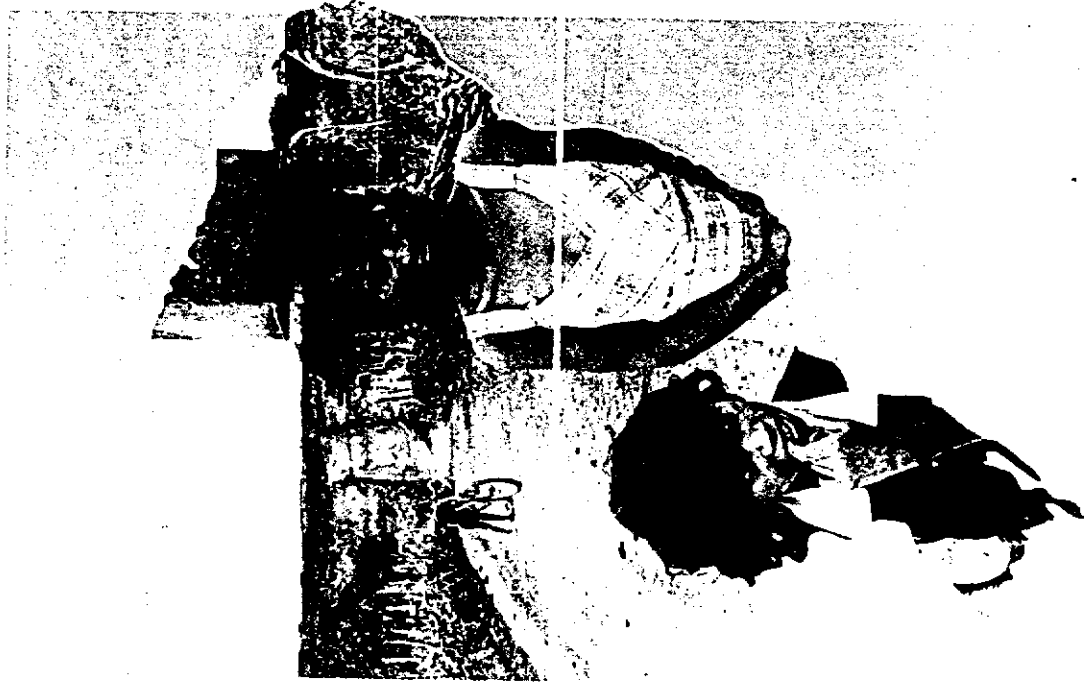
A N E X O S

1985



Conflitos de Terra no Brasil

Comissão Pastoral da Terra



1985
Conflitos de
Terra no
Brasil

Comissão Pastoral da Terra

Programação Visual
Helena M. A. Rodrigues

Fotos
Luis Alves

Arte, Fotelito e Impressão



SEGRAC

**Sociedade Editora e Gráfica
de Ação Comunitária**

Rua Aquiles Lobo, 531 — Floresta — Belo Horizonte/MG — Brasil

Os conflitos relacionados com a questão da terra começaram desde que correu a notícia do "descobrimto" do Brasil. E, desde então, os poderosos começaram a perseguir os fracos, numa luta sem tréguas.

No ano passado, assistimos a mais um capítulo desta tragédia sempre renovada: 216 trabalhadores e agentes pastorais foram assassinados, muitos perseguidos, ameaçados, presos. Casas e plantações destruídas.

Fazendeiros, latifundiários, grileiros, com seus jagunços, milícias particulares, forças policiais e setores do judiciário, praticaram e incentivaram a sua guerra, considerada santa, em defesa dos seus altos privilégios, em defesa de terras sobre as quais impuseram direitos completamente avessos, em defesa da "propriedade" considerada sagrada acima da vida, da sobrevivência.

E os tantos e tantos, nos mais diversos setores da sociedade, que sempre gritaram e gritam, em nome do "seu" Deus e da "sua" Pátria, contra a organização dos trabalhadores e seus direitos, emudeceram, se omitiram, aprovaram a decisão dos fazendeiros e grileiros de se armarem (ainda mais!), de atacar e assas-

sinar os camponeses, de matar agentes pastorais, de realizarem um verdadeiro massacre no campo, como o comprovam os números e dados deste livro.

Frente a esta situação, torna-se muito importante publicar, como uma denúncia e um chamado à Paz — a paz não apenas representada pela pomba estilizada, mas a Paz do pão e da terra para todos — o quadro dos Conflitos de Terra ocorridos no Brasil em 1985.

Unem-se nesta tarefa a CPT — Comissão Pastoral da Terra, um serviço aos trabalhadores rurais, e a SEGRAC — Sociedade Editora e Gráfica de Ação Comunitária, uma editora a serviço dos movimentos populares, para atender a esta necessidade, objetivando a construção de uma nova sociedade, sem opressores e sem oprimidos e onde "a Terra de Deus seja a Terra de todos os irmãos".

*Daniel T. Rech —
do Conselho Editorial da SEGRAC e
Assessor Jurídico da CPT.*

Sumário

- 1 — Uma realidade com várias “caras”
- 2 — Por que tanta violência?

Anexos

- 1 — Conflitos Gerais
- 2 — Quadro Geral dos Conflitos
- 3 — Discriminação Geral dos Conflitos

Apresentação

A CPT, como faz todos os anos, apresenta seu Relatório de Conflitos ocorridos no campo no decorrer de 1985.

Ressaltamos como fundamental a idéia de que os números apresentados referem-se apenas à documentação existente em arquivo e, portanto, apenas os que são claramente confirmados.

Infelizmente, temos de admitir, trata-se de uma pálida imagem da realidade brasileira onde os números, com certeza, são maiores e mais dramáticos.

Este trabalho que entregamos à opinião pública é resultado do esforço de diversas pessoas no Secretariado Nacional da CPT.

Queremos, porém, destacar a profunda dedicação e o quase esgotamento do nosso Secretário Executivo, Pe. Mário Aldighieri, que realizou todo o levantamento e coleta de dados dos conflitos.

A introdução e análise das tabelas é de Ivo Poletto e o capítulo final é de Hamilton Pereira da Silva.

A conferência dos dados, realização de algumas tabelas e a revisão geral é de Maria Joana de Araújo Poletto, Terezinha Araújo e Daniel T. Rech.

Temos como objetivos centrais na divulgação destes dados:

a) A denúncia, em âmbito nacional e internacional, das graves violações dos direitos humanos dos trabalhadores rurais do Brasil e a violenta guerra

interna, de amplos setores do Estado e do latifúndio, aliados, contra o povo brasileiro em geral e especialmente contra os mais fracos e oprimidos;

b) Noticiar aos trabalhadores urbanos e a todas as pessoas de boa vontade o violento massacre cometido contra os nossos irmãos do campo, cobrando um posicionamento e a sua solidariedade efetiva para acabar com esta grave situação;

c) Exigir do Estado e, em especial, da Justiça do Estado, o fim da guerra interna com o desarmamento das milícias particulares, dos jagunços, grileiros e fazendeiros, e o encaminhamento das forças militares regulares para a sua verdadeira função de proteger o povo e a punição dos assassinos e mandantes dos assassinatos, sempre impunes em todos os casos, e a realização da verdadeira justiça democrática;

d) Mobilizar as organizações e entidades de base para a consciência e para assumir de fato a defesa dos trabalhadores do campo e a decisão definitiva de que a solução de todos estes problemas passa necessariamente pela constituição e fortalecimento do Poder Popular;

e) Conclamar o Povo Brasileiro, do campo e da cidade, para unir-se e mobilizar-se contra os opressores dos trabalhadores e encaminhar a implantação da verdadeira Paz, Justiça e Liberdade, com Pão e Terra, "de Deus e dos Irmãos", para todos os Brasileiros.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA



Aviôência na luta pela Terra

1. UMA REALIDADE COM VÁRIAS "CARAS"

Temos sempre de partir das aparências. É o nosso jeito de entrar em contato com a realidade. Vemos, sentimos, ouvimos... nos apercebemos das coisas. A gente sabe que as aparências enganam, mas são elas as portas, janelas, pontos de partida para entender o que está acontecendo. A explicação, a fonte geradora dos acontecimentos pode estar escondida sob as aparências, mas é seguindo sinais delas que chegamos ao que não se vê.

A questão agrária, no Brasil de 1985, foi muito agitada. E essa agitação prejudica a vista fazendo com que se tenha da realidade a imagem de um filme em alta rotação: as cenas mudam tão rapidamente que se torna difícil saber o que a gente está vendo. Pior ainda, as cenas parecem revelar situações cômicas, mesmo se tratando de tragédias. Apanhemos algumas dessas imagens em movimento.

1.1 A "reforma agrária" do governo

1985 começou com a eleição de Tancredo Neves, e com ela a "esperança" de que a "nova república" faria reforma agrária. Tancredo não assumiu e morreu sem provar se estava disposto a cumprir a promessa. Sarney, o vice, virou presidente. No seu ministério, o MIRAD, substituindo o MEAF, começou a preparação do plano de reforma agrária da "nova república". Sarney apresentou à sociedade brasileira, para análise e sugestões, a "proposta de plano nacional de reforma agrária" por ocasião do IV Congresso de Trabalhadores Rurais, no final de maio.

Segundo MIRAD/INCRA, o prazo de apresentação de sugestões seria de 30 dias. A partir de julho, o "plano" seria detalhado em "planos regionais", entrando em execução a partir de agosto.

Diante das pressões dos proprietários, o prazo para sugestões estendeu-se até agosto. A redação final, depois de mais de 10 redações, só foi publicada pelo governo em 10 de outubro. O Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) foi instituído por um Decreto, acompanhado de outro documento chamado "Política Nacional de Desenvolvimento Rural". Os planos regionais, que pelo decreto de Sarney só valem se aprovados por ele, ainda estão sendo encaminhados ao presidente.

Em poucas palavras: o governo não começou ainda a execução de reforma agrária. A nova república já comemorou o 1º ano de vida e a promessa continua promessa. Aliás, continua promessa prá quem não conhece o que será a "reforma agrária" do plano nacional de reforma agrária. E continua numa esperançazinha para quem não conhece ainda o PNDR, já que esse coloca a reforma agrária como uma medida auxiliar do "desenvolvimento".

Em outras palavras: as sugestões dos proprietários, acolhidas e sistematizadas pelo Conselho de Segurança Nacional, modificaram seriamente o PNRA e fizeram aprovar aquele em que suas propriedades e sua vocação empresarial estão preservados.

E agora, o que se pode esperar dos Planos Regionais? Pouco, pois os encaminhamentos dependerão das Comissões Agrárias, em que os representantes dos proprietários terão peso decisivo.

1.2 A "reforma agrária" dos proprietários

Os proprietários de terra falaram e agiram muito em 1985. Estavam bastante tranquilos no início do ano. O fim dos governos militares, seus arrimos incondicionais, acontecera através da Aliança Democrática, uma frente política controlada pelos políticos conservadores. Os nossos presidente e vice, eram gente de confiança. Continuaram por isso fazendo seus negócios, exigindo incentivos fiscais, isenção de impostos, empréstimos subsidiados, preços mais altos...

A proposta do PNRA tomou-os de surpresa. Eles não haviam participado de sua elaboração. Consideravam isso uma traição e saíram a campo dispostos a brigar. O processo não fora "democrático", já que eles, parte interessada, não haviam sido ouvidos. A "reforma agrária", anunciada na proposta, inspirava-se nas idéias socialistas de setores da Igreja e dos comunistas infiltrados no governo! Se executada, exterminaria com a "propriedade privada", o que seria igual a acabar com o sistema capitalista adotado no país!

Em outros termos: a propriedade privada da terra precisa ser preservada. Para isso, todos os meios são válidos: Organizar os proprietários para fazer "guerra, se necessário", à reforma agrária; fazer campanha de desmoralização dos "reformistas" do INCRA e do MIRAD; forçar o governo a rever o seu "plano", contando com o peso dos militares — os velhos aliados; organizar a União Democrática Rural, para defender a propriedade e os proprietários das agressões dos socialistas do governo, da Igreja, dos Sem-Terra; realizar leilões de bois para organizar a "caixinha" juntando recursos para defesa e para colocar na constituinte gente que garanta o atual direito de

propriedade; comprar armas e organizar milícias privadas; planejar o assassinato de lideranças dos trabalhadores rurais...

A depender da "reforma agrária" dos fazendeiros e seus aliados, a terra continuará seu processo de concentração e a agricultura seguirá pelos caminhos da modernização. Para isso, se o governo não pode ou não quer fazer, a iniciativa dos proprietários se encarregará de combater os que ameacem suas "propriedades."

1.3 A "reforma agrária" dos Sem-Terra

1985 foi um ano de ocupações organizadas de terra por trabalhadores rurais sem terra. Firmou-se, especialmente no sul do país, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Sua origem localizou-se no agravamento das condições de vida e trabalho dos trabalhadores no campo e no desemprego crescente no campo e nas cidades. A não realização da reforma agrária, prometida em 1964 com o Estatuto da Terra e a colonização oficial, atraindo e depois abandonando os colonos em áreas pioneiras, sem condições de vida e de escoamento de produção, fizeram crescer a decisão: "nós precisamos conquistar a terra, em nossa região."

Esta decisão teve no Movimento dos Sem Terra o principal instrumento de organização. E o resultado foi que, no final do ano, havia 42 acampamentos, com 11.655 famílias — perto de 60.000 pessoas —, espalhados em 11 estados de norte a sul do país. Praticamente todos esses acampamentos foram antecedidos por ocupações de terra.

Pode-se dizer que todos os "projetos de assentamento" realizados recentemente foram conquistas

QUADRO 1:
CONFLITOS NO CAMPO - BRASIL, 1985

Tipo de Conflito	Nº de Conflitos	Famílias Envolvidas	Pessoas Envolvidas*	Área do Conflito - ha
1. Terra	636	86.854	405.456	9.557.902
2. Boias-Frias	30	-	659	-
3. Trabalhista	76	-	159.185	-
4. Sindical	13	-	-	-
5. Seca	9	-	1.400	-
6. Garimpo	4	-	-	-
7. Agrotóxicos	-	-	651	-
8. Outros	-	-	3	-
TOTAL.....	768	86.854	567.354	9.557.902

FONTE: Levantamento da CPT, com informações colhidas de Relatórios dos Regionais e de notícias de jornais: Estado de São Paulo (ESP), Folha de São Paulo (FSP), Jornal do Brasil (JB), Jornal de Brasília (JBr), O Popular, Revistas SENHOR, ISTO É, VEJA e alguns jornais estaduais.
* Cálculo aproximado, sempre baseado nas informações constantes no arquivo, o que não significa o número real.

dos trabalhadores. Os governantes atenderam à reivindicação teimosa do povo.

Durante o tempo em que o governo apresentou a proposta e elaborou o seu PNRA o movimento usou uma tática de aumentar a organização e pressionar o governo para que a reforma agrária atendesse às aspirações dos Sem-Terra. A decretação do PNRA, além de decepção, levou o movimento a executar mais ações de conquistar a terra.

Em outras palavras: os Sem-Terra se deram conta que do governo não vem reforma agrária, pois ele apoia os proprietários. Por isso, cresce a decisão e a prática de organização do Movimento dos Sem-Terra, como instrumento da reforma agrária feita pelos trabalhadores.

Isso reforça e aumenta a luta popular pela terra. Somam-se os Sem-Terra aos milhares (ou milhões) de posseiros que, em outros momentos e em outras condições, ocuparam terras "livres" e agora travam lutas sangrentas para ver seus direitos reconhecidos. Além disso, a ação do Movimento dos Sem-Terra dá outro peso e abre novas perspectivas para a luta organizada dos assalariados do campo.

1.4 Brasil: terra em conflito

O resultado visível desses aparentes recuos do governo, das iniciativas armadas dos fazendeiros e das iniciativas dos trabalhadores foram centenas de conflitos espalhados por todo o país. (QUADRO 1)

Esse quadro - que sabemos só veio espelhar a realidade, pois nós baseamos apenas no material publicado - nos dá a idéia da situação de conflito vivida pelos camponeses no Brasil em 1985. A terra-grilagem, defesa da propriedade, posse e lutas de conquista - é o motivo principal dos conflitos: dos 768 conflitos, 636 estão ligados à terra, envolvendo quase 87.000 famílias, o que significa mais de 400.000 pessoas. E a área em litígio não é pequena. São 9,5 milhões de hectares. Para se ter uma idéia de extensão dessa área, basta indicar que se ela fosse repartida, na base de 30 hectares por família, daria para beneficiar 318.597 famílias. Isto quer dizer: quase 5 vezes o número de famílias envolvidas no

conflito. Por outro lado, se calcularmos à base de 5 pessoas por família os beneficiários potenciais dessa área seriam quase 1.600.000 pessoas.

Outra coisa que chama a atenção é o alto número de conflitos envolvendo as condições de trabalho. No quadro, podemos somar os 76 casos trabalhistas — envolvendo perto de 160.000 pessoas — aos 30 casos de bóias-frias todos referentes a acidentes culposos nas condições que os levou ao trabalho, atingindo 659 pessoas e os casos de agrotóxicos atingindo 651 pessoas. O total, no caso seria mais de 100 conflitos atingindo em torno de 160.000 pessoas. Isto significa por si só, uma indicação de que não são nada boas as condições de trabalho no campo, além de revelar que cresce a organização dos assalariados para defender seus direitos.

O fato de aparecerem 13 conflitos sindicais parece indicar, por um lado, um crescente envolvimento dos organismos sindicais de base na defesa dos direitos dos camponeses.

Mas pode, igualmente, ser indício da estratégia dos grandes proprietários que, por força da conjuntura agrária nacional, resolveram atingir e eliminar, especialmente as lideranças camponesas. Voltaremos ao assunto mais adiante.

Resta-nos observar, por fim, que certamente estão sendo muito subestimadas as referências a casos de conflito em áreas de seca, de garimpo e agrotóxicos. Do mesmo modo que não temos estatísticas sérias sobre mortalidade infantil, pelo simples fato que muitas crianças não têm registrado nem o nascimento e nem a morte, assim também pouco ou nada se publica a respeito da violência dos venenos agrícolas, ou do que ocorre nas distantes áreas atingidas pela

seca, ou dos horrores praticados nas margens dos rios ou nas serras pelas empresas mineradoras. Para se ter uma idéia disso, recente levantamento coordenado pelo CEDI consta que 60,6% das áreas indígenas do Amapá estão sendo cobçadas por mineradoras (multi ou nacionais) através de solicitação de alvarás de pesquisa e prospecção. Algumas dessas empresas ou já estão atuando nas áreas, ilegal mas tranquilamente, ou estão contratando "garimpeiros" para que lhes abram caminho, "limpando" as áreas. Outro levantamento que vem sendo realizado por diversas entidades do Nordeste, entre as quais a CNBB e a CPT, já registrou mais de 5.000 nomes de pessoas que morreram de fome por causa da seca nos últimos cinco anos.

Cabe mais uma vez lembrar, pois, que as indicações deste relatório apenas se limitam a casos em que aconteceram violências e que tiveram, por isso, registro na imprensa e este registro se encontra devidamente catalogado e arquivado.

1.5 Conflito = violência e sangue

A indicação de 768 conflitos ligados à terra não significa apenas um número. Significa mais de 560 mil pessoas atingidas pela violência e pela morte. A distribuição deste número, triste e vergonhoso, está assim apresentada:

QUADRO 2:
VIOLÊNCIA NO CAMPO — BRASIL, 1985
 trabalhadores rurais, índios e agentes pastorais

Tipo de Conflito	Nº de Conflitos	Mortos/Assassinados	Feridos	Presos
1. Terra	636	125	117	482
2. Bóias-Frias	30	66	563	—
3. Trabalhista	76	14	33	69
4. Sindical	13	—	4	—
5. Seca	9	—	—	6
6. Garimpo	4	3	—	—
7. Agrotóxicos	—	5	646	—
8. Outros	—	3	—	—
TOTAL	768	216	1.363	557

FONTE: Idem tabela anterior.

seletiva, golpeando o próprio movimento popular camponês.

O quadro acima chama ainda a atenção para o amplo espectro da violência no campo. Além dos assassinatos, temos 1.363 feridos e 557 presos nos diversos tipos de conflito. Esses dados revelam como agem os opressores. Mostram também que as autoridades públicas agem em favor dos grandes proprietários: das 557 prisões efetuadas, nada menos que 482 ocorreram em conflitos pela terra. Não atuam, então, apenas os grileiros, capatazes, jagunços, mas entram com eles policiais da PM e, em menor número, da polícia civil, muitas vezes a mando de juízes de direito, normalmente fora de processo ou em processos com razões absolutamente duvidosas ou comprovadamente inexistentes.

As 2.137 pessoas atingidas diretamente pela violência são um sinal da desumanidade que se abate sobre posseiros, sem-terra e demais trabalhadores rurais. É comum, além das balas assassinas, ficarem as famílias ao relento, ou em acampamentos nas beiras das estradas, por terem sido expulsas da terra, queimados seus barracos e pertences, perdidas as plantações e animais domésticos. Mais rotineira também a realidade da miséria, da fome, da morte por falta de qualquer tipo de assistência, do suicídio desesperado...

Sabemos que não morrem apenas 216 camponeses/trabalhadores rurais/índios/agentes pastorais, mas milhares, especialmente crianças inocentes. Os 216 são os mártires, as vítimas das iniciativas de conquista, os sinais que denunciam a política, a exploração e a opressão que matam, anunciando ao mesmo tempo que a terra será libertada pela ação dos oprimidos.

Lembrando sempre que os dados se referem aos documentos existentes nos arquivos da CPT, e que são reveladores da violência, não cobrindo, infelizmente, toda a realidade, assim mesmo eles denunciam a existência de uma verdadeira "guerra" no campo. Ainda mais agora, depois das ameaças, das armas adquiridas e das milícias privadas dos fazendeiros, pode-se dizer que existe um "estado de guerra".

Para se ter uma idéia da violência empregada pelos fazendeiros e seus jagunços, basta lembrar que dos 216 mortos, temos nada menos que 145 assassinatos. Os outros 71 foram vítimas das criminosas condições de trabalho impostas aos trabalhadores rurais.

É preciso destacar o aumento de assassinatos de lideranças camponesas. Se antes a violência era um tanto indiscriminada, neste último ano ela se tornou

1.6 Onde a violência é mais aguda

Pode-se ver nos anexos como a violência está presente em todo o país. O ano de 1985 revelou, de modo particular, como a violência acontece também no Sul do Brasil. A partir da organização dos camponeses e de suas ações em busca da terra que necessitam, os proprietários e seus aliados geraram dezenas de acampamentos em que juntamente com, a fome, o sofrimento e a morte, está sendo gerada a esperança histórica da conquista da terra.

Sem que hajam razões de orgulho ou humilhação por isso, temos alguns estados onde a violência é maior contra os camponeses e trabalhadores rurais:

● MARANHÃO

Esse estado não está à frente apenas pelos números. A intensidade e o caráter político dos conflitos aqui pesam muito mais. Chega-se mesmo à conclusão de que há um TERRORISMO DE ESTADO no Maranhão, tal o envolvimento direto do governo maranhense.

Houve 71 conflitos no Estado. Atingiram 14.717 famílias — 62.464 pessoas — envolvendo uma área de 435.965 ha. Houve 19 mortos, 40 feridos, 50 presos, 20 desaparecidos, 99 casas destruídas.

Será preciso dizer alguma coisa mais?

Temos, por desgraça, mais informações. Há dezenas de pessoas ameaçadas de morte, especialmente dirigentes sindicais e agentes pastorais. Os próprios Bispos, ao apresentarem ao Governador denúncias da violência reinante e pedidos de providências, receberam dele e seus auxiliares acusações e pressões. Para o

Governo, a Igreja é responsável pelas violências, ao sublevar a população, jogando-a contra os legítimos proprietários! Os Bispos, agredidos, decidiram pronunciar-se publicamente através de um documento corajoso e profético, que pode ser lido no Boletim da CPT, jan/fev. de 1986.

● PARÁ

O Pará sempre foi marcado por grande violência. Em 1985, ocorreram pelo menos 84 conflitos de terra. Foram atingidas 13.191 famílias — 65.383 pessoas —, abrangendo uma área de 2.012.787 ha.

Como vítimas, houve 54 mortos, 25 feridos, 57 presos, 7 desaparecidos e 5 casas queimadas. Lembremos, de novo, que esses números são, certamente, apenas um sinal do que aconteceu realmente neste estado.

Há pessoas ameaçadas de morte, como no Maranhão, incluindo dirigentes sindicais, agentes pastorais... E este lastro tem a participação de particulares e também do governo do estado.

● GOIÁS

Com 61 conflitos, o Estado de Goiás entra com destaque nesse relatório também pelo comprometimento do governo estadual, especialmente através do ex-secretário de Segurança Pública, Dep. José Figueira (o mesmo que tentou atirar em companheiro do partido — PMDB — na convenção realizada em janeiro de 1986). Bispos do Regional Centro-Oeste da CNBB, além de várias denúncias, abriram processo contra o

ex-secretário, responsabilizando-o por violências acontecidas, especialmente no norte do estado.

Em 1985, houve 13 mortes, 9 feridos ou torturados, 43 pessoas presas e 45 casas queimadas. Os conflitos atingiram 2.850 famílias — 14.183 pessoas —, numa área disputada de 401.283 ha.

● MINAS GERAIS

A tradicional terra do "entendimento" — pretendido berço da pacificação chamada "nova república" — revelou, em 1985, ser, antes de tudo, uma terra de "coronéis modernos", tendo em comum com os antigos a violenta defesa do "patrimônio". Continuando as "histórias do sertão", Minas teve 65 áreas de conflito de terra, e nelas houve enorme violência. Foram mortas 50 pessoas, houve 5 feridos e 5 presos. Atingiram 21.123 pessoas — numa área de 100.953 ha. Há número elevado de ameaçados de morte.

● BAHIA

Houve, em 1985, 46 áreas de conflito, envolvendo 7.082 famílias — um total de 36.112 pessoas —, numa área de 521.187 ha. O saldo trágico outra vez foram 9 mortos, 16 feridos ou torturados, 72 presos e 30 casas queimadas.

● PARANÁ

O destaque que fazemos para este estado se deve a uma particularidade: boa parte dos 41 conflitos é constituída pelas ocupações/acampamentos organizados pelos Sem-Terra. Não há dúvida acerca da violên-

cia, reveladora do alto preço pago pela conquista dos direitos dos camponeses.

Houve 9 mortos, 494 feridos, 2 presos, 1 casa queimada. Mas, os conflitos envolveram 7.024 famílias — 35.205 pessoas — em 21.284 ha.

A título de conclusão desta parte, podemos observar que a violência mais atroz cai ainda sobre os posseiros das regiões Centro e Norte do País. Mesmo na Bahia e Minas Gerais as áreas conflitadas, em sua maioria, são regiões de posse antiga, hoje agredidas pelos representantes do capital monopolizador.

Por outro lado, é bom lembrar que estas áreas de posseiros têm em comum com as recentes ocupações/acampamentos dos Sem-Terra o fato de serem *iniciativas populares de conquista de terra*. E nisso se aproximam também, sem anular as diferenças, das lutas dos povos indígenas para garantir a sua terra.

2. POR QUE TANTA VIOLÊNCIA?

2.1 A "descentralização" da nova república e o reforço do poder local

Quando o falecido Presidente Tancredo Neves anunciou em fins de 1984 a política de "descentralização do poder" que seria praticada pela Nova República, chamávamos a atenção para a ambigüidade desta política e alertávamos que, neste quadro, aumentaria a violência no campo com a chegada da Nova República. Os fatos vieram confirmar as nossas previsões conforme demonstram tragicamente os números deste relatório.

Em que reside a ambigüidade da política de

“descentralização” da Nova República? Vejamos: Quando se fala em descentralização, se fala em partilha, em democratização do poder. Ocorre que quando falamos em descentralização em São Paulo, Rio, Belo Horizonte, nos grandes centros políticos do país onde a sociedade civil demarca sua autonomia com relação ao Estado, isso pode ocorrer. No entanto, esta mesma política, quando aplicada às áreas periféricas do país, às pequenas cidades do interior, resulta exatamente no oposto. Quem passa a ser o poder nesses pequenos lugares, quem passa a controlar o poder nos Estados mais atrasados com a retirada dos militares e a chegada da Nova República? Em uma só palavra: O Latifúndio.

Na medida em que a Nova República vai promovendo a “descentralização” ela transfere força ao poder local. Ocorre que a Nova República se revelou incapaz de tomar medidas contra o monopólio da terra que é precisamente a fonte deste poder local oligárquico.

Quando assina o Decreto de 10 de outubro, aprovando a Política Nacional de Desenvolvimento Rural — PNDR, a Nova República assina uma ata de rendição aos inimigos da Reforma Agrária. A afirmação de Abreu Sodré, um dos seus principais porta-vozes, não deixa margem de dúvidas: “O PNRA, de um lado, reservou à iniciativa privada papel preponderante na implantação da Reforma Agrária; e de outro lado deu aos proprietários rurais a oportunidade de realizá-la por sua própria iniciativa” (FSP 15.10.85).

A parte da ironia da frase — melhor seria dizer cinismo — de dar ao latifúndio a oportunidade para deixar de ser latifúndio, o que importa aqui é registrar

que a Nova República, na medida em que recuou da sua proposta de Reforma Agrária, reforçou com sua política de “descentralização” o poder do latifúndio e estimulou a violência contra os trabalhadores rurais.

2.2 O nível de organização dos latifundiários e a sua relação com o estado

O poder acumulado durante 20 anos de favores e privilégios colhidos à sombra do regime militar, foi utilizado pelos latifundiários e especuladores de terra contra o PNRA lançado pela Nova República a 27 de maio, durante o IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais.

Utilizaram com toda a força os meios de comunicação mais reacionários do país e mesmo aqueles que em questões mais amenas tentam fazer-se passar por liberais.

Articularam a nível nacional seus organismos de classe e combateram organizadamente a exigência da imensa maioria dos brasileiros de realizar uma Reforma Agrária que democratize a propriedade da terra.

Criaram novos organismos e realizaram campanhas de finanças para promover a sustentação de forças para-militares e milícias particulares, através dos leilões de Goiânia, Presidente Prudente, etc...

Aliaram-se aos militares e conseguiram a intervenção direta deles na questão da Reforma Agrária, deixando claro que a concepção da Nova República a respeito da questão da terra não difere substancialmente do que pensaram os governos que a antecede-

ram: a questão agrária é questão de Segurança Nacional.

Por fim, a décima redação do PNRA e do Decreto de 10 de outubro ficou a cargo de homens de absoluta confiança dos latifundiários, como, por exemplo, o jurista Célio Borja.

2.3 A organização dos trabalhadores e o desafio da unificação de suas lutas

É visível, pelos quadros estatísticos apresentados, o crescimento das lutas dos trabalhadores rurais. Mais de meio milhão de pessoas foram envolvidas nas lutas pela posse da terra ou em conflitos ligados à exploração da mão-de-obra rural. Estas 567 mil pessoas, porém, participaram de uma batalha em várias frentes e pulverizada em 768 conflitos que não possuem um vínculo entre si, uma coluna que os unifique e lhes confira uma direção.

Embora tenha aumentado significativamente o número de envolvidos, e diversificado as formas como os conflitos se apresentam, os trabalhadores não conseguiram ainda converter o tremendo potencial de luta despertado no campo numa força política capaz de exigir da sociedade brasileira medidas efetivas e imediatas contra o monopólio da terra, isto é, contra o latifúndio.

Dessa forma, os trabalhadores rurais, suas organizações, seus movimentos se encontram diante de um gigantesco desafio: Sua luta, seja pelo meio de produção básico — a terra —, seja pela melhoria de condições no processo de trabalho, se encontra dentro do círculo de ferro da luta localizada.

Este fato é possível de ser observado na luta grevista dos assalariados (canaveiros de Pernambuco e São Paulo, por exemplo) como nas pequenas guerras camponesas condenadas pelo isolamento geográfico e político à solidão e ao aniquilamento. O latifúndio, armado de sua própria milícia e da força do Estado, vai eliminando metodicamente — pela expulsão ou pela morte — o outro polo desta contradição radical: O camponês em busca da terra para viver e trabalhar.

Merece atenção neste quadro brutal da violência no campo brasileiro o esforço dos trabalhadores rurais Sem-Terra, particularmente no sul do país, de encontrar o caminho da superação do isolamento e do localismo das lutas.

Os acampamentos vitoriosos dos Sem-Terra, e os assentamentos, apontam para o conjunto da sociedade brasileira dois fatos irrecusáveis:

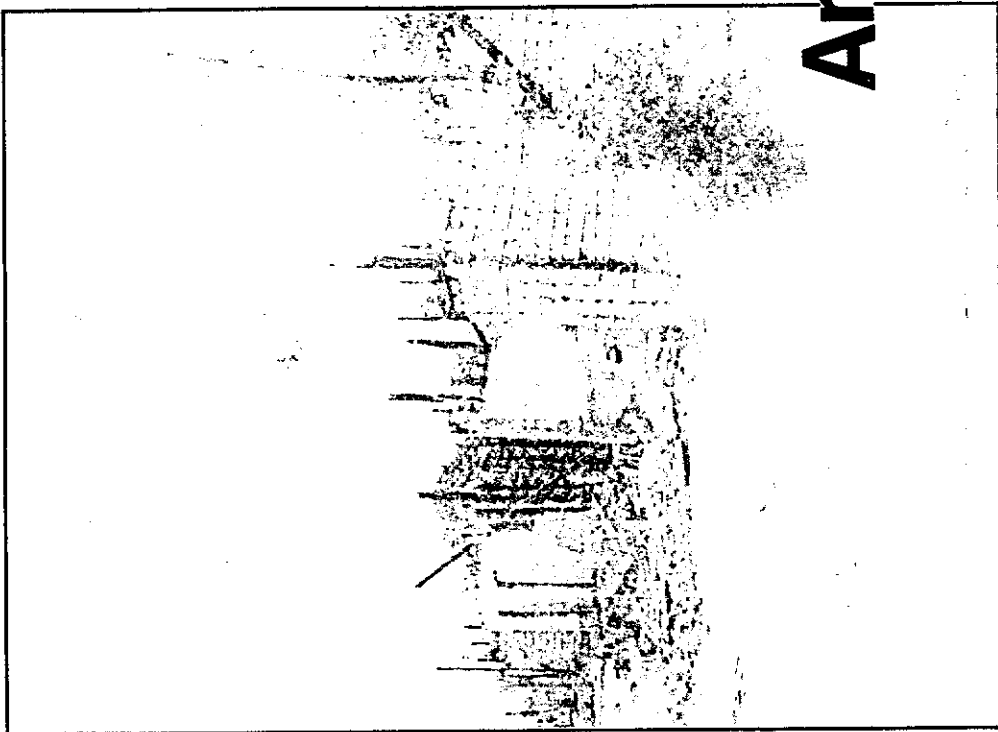
— Os trabalhadores rurais incorporam hoje uma massa inumerável de homens, mulheres, jovens e crianças que chegaram ao limite da exploração;

— As ocupações pacíficas, o alto nível de organização dos acampamentos e dos assentamentos demonstram de maneira cabal que a raiz da violência no campo não está na resistência dos trabalhadores mas se resume numa única palavra: no LATIFÚNDIO.

Goiânia, fevereiro de 1986.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA
Secretariado Nacional

Anexos



ANEXO I

QUADRO 3

CONFLITOS GERAIS - BRASIL, 1985

Tipo de Conflitos	Número	Famílias	Pessoas	Área/ha	Mortos	Feridos	Presos
1. Terra	636	86.854	405.456	9.557.902	125	117	482
2. Bóias-Frias	30	-	629	-	66	563	-
3. Agrotóxicos	-	-	651	-	5	646	-
4. Garimpo	4	-	-	-	3	-	-
5. Sindical	13	-	-	-	-	4	-
6. Trabalhista	76	-	159.185	-	14	33	69
7. Seca	9	-	1.400	-	-	-	6
8. Outros Acidentes	-	-	3	-	3	-	-
TOTAL.....	768		567.324		216	1.363	557

FONTE: Idem das tabelas anteriores.

ANEXO 2

QUADRO 4

QUADRO GERAL DOS CONFLITOS - BRASIL, 1985

Estado	Número de Conflitos	Pessoas Envolvidas	Presos	Feridos	Mortos	Greves	Ameaças
Acre	6	16.995	185	-	1	-	-
Alagoas	1	30	-	22	7	-	-
Amapá	-	-	-	-	-	-	-
Amazonas	14	26.485	1	9	5	-	-
Bahia	46	36.112	72	16	9	1	8
Ceará	26	13.360	24	-	3	-	-
Distrito Federal	3	430	-	-	-	-	-
Espírito Santo	5	1.915	-	-	-	1	-
Goiás	61	14.183	43	9	13	-	12
Maranhão	71	62.464	50	40	19	-	19
Mato Grosso	43	14.289	28	3	3	1	1
Mato Grosso do Sul	12	22.375	-	3	1	-	-
Minas Gerais	65	21.123	5	361	50	6	14
Pará	84	65.393	57	25	54	-	8
Paraíba	5	500	-	-	-	1	2
Paraná	41	35.205	2	494	9	1	1
Pernambuco	9	29.178	-	-	3	1	-
Piauí	110	11.230	16	2	5	-	-
Rio Grande do Sul	14	13.855	-	5	-	-	-
Rio de Janeiro	14	30.406	1	1	-	1	-
Rondônia	24	12.995	-	10	3	-	-
Roraima	3	8.500	-	-	-	-	-
Santa Catarina	15	7.195	-	-	-	-	2
São Paulo	92	122.571	71	361	31	28	-
Sergipe	4	565	2	2	-	-	-
TOTAL	768	567.354	557	1.363	216	40	68

FONTE - Idem tabelas anteriores.

ANEXO 3

QUADRO 5

DISCRIMINAÇÃO GERAL DOS CONFLITOS – BRASIL, 1985

CONFLITOS DE TERRA

Estado	Número Conflitos	Famílias	Pessoas	Área/Ha	Tipo de Conflito	Meiões Autores do Conflito	Ameaças	Ações e Defesas
Amazônia	-	-	-	-	-	-	-	-
Alagoas	1	-	30	-	26 casas queimadas	-	-	-
Amazonas	14	5.307	26.485	2.600.000	3 índios mortos 1 ag. pastoral morto 1 seringueiro morto 1 preso Características: Invasão de áreas indígenas pesquisas petrolíferas colonização falha	ITERAM ... 3 vezes INCRA ... 2 vezes PETROBRAS — 1 vez	1 capataz morto solidariedade: CPT CNBB Norte I SERPAJ CIMI	
Acre	6	3.399	16.995	2.090.000	3 casos queimadas 1 lavrador morto 185 presos Características: colonização falha	INCRA RICARDO BORDON	-	2 pistoleiros mortos solidariedade: CPT/CIMI D. Moacyr Grechi Prelazia Acre/Purus PT CUT MORHAN
Bahia	34	7.082	34.710	521.187	7 mortos 16 feridos ou torturados 66 presos 30 casas queimadas Características: Grilagem.	- Dely Dias Santos (autor da chacina na Fazenda Sarampo) - BRADESCO - (Armando e Stefânio) Espionagem Holandesa - Emp. Ag. Lopes Marques - Iva Lee Hartman — EUA - Antônio Guimarães — Médico - Teócnito Calisto da Cunha ... Ex Deputado	Ameaçados de Morte: - Pastor José Moreira - Lav. Valdir Fernandes - Lav. Belizo - Lav. Ednei - Pe. Lino Allegri - Pe. Luís Sartorel - Pe. Ermanno Allegri - Pe. Giulio Tambara CPT	5 pistoleiros e 1 fazendeiro mortos 2 desapropriações de 2.837ha. — 675 fam. solidariedade: STRs D. Paulo L. Farias ... FETAG CPT Card. Brandão Vilela Prefeito Itabuna CIMI ... D.E. Kreutler 25 Bispos Câmara de Itamaraju D. Niconedes Grossi D. Ricardo Weberbenger.
Ceará	21	2.672	13.300	260.251	24 presos 3 mortos Características: - expulsão de arrendatários - Grilagem - envolvimento PM	- Francisco L. Távares - Francisco F. de Paula Pessoa - Dep. PDS - Darinzio Bertazo, ex-Dep. PDS - Chico Leandro ... prefeito PDS	-	1 ameaça 1 desapropriação Solidariedade: STRs - Viajante de Camocim - CPT

Estado	Número Conflitos	Famílias	Pessoas	Área/Ha	Tipos de Conflito	Maiores Autores do Conflito	Ameaças	Ações e Defesas
Ceará (cont.)						Leandrinho Barroso, vereador PDS Edson Queiroz, Manoel P. Lima e Raimundo Pereira (prefeito PDS)		Vigário de Parambu Diocese de Crato Prefeito de Parambu Pres. Câmara de Parambu CUT
Distrito Federal	3	86	430	1.462	30 casas queimadas Características: Tensão entre a inflamação e chacareras	PROFLORA		4 mortos em confronto entre fazendeiros
Espirito Santo	4	403	1.915	300	Características: Ocupação de terra e Acampamentos Sem Terra (372 fam.)			Desapropriação Assentamento Solidariedade: CPT CUT ... STRs Diocese São Mateus
Goiás	58	2.850	14.178	401.283	43 presos 9 feridos 8 mortos 45 casas queimadas Características: Grilagem Ação ostensiva da PM Despejos Judiciais (Juiz Valdir Passos) Envolvimento do Secr. Separação Pub. José Freire 2 acampamentos Sem Terra (160 famílias)	<ul style="list-style-type: none"> José F. da Rocha Carlito Mernberg Urbano Berquó, adv. Ten. Trajano Bicalho João Hisashi Yano Fausto R. da Cunha Vadjoú O. Moreira Ronaldo Moreira S. Raimundo e Adonias de Oliveira Negri José Freire - Ex. Sec. Seg. Pública - PMDB José Bonifácio - PDS José Ferreira da Silva Ronan de S. Castro COBRAPE Olavo A. Ferreira F. 	<ul style="list-style-type: none"> Ameaçados de morte Pe. Josimo de Moraes Pe. Otterval Irma Vera Law. João Batista da Silva Law. Pedro (Goiás) Adv. Antônio Lourenço Francisca (Goiás) Frei Marcos (Luziânia) Pe. Wiro (Ipiora) Law. Waldemiro (S. Sebastião Toc.) Adv. Osvaldo de Alencar Rocha 	<ul style="list-style-type: none"> 2 assentamentos GETAT compra 9.605ha. distribui p/385 fam. Desapropriação INCRA: 26.000ha. p/900 fam. Afastamento de Delegados Demarcação área indígena Solidariedade: STRs, CPT FETAEG - PT Parlamento Europeu D. Transva Balkiano CNBB Centro Oeste Dep. Irma Passoni - PT D. Celso Pereira D. Jaime Colins Diocese de Miracema Diocese de Goiânia
Maranhão	70	14.717	62.464	435.965	19 mortos 50 feridos 50 presos 20 desaparecidos 99 casas queimadas Características: Grilagem envolvimento massivo da PM, do Secret. de Seg. Pública e do Governo do Estado. Terrorismo de Estado. Muitas partilhas torturas, ataques Ação contra STR fajeca Prisão de catequistas	<ul style="list-style-type: none"> Fernando Pernambuco José Lamar Luciano de Quadro José Soares dos Santos Ludemir Bonfim Almir Maia Costa Manoel Rizeira Neto João Miral, genro de Sarney Mauro Fecury - Ex. Prefeito de S. Luis Sec. Seg. Pública Cel. João Ribeiro Silva João Rabello - Vice Governador Valdir J. Melo - PDS Lázaro Barbosa - ex-Pr. Marconi Caldas - Dep. PDS 	<ul style="list-style-type: none"> Ameaçados de morte D. Pascoalino Frei Lucas e Frei Heriberto, de Bacabal Law. José Ribamar Gomes Oliveira (Coroatã) Del. Sind. Francisco Alves Almeida (B. Jantam) Pe. Luis Protta (Arame) Del. Sind. Francisco Vieira de Souza (Arame) Pe. Gian Zuffellato (Arame) Pe. Cláudio (Arame) Vigário de Parauapeçu Law. Waldir Maranhão Filho (P. Ramos) Law. Brígido Vieira da Silva (Pedreiras) 	<ul style="list-style-type: none"> Mortes de Fazendeiros - 2 Mortes administradores - 2 pistoleiro morto - 1 prisão 3 pistoleiros Desapropriação: 98.436ha p/845 fam. GETAT compra 75.683 ha para 2.650 fam. Solidariedade: D. Renaldo Punder e Dinoriz Coroatã D. Pascoalino Rettler e Diocese Bacabal D. Guido M. Casullo e Diocese C. Mendes

(Continuação próxima página)

Estado	Número Conflitos	Famílias	Pessoas	Área/Ha	Tipos de Conflito	Maiores Autores do Conflito	Ameaças	Ações e Defesas
Maranhão (cont.)					1 lavrador enterrado pela PM até o pescoço e outro obrigado a regar a calçada dele Papéis negativos (da Juíza: Dulce de Lima F. Martins 1 acampamento Sem-Terra: (500 fam.)	Banco Ind. e Com. de SP Francisco Simão Neto Sacri. Ind. Com. do PR Narciso Fonseca Pinto Prefeito PDS Lázaro do Canques Luciano Guedes Pereira Dreyfus Cattian Raimundo Nonato Lima Edivaldo Valdes Dourado MERCK Pistoleros: José Targino Ireneu	Pres. STR Francisco L. dos Santos (Priguerias) D. Sind. Pedro Pires Santana (Porto Franco) Pres. STR José Pedro da Silva (Santa Luzia) Osvaldo da Conceição Tesoureiro -- STR Lav. Vicente Herminio de Souza (S. Luzia) Lider Sind. Jonas Alves de Oliveira (S. Luzia) Pe. Antônio di Foggia (Turiacu) Pe. Antônio Mamede (Vargem Grande)	D. Luciano Mendes -- CNBB CNBB NE 4 CNBB Cons. Permanente Diocese de Caxias D. Adalberto P. da Silva D. Marcelo Carvalheira CPT -- CIMI -- CARITAS ACR -- GDDH Caxias SMDDH S. Luís -- OAB PT CUT Mov. Pop. Mulheres Caxias STRs. CONTAG FETAEMA Dep. Wagner Lago PMDB Dep. Haroldo Soboia PMDB Dep. Gervásio Santos - PMDB Pref. Mercial Arruda -- Grajaú Dep. Luís Pedro - PMDB
Mato Grosso	40	2.351	11.764	542.709	3 mortos 2 feridos 28 presos 45 casas queimadas Características: Grilagem e despejos Violência de pistoleiros e policial. Extrema violência na Fazenda Catuva, com a morte do Pe. Ramim.	Osmar Pires Bueno FREIOS VARGAS de Estevão Julio Vargas Zigomar F. Franco DELMAR Simão e Júlio Jarkis Irmãos Pinto CEMAT	Ameaças de morte: Pres. STR Adílio de Souza	Prisão de 10 pistoleiros Morte de fazendeiro e capataz Solidariedade: IECLB D. A. Possamai e Diocese de Ji-Paraná -- Papa João Paulo II Núncio Apostólico Embaixada Italiana STRs -- CIMI -- CPT FETRAGRI -- ASCOMT Dep. Mário Juruna -- PDT-RJ Dep. Gilson de Barros -- PMDB -- e Dep. Braun
Mato Grosso do Sul	10	4.475	22.375	24.300	1 morto 3 feridos 19 casas queimadas Acampamentos Sem-Terra: Brasiguaios -- 1.000 fam. Naviraí -- 30 fam. Sete Quedas -- 144 fam. Características: Projetos de assentamento não funcionando Falta assistência 3 áreas indígenas invadidas	FUNAI INCRA GOV. DO ESTADO José Fuentes Romero	Desapropriação de 18.468ha p/800 fam. Prisão para policiais invasores Solidariedade: STRs. Card. Paulo E. Arns -- SP Dep. Sérgio Cruz - PDT MS CPT CIMI	

(Continuação próxima página)

Estado	Número Conflitos	Famílias	Pessoas	Área/Ha	Tipos de Conflito	Maiores Autores do Conflito	Ameaças	Atos e Defesa
Minas Gerais	38	1.067	5.335	100.953	18 mortos 5 feridos 5 presos Há a notícia de 4 mortos em Miradouro, mas não está confirmado. Acampamentos Sem Terra: Ituaçu - 28 fam. Matuzinhos - 10 fam. Características: Grilagem problemas com arrendamentos 2 áreas indígenas	Buventura Moreira Migalhas Munuel Graçiliano Froes Ariel Flores Mendonça Nilton de Andrade Flores Geraldo Lourenço Almeida Geilson Rocha Lima Sebastião e Odilon Ringo José de Paula - Prefeito PDS Antônio Ribas Oliveira Asdrubal G. Vital Sinderley H. Mendes cand. Vice-Pref. PMDB JAMIL Antônio C. Silveira - PMDB Loester Imperiano da Silva	Pres. STR Juarez Teixeira (Bocaiuva) Pres. STR Maria Aparecida Miranda (Unai) Lav. Lucas da Cruz (Bocaiuva) Índio Raimundo P. Neves Levíton P. Neves Antônio P. Neves Dahvino Dias João Nunes da Mata Antônio S. Batista (Itacarambi) Lav. Ulisses Pereira Cardoso	Desapropriação de 23.309 ha p/336 fam. Prisão fazendeiro Prisão assassinos Eloy Solidariedade: CPT STRs FETAEMG CIMI CEM CEBs PT - PC do B PDS Justiça e Paz CDDH
Paraíba	4	100	500		Problemas de arrendamento		Ameaças de Morte: Pe. Silvano Rossi (Bananeiras) Adv. Wanderley Caixe	Desapropriação - Assentamento de 60 fam. Solidariedade: D. José Maria Pires D. Marcelo Carvalheira Dep. Jair Machado Solidariedade: STRs.
Pernambuco	5	5.835	29.175	2.100	3 casas destruídas Acampamento Sem Terra Pedra - 95 fam. Características: Grilagem Problemas com Desapropriações - Itaparica	José Amaro Leitão CHESF		
Pará	48	13.191	64.385	2.012.787	52 mortos 20 feridos 57 presos 7 desaparecidos 5 casas queimadas Existe uma notícia não bem clara da existência de 1 posseiro entre os mortos da fazenda Mandirí Santana	BRASINOR PECOSA CIB SLAVIERO AMAZONEX ANDRADE GUTIERREZ EMP. JOAQUIM OLIVEIRA Neif Murad Deudeth pastor João Almeida (do castanhal Strubim)	Dom Ervin Kreutler Pe. Angelo Pansa (Almirante) Del. Sind. A. Delcídio Ferreira (Marabá) Pe. Pedro das Neves Adv. Raimundo (Rio Maria) Lav. Evandro Guedes (São João A.) Lav. Isaque Pereira Silva	Prisão de pistoleiros Prisão de invasores Pistoleiros mortos - 5 Soldados mortos - 3 Guardas mortos - 1 Fazendeiro morto - 1 Juiza Marta Inês Carneiro - prisão preventiva

(Continuação do mesmo página)

Estado	Número Conflitos	Famílias	Pessoas	Área/há	Tipos de Conflito	Principais Autores do Conflito	Ameaça	Ações e Defesas
Pará (cont.)					<p>~ O pistoleiro Hamilton disse ter matado 6 pessoas, não especificando porém o ano e o lugar.</p> <p>Características: Grilagem Grandes e médias empresas Aforamento de castanheis Envolvimento da PM Exercícios particulares 4 grandes chacinhas</p>	<p>A. Queiroz de Moraes (chacina do castanhal 2 irmãos) Marcos Guimarães Cerqueira Lima (PMDB-MG) Aloísio Ribeiro Vieira Eddie Castor Nobrega Salim Chedid Carlos Chamie Marlon Lopes Piddie (autor da chacina na fazenda Princesa) Adilson Laranjeiras Ovídio Gomes de Oliveira Lourival e Nadir Lousa Venturil Gomes Elias Stepaick José Oscar de Mendonça Vergolino (autor da chacina no Castanhal UBA) Pistoleiros: Sebastião Pereira Dias, Raimundo Nonato Alves, Waldir Perera de Araújo</p>	Sítio Inácio da Cruz Manoel Reis Rocha	<p>Solidariedade: OAB PT Mov. Populares Ver. Valdir L. Machado Adv. João C. Batista Dep. José Ivo Sartori PMDB-RS Depts. Romero Ximenez, Paulo Fontelles, Ronaldo Passarinho e Ademir Andrade, todos do PMDB-PA Dom Alano Pena Adv. João Carlos Castro CNBB Norte II</p>
Paraná	34	7.024	34.405	21.284	<p>4 mortos 2 feridos 1 preso 1 desaparecido 1 casa queimada 13 Acampamentos Sem-Terra: 3.318 fam. ~ Há notícias de 8 suicídios por insolvência no Banco, sem especificação de data (1985).</p> <p>Características: Assentamentos falhos Acampamentos dos Sem-Terra Despejos Judiciais</p>	<p>João Pereira Cegali Eurico Santos Bandeira Luís Franchelli Aroldo Moletta - dep. PMDB INCRA</p>	Caçique Floriano Nascimento (Mangueirinha)	<p>Desapropriações: 2.031ha 2.425ha 1.671ha 1.369ha</p> <p>Solidariedade: CUT CPT PT Estudantes</p>
Piauí	106	2.199	10.880	312.968	<p>5 mortos 2 feridos 16 presos 14 casas destruídas</p> <p>Características: ~ Pequenos conflitos</p>	<p>Durval Castelo Branco Rochques VOTORANTIN - Ermito de Moraes Francisco das Chagas Mendes</p>	Solidariedade: STIs CPT CEPAC	

~ O número elevado de conflitos é resultado de detalhamento pormenorizado feito pelo CEPAC.

Estado	Número Conflitos	Famílias	Pessoas	Área/Ha	Tipos de Conflito	Maiores Autores do Conflito	Ameaças	Ações e Defesas
Piauí (cont.)					envolvendo posseiros, pequenos proprietários. Só alguns casos de grilagem.			
Rio Grande do Sul	13	3.070	13.850	2.998	Acampamentos Sem-Terra Sarandi - 2.500 Campo Santo - 70 Características: Acampamentos e Acampamentos Sem-Terra contra Latifúndios.	Fazenda ANNONI INCHIA FUNAI		Desapropriações de 3.313ha. Assentamento de 30 fam. Solidariedade: CPT FETAG Prefeitura Palmeiras ANAI - Bispos.
Rio de Janeiro	12	2.088	5.405	6.323	Acampamentos Sem-Terra Paracambi - 174 fam. Guandu - 45 fam. Características: Despejos Judiciais Empresas Imobiliárias e Turismo			Assentamento 1800ha 125 fam. Solidariedade: CPT Diocese Nova Iguaçu
Rorônia	20	2.601	12.995	94.327	2 mortos 7 feridos 50 casas queimadas Características: Grilagem Despejos Judiciais Invasão de áreas indígenas	Giacomo Cassara Grupo ANINGA Salim Felício Aureliano Pereira Neto Agenor Piva	Pres. STR Agenor de Souza Secret. STR	Solidariedade: STRs CUT - CIMI CPT - IECLB Dom Geraldo Verdier Dom Antônio Possamai Dep. Assis Canuto PDS-RO Dep. Orestes Muniz - PMDB PT
Roraima	3	1.700	8.500		1 casa queimada Características: Invasão de garimpeiros em áreas indígenas com apoio de políticos e do Governo de RR e AM	Altino Machado Nilberto Batista de Oliveira Leofidion Xavier, major.		Prisão Queima de fazenda Expulsão dos invasores'
Sergipe	4	117	565	11.768	2 presos 2 feridos Características: Acampamentos e luta contra antigas oligarquias. Acampamentos Sem-Terra: 83 fam.	Família Brito		Desapropriação de 2.580ha p/197 fam. Solidariedade: Diocese de Propriá
São Paulo	45	3.091	7.790	34.271	4 presos 7 Acampamentos Sem-Terra 1.805 fam. Características: Não renovação do arrendamento	Banco do Brasil Angelo Papalardo I SWIFT - King Ranch FIELD CESP		Desapropriação de 1.210ha Assentadas 255 fam. Solidariedade: STRs CPT - FETAESP Dep. Mário Braga - PMDB Dep. Walter Trigo - PMDB

(Continuação próxima página)

Estado	Número Conflitos	Famílias	Pessoas	Área/Ha	Tipos de Conflito	Maiores Autores do Conflito	Ameaças	Ações e Defesas
São Paulo (cont.)					Ocupação de terras Despejos Judiciais Assentamentos falhos			Dep. Mário Santilli - PMDB Dep. Paulo Dintiz - PMDB
Santa Catarina	14	1.429	6.995	1.880	1 casa destruída 7 Acampamentos Sem Terra 500 a 1.000 fam. Características: Área indígena - Toldo Chimbangue Barragens Acampamentos Sem Terra	ELETROSUL		Solidariedade: Dom José Gomes Diocese de Chapecó CIMI Wilmar de Angelis CPT Dep. Dante de Oliveira PMDB-MT Dep. Márcio Lacerda PMDB-MS ANAI Greve de fome - Agentes de pastoral da I. Católica e da IECLB Dom Honorato Piazzera Dom Oneres Marchiori

FONTE: Idem tabelas anteriores.

ANEXO 3

QUADRO 6

DISCRIMINAÇÃO GERAL DOS CONFLITOS - BRASIL, 1985

Conflitos Trabalhistas

Estado	Número Conflitos	Pessoas	Mortos	Feridos	Presos	Tipos de Conflito	Maiores Autores do Conflito	Greves	Ações e Defesas
Acre									
Amazonas									
Alagoas									
Bahia	4	2	2			Trabalho escravo Salário			Solidariedade CPT
Ceará	1					Trabalho escravo Salário			
Espírito Santo	1					Greve: Cortar flores da cama		1	Solidariedade CUT
Goiás	2	2	2			Ameaças de morte a Adão Onofre e Irmã Paula	Roberto Pascal, Língio Prof. Geraldo Reis, adv. Lázaro Martins de Souza		Solidariedade CPT STRs CUT Diocese de Goiás CONTAG FETAEG PT CPG Dep. Aldo Arantes PMDB
Mato Grosso	1					Trabalho escravo	Destilaria DEBRASA		Solidariedade - CPT FETAGRI
Mato Grosso do Sul	3	2.525		1		Trabalho escravo Greve	Zigomar Ferreira Franco Lavin Fertil	1	
Minas Gerais	14	15.394	4	1		Ameaça de morte a Vicente Paul dos Santos João Donizete Dias Pres. STR Monte Santo	PLANTAR GALBA Faz. Estiva Grupo Paulista Itaquara Faz. Embaúba Faz. Boa Vista Polícia Fortunato Araújo	6	Solidariedade CPT FETAEMG
Pará	4	1.008	2	1		4 desaparecidos salário não pago Trabalho escravo	CONAN Antônio Carlos Novaes de Araújo Fiz. Pils ENCOL		
Paraná	1					Greve			
Pernambuco	4	3	2			Salário	Arlindo Manoel da Silva Sebastião de Arruda Falcão	1	Solidariedade ACR CEAS - CENTRU - FETAPE - Past. Rural
Piauí	3	350				Trabalho escravo Não pagamento de Salário	Antenor Fortes Rodrigues Diva Natal Custódio Brunco Chagas Macário Domingos Rodrigues Ferreira		

(Continuação página seguinte)

Estado	Número Conflitos	Pessoas	Mortos	Feridos	Presos	Tipo de Conflito	Maiores Autores do Conflito	Greves	Ações e Defesas
Piauí (cont.)									
Paraná	1	300			1	Greve			
Rio de Janeiro	2	25.001			1	Greve e não pagamento de salário	João Vaz - Abraão Gomes Maconel Coelho Alexandre M.S. José Antônio João Cazara VOTORANTIN	1	
Rorondônia	2		1		3		Sebastião Terbooy USATI		
Santa Catarina	1	200				Demissões			
São Paulo	32	114.400		26	67	Tentativa de Assassinato do Pres. STR José de Fátima Moraes (Guariba) Trabalho escravo	Usina Santa Cruz Usina São Martinho Milton Milreu Aparecido Rodrigues da Silva OMETTO Polícia Secret. Segurança Miguel Tommer Major Fábio Guimarães Fonseca Capitão Milton Minck	28	

FONTE: Idem tabelas anteriores.

QUADRO 7 DISCRIMINAÇÃO GERAL DOS CONFLITOS – BRASIL, 1985

Conflitos Relativos à Seca

Estado	Número de Conflitos	Pessoas	Mortos	Feridos	Preços	Tipos de Conflito	Maiores Autores do Conflito	Greves	Apólos e Defesas
Bahia	6	1.400			6	Acampamento em frente à Prefeitura Libertação da Jiqui Ameaças de acampamento na SUDENE Denúncia por falta de água Ameaças ao seminarista Benito	Empresa Bahiana de Saneamento Polícia		Apólo Diocese de Juazeiro PT - FETAEG Apólo Ver. Antônio Moura - PMDB
Ceará	3					Denúncia da falta de sementes Denúncia de seca verde Processo contra lavadores e agentes	Prefeitura		

FONTE: Idem tabelas anteriores

ACIDENTES COM AGROTOXICOS

Paraná			4	461					
Rio G. do Sul				5					
Minas Gerais			1	180					

QUADRO 8

DISCRIMINAÇÃO GERAL DOS CONFLITOS – BRASIL, 1985

Garimpo

Bahia	1					Greve	Mina Morro Velho		Solidariedade: Diocese Senhor do Bonfim
Goiás	1								
Rondônia	2			3			Mineração Novo Oriente CR Almeida Mineração		

FONTE: Idem tabelas anteriores

QUADRO 9 DISCRIMINAÇÃO GERAL DOS CONFLITOS – BRASIL, 1985 **Acidentes com Bóias-Frias**

Estado	Número Conflitos	Pessoas	Mortos	Feridos	Presos	Tipos de Conflito	Maiores Autores do Conflito	Greves	Ações e Defesa
Alagoas	1		7	22			Usina Porto Rico		
Minas Gerais	11		27	175			ILCO MINAS Fazenda São Lourenço		
Paraná	3		1	31					
São Paulo	15		31	336			Destilaria Galo Branco		

FONTE: Idem Tabelas anteriores.

QUADRO 10 DISCRIMINAÇÃO GERAL DOS CONFLITOS – BRASIL, 1985 **Conflitos em Área Sindical**

Bahia	1					Fraudes em eleições			
Ceará	1					Fraudes em eleições			Solidariedade - CUT -
Maranhão	1					Invasão Sindical Fraudes em eleições			CPT Dom. Jorge Tobias e Diocese de Caxias CARITAS - FASE - PT
Minas Gerais	2					Fraudes em eleições			
Mato Grosso do Sul	1					Fundação de STR por políticos			
Pará	2				4	Fraudes em eleições			
Piauí	1					Fraudes em eleições			
Paraná	3					Fraudes em eleições			
Rio Grande do Sul	1					Fraudes em eleições			

FONTE: Idem Tabelas anteriores.

Nº de Ord.	Data	Nome	Idade	Prof.	Localidade	Município/Est.	Agradores
001	02/01	Não identificado		peão	São Geraldo	Xinguara-PA	Pist. de Almir Moraes da Faz. Fortaleza
002	03/01	Daniel		poss	São Geraldo	Xinguara-PA	Pist. de Eddy Castor - Castanhal Pau Ferrado
003	03/01	Não identificado		lavr	São Geraldo	Xinguara-PA	PM na área da CIDAPAR
004	05/01	Armando O. da S. Quintino	38	lavr		Viseu-PA	
005	05/01	"Bodão"		lavr		Viseu-PA	
006	16/01	Escílio Francisco Xavier		lavr	Dois irmãos	Xinguara-PA	Pist. de Almir Moraes - Sebastião da Teresona
007	16/01	José Francisco de Souza		lavr	Dois irmãos	Xinguara-PA	Pist. de Almir Moraes - Sebastião da Teresona
008	16/01	Não identificado		peão	Dois irmãos	Xinguara-PA	Pist. de Almir Moraes - Sebastião da Teresona
009	16/01	Não identificado		peão	Dois irmãos	Xinguara-PA	Pist. de Almir Moraes - Sebastião da Teresona
010	20/01	Lázaro Pereira Sobrinho		d. si	Capelinha	Xinguara-PA	Manoel Gracilio Froes gerente Minascaixa
011	01/02	José Gomes da Silva		d. si	Capelinha	Xinguara-PA	Luis soldado e 5 pist. da Ceres - Turiaçu
012	17/02	José Alexandre		poss.	Morada Nova	Sta. Helena-MA	
013	23/12	Benedito de Melo Peres		lavr		Paracatu-MG	Sogro João Iriás, morto também pelo irmão de P
014	02/03	Pedro Teixeira		lavr	Quinta	São L. Gonzaga-MA	Madeireiro Cupú
015	06/03	Damázio Fernandes Silva		lavr	Op 2 S. Geraldo	Xinguara-PA	Gerente e pist. de Neif Murad
016	17/03	Policarpo de Souza Louza		lavr	Itaipavas	Xinguara-PA	Geraldo Lourenço de Almeida e Omaso Obelin
017	20/03	Eli Braga		lavr	Serra Negra	Xinguara-PA	Sebastião e Odilon Rego
018	23/03	Alceu Ribeiro	53/111	lavr		Itamarandiba-MG	Sebastião e Odilon Rego
019	23/03	José Félix		lavr		Malacacheta-MG	Sebastião e Odilon Rego
020	03	José Nunes Ferreira	52/41	lavr		Malacacheta-MG	Sebastião e Odilon Rego
021	03	Teodorinho	80	lavr		Pote-MG	Sebastião e Odilon Rego
022	03	Francisco		lavr		Sta. Teresinha-GO	desgosto por ter casa e lavoura destruída
023	03	Gaspar		peão	Faz. Gameleira	Marabá-PA	pist. de Antônio Carlos Novaes de Araújo
024	03	Valdir Rocha		peão	Faz. Gameleira	Marabá-PA	pist. de Antônio Carlos Novaes de Araújo
025	01/04	Sebastião Gomes Pereira		poss	Gleba Funai	P. e Lacerda-MT	pist. de Zígoma Ferreira
026	04/04	Moaçir da Silva	61	poss	faz. Gameleira	Marabá-PA	Antônio Boi, gerente da faz. Galba
027	09/04	João Jurandir Barbosa	23	lavr	São Romão	S. Francisco-MG	Suicida por medo da PM e pis. da faz. Ingá
028	13/04	Severino Lopes da Silva	48/111	lavr	Aiacilândia	Con. Araguaia-PA	pist. de Eddy Castor - Castn. Pau Ferrado
029	13/04	Adão Vieira		lavr	São Geraldo	Xinguara-PA	pist. de Eddy Castor - Castn. Pau Ferrado
030	13/04	Salustiano "Terto"		lavr	São Geraldo	Xinguara-PA	pist. de Eddy Castor - Castn. Pau Ferrado
031	15/04	Adelaide Molinari		reli	São Geraldo	Xinguara-PA	pist. de Aloísio Carvalho
032	28/04	Luis Fernandes Reis	47	voqu	Eitorado	Xinguara-PA	faz. Fortunato Geraldo de Araújo
033	28/04	Cleusa Carolina R. Coelho		reli		Sen. Modés. Gon. MG	Raimundo Podivem Índio, ex PM e político
034	30/04	Maria Apurimã		reli		Lábrea-AM	Raimundo Podivem Índio, ex PM e político
035	30/04	Arnaldo Apurimã		indi		Lábrea-AM	Raimundo Podivem Índio, ex PM e político
036	30/04	Francisco Gomes Martins		...		Lábrea-AM	
037	01/05	Juilmar Barbosa Lima	18	poss	Engenho Guerra	Xinguara-PA	pist. de João Almeida "Nelito"
038	01/05	Não identificado		poss		Xinguara-PA	pist. de Sebastião de Arruda Falcão Filho
039	08/05	Pedro Gonçalves Silva	28/31	d. Si		Marajá-PE	Asdrubal G. Vital e Siderley Mendes e Alex F.
040	09/05	Minivaldo Pereira Silva	64/111	poss		Xinguara-PA	Pist. de Aureliano Pereira Brito
041	09/05	Durvalino S. dos Santos	59/101	poss		Porteirinha-MG	empregado cantina da FUNAI-Tome
042	10/05	Francisco de Oliveira		poss		Porteirinha-MG	
043	12/05	Adolfo Makacali		poss		Bertópolis-RO	
044	15/05	Oscar V. Badaró		lavr	Gleba 4	Cipotânea-MG	

Nº de Ord.	Data	Nome	Idade	Prof.	Localidade	Município/Est.	Agressores
045	21/05	Paulo de Franco Ramos		peão	faz. Ingá	Con. do Ara-PA	pist. Nequinho
046	22/05	Não identificado		poss	faz. Surubim	Xinguara-PA	pist. de João Almeida e da CIB
047	22/05	Não identificado		poss	faz. Surubim	Xinguara-PA	pist. de João Almeida e da CIB
048	23/05	Francisco Pereira Morais		poss	faz. Surubim	Xinguara-PA	pist. de João Almeida e da CIB
049	23/05	Manoel Pereira Morais		poss	faz. Surubim	Xinguara-PA	pist. de João Almeida e da CIB
050	23/05	Leonilde R. da Silva Filho		poss	faz. Surubim	Xinguara-PA	pist. de João Almeida e da CIB
051	23/05	Carmem Lúcia da Silva	2	lavr	faz. Surubim	Xinguara-PA	
052	05	Não identificado		peão	fote 20 juncon	On. do Ara-PA	Enluqueceu e suicidou por medo de pistoleiros invad. da área indígena. O morto trab. p/Índios
053	05	Gilberto		lavr	Re. Rio Maria	Marabá-PA	pistoleiros de João Almeida
054	06/06	José Rodrigues Santos		lavr	Rio Vermelho	Xinguara-PA	Raimundo José Costa e outros
055	06/06	Divino Borges Santos	20/11	lavr	Santa Maria	Rosário-MA	pist. de Lourismar A. dos Santos
056	09/06	Otávio Ferreira Junior		lavr	Nova Vida	Iguatins-GO	
057	09/06	Francisco P. Alves		poss	Castanhal Ubá	Arapoema-GO	Edmundo Vergolino e pistoleiros
058	13/06	João E. Vilarins	18	poss	Castanhal Ubá	S. João do Ara. PA	Edmundo Vergolino e pistoleiros
059	13/06	Luis Carlos P. de Sousa	30/21	poss	Castanhal Ubá	S. João do Ara. PA	Edmundo Vergolino e pistoleiros
060	13/06	Januário F. Lima	32	poss	Castanhal Ubá	S. João do Ara. PA	Edmundo Vergolino e pistoleiros
061	13/06	Francisca de Sousa	27	poss	Castanhal Ubá	S. João do Ara. PA	Edmundo Vergolino e pistoleiros
062	13/06	José Pereira da Silva	13	poss	Castanhal Ubá	S. João do Ara. PA	Edmundo Vergolino e pistoleiros
063	18/06	Waldemar A. de Almeida	35	poss	Castanhal Ubá	S. João do Ara. PA	Edmundo Vergolino e pistoleiros
064	18/06	Nelson Ribeiro		T. Rur.	Castanhal Ubá	S. João do Ara. PA	Edmundo Vergolino e pistoleiros
065	18/06	Valentin		lavr	Arapari	Santa Luzia-MA	Raimundo Zeca, Luis Chaves, Franc. Emiliano F. Faixa
066	19/06	Francisco Sousa		lavr	Maria Preta	Colinas-MA	griero João Soares dos Santos
067	16/06	José Caraca		lavr	Arapari	Santa Luzia-MA	Raimundo Zeca, Luis Chaves, Franc. Emiliano F. Faixa
068	28/06	Waldemar Apinajé		indi		Tocantinópolis-GO	Sebastião Lima delegado policial
070	06	Isaias Tomás da Silva		poss	Gleba Joncon	Con. do Ara-PA	por Divino, por limites de posse
071	06	Divino		poss	Gleba Joncon	Con. do Ara-PA	por Isaias, por limite de posse
072	06/06	Francisco H. da Silva		T. Rur.		Escada-PE	Cabo do Engenho, Arlindo Manoel da Silva
073	02/07	José Cardoso Filho	44/141	poss	faz. Sarampo	Canaveiras-BA	pistoleiros de Dely Dias dos Santos
074	02/07	Raimundo Osmar Alves	26/21	poss	faz. Sarampo	Canaveiras-BA	pistoleiros de Dely Dias dos Santos
075	02/07	João B. Cardoso Santos	36/51	poss	faz. Sarampo	Canaveiras-BA	pistoleiros de Dely Dias dos Santos
076	02/07	João "mineiro"	35	poss	faz. Sarampo	Canaveiras-BA	pistoleiros de Dely Dias dos Santos
077	02/07	Abílio Muniz	53/91	poss		Codó-MA	Manoel Rita e Paulo pist. da Sagrisa
078	04/07	Ariston Alves dos Santos		d. si	Jussara	Paragominas-PA	Jaguinhos da faz. Mainara
079	19/07	Domingos Gomes de Melo	41	lavr		Timbiras-MA	R. Nonato Lima, An. Costa Magalhães, An. Gerônimo, M. Fab
080	22/07	Francisco F. Chaves		lavr		Luziândia-PI	Raimundo Soares Brito, lavrador
081	23/07	Antônio Luís Oliveira		lavr		N.S. Remédios-PI	Manoel e José Ferro, lavradores
082	23/07	Francisco Luis Oliveira		lavr		N.S. Fimelhios-PI	Munuel e José Ferro, lavradores
083	24/07	Ezechiele Ramin	32	Pe.	faz. Caluwa	Aripuanã-MT	José Brandão, Altonso, Nagib p/faz Osmar Pires
084	27/07	Waldemar F. Peixoto	30	poss	Morro dos Patos	R. de Moura-RO	Bruno
085	28/07	Francisco C.S. Filho		T. si		Itaerama-CE	Agenor Piva
086	07	Não identificado		garimpo		Israelândia-GO	Francisco Luis Tavares
087	07	Não identificado		garimpo		Israelândia-GO	
088	07	Não identificado		garimpo		Israelândia-GO	

(Continuação próxima página)

Nº de Ocul.	Data	Nome	Idade	Prof.	Localidade	Município/Est.	Agressora
089	07/07	Maria das Mercês Taveira		poss	faz. Terra Nova	Araguatins-GO	susto da polícia e jagunços que destruíram casa
090	07/07	Filho de Maria		-	faz. Terra Nova	Araguatins-GO	
091	02/08	Francisca Prata		d. si	Santa Teresa	Carbontina-MG	Almir Costa Filho do faz. Francisco Bezerra
092	11/08	Gonçalo F. Campos Sousa	56/61	poss	faz. pau a pique	Lago da Pedra-MA	pist. de Raimundo Viana e A. Guimarães
093	13/08	Zacarias José dos Santos		d. si	Maguari	Marcionílio-BA	Chico Ribeiro, Antônio Liberato, A. quince
094	21/08	José Ribamar Sousa		d. si		Montão-MA	Ex. Líder sindical a serviço dos usineiros
095	02/09	Evanduir Pereira da Silva	27	poss	faz. Cachimbó	Aliança-PE	pist. de José Lamar
096	05/09	Domingos Abreu Marques		poss	faz. Cachimbó	Caroatá-MA	Everaldo Rodrigues dos Santos del. p/Timóteo
097	05/09	Manoel Ferreira de Souza		lavr	faz Mosquistão	Caroatá-MA	Bento
098	11/09	Isaias N. Cândido de Sousa	41/11f	lavr		Canápolis-BA	3 pistoleiros
099	16/09	Salvador Alves dos Santos	42	d. si	Bairro D. Eliseu	Paragominas-PA	João Targino de Sousa, pistoleiro
100	17/09	Antônio Ferreira Silva		d. si	Arapari	Sta. Luzia-MA	Nelson Frota, Capataz da faz. Aparecida
101	17/09	Antônio Inácio		lavr	Moriá	Sta. Luzia-MA	José Muniz, fazendeiro
102	18/09	José Luis Moraes		lavr	faz. B. de Bolonha	Cajari-MA	Valdomiro Gonçalves de Paulo
103	19/09	Raimundo Maia		poss	faz. Vale da Serra	Rio Maria-PA	Erico Santos Bandeira, J. Luis Franchelli, R. Dantas A.
104	21/09	Valdomiro C. Ferreira	67	admi	faz. Reunidas	C. Grande-PR	Idem, Idem,
105	21/09	Waldomiro Machado Oliveira	62	lavr	faz. Reunidas	C. Grande-PR	João Pereira Caçali e 3 PM
106	27/09	João Teodoro Rodrigues		lavr		Abatã-PR	Francisco caseiro e irmão do fazendeiro
107	28/09	Augusto Dias	60	T. Ru	faz. Sta. Luzia	Porto Seguro-BA	Marion Lopes Piddé e pistoleiros
108	27/09	Ezequiel Pereira dos Santos		poss	faz. Princesa	Marabá-PA	Marion Lopes Piddé e pistoleiros
109	27/09	Manoel Barbosa da Costa		poss	faz. Princesa	Marabá-PA	Marion Lopes Piddé e pistoleiros
110	27/09	José Barbosa da Costa		poss	faz. Princesa	Marabá-PA	Marion Lopes Piddé e pistoleiros
111	27/09	José Pereira de Oliveira		poss	faz. Princesa	Marabá-PA	Marion Lopes Piddé e pistoleiros
112	27/09	Francisco O. da Silva		lavr	Alvoredó	Marabá-PA	Chicão pelo faz. Luciman de Ctradro
113	24/09	Antônio Pedro Rocha	58	lavr	Itaperassu	Coroatá-MA	Jorge Gato, Jagunço
114	01/10	José Ferreira dos Santos		lavr		Rio Branco-PR	Pelé, pistoleiro
115	02/10	José Alves Viana		lavr		N. Cruzeiro-MG	pist. de Francisco Simeão Neto sec. i.c.PR
116	03/10	Antenor Sena de Freitas	35/11	poss	faz. Capoeira	Sta. Luzia-MA	pist. de Francisco Simeão Neto sec. i.c.PR
117	03/10	Francisco Teodoro da Silva	50	poss	faz. Capoeira	Sta. Luzia-MA	pist. Nonato e 'casé' a serviço de 'Aleimão'
118	06/10	Antônio Bartolomeu F. Varela		lavr	faz. Pits	Paragominas-PA	Boaventura Moreira Magalhães. faz Riacho dos
119	06/10	Júlio Rodrigues Miranda	46	poss	Mandifical	Bonfinópolis-MG	Cav.
120	15/10	Divino Balbino Lana	29	lavr	Corr. dos Ilhéus	Eng. Caldas-MG	pist. Eliseu Ferreira Sousa p/Nilton de
121	15/10	Benedito Ferreira Chagas	60/11f	lavr	faz. Mexerica	Doverlândia-GO	Andrade
122	16/10	José Antônio da Silva	31/41	T. ru.		Caucaia-CE	Idelfonso, Valdeci para Lázaro Martins Sousa
123	21/10	Luis Mendes Carvalho	29/31	poss	São Pedro	Sítio Novo-GO	dono do terreno
124	23/10	Nativo da Nat. de Oliveira	32/21	d. si		C. do R. Verde-GO	pis. de Fausto Rodrigues da Cunha
125	23/10	Isrêmia Mendes		adv	faz. Lavrinhas	Patrocínio-MG	pist. de R. Páscal L'égio e adv. Geraldo Reis
126	26/10	Domingos da Silva Santarém	48/9f	lavr.		S. João Aliança-GO	Del. p. Paulo Henrique dos Santos p/Olavo
127	27/10	Raimundo Valério (Varela)	58/8f	T. ru	Caicara	Quixadá-CE	Alves Ferreira
128	27/10	Francisco José Félix Ribeiro	22	T. ru	Caicara	Quixadá-CE	José Paulino da Silva, Gilson Paulino,
129	28/10	Valdivino Delara (Valdemiro)	49/61	colono	km 64 BR-364	Quixadá-CE	Francisco
130	02/11	José Félix Pardin (Bardin)	42/6f	poss	Cipó	Ibotirama-BA	Ribeiro Sobrinho p/Marcelo Pereira Lima Cristiano Angelo Cândido p/Edgar Roque Zimmerman Armando Holandezos

Nº de Ord.	Data	Nome	Idade	Prof.	Localidade	Município/Est.	Agressores
131	22/11	Geraldo Alves da Silva				Mato Verde MG	Marciano Martins dos Santos e Jorge P. p/ Antônio
132	22/11	Paulista		poss	faz. Vale da Sér.	Rio Maria-PA	PM e sec. Segur. Cel Silva Júnior
133	23/11	Manoel Monteiro de Sousa		poss	Pau Santo	Bacabal-MA	susto pela agressão ao esposo
134	11	esposa de C. Patrião		poss	turvo	Canarana-MT	José Barbosa Lopes lav.
135	03/12	Arlindo F. da Silva		lavr	faz. V. da Serra	R. Gonçalves PI	Raimundo Nonato Alves pis. e faz. Venturil Gomes
136	04/12	Pedro Joaquim (bezerra)		foto		Rio Maria PA	
137	04/12	Dijair		poss	faz. V. da Serra	Rio Maria PA	Raimundo Nonato Alves pis. e faz. Venturil Gomes
138	09/12	Messias Gomes da Silva		ser.	Seringal S. João	Ipixuna-AM	Capataz Demétrio Jorge Messias
139	10/12	Francisco Soares Neto		T. ru		Barras PI	Raimundo Soares Brito Lav.
140	18/12	João Canuto	45	d. si	Proj. Tamarineiro,	Rio Maria-PA	pis. da faz. Canãa
141		esposa de José P. Silva		colono	Monte Alverne	Corumbá-MS	INCRA recusa levá-la ao hospital
142		Nelson Randoifo		lavr		Miradouro-MG	
NÃO ficaram classificadas por notícias incertas e falta de documentação:							
07	07	José Ricardo do Nascimento		peão	Indaíá Grande	Paranaíba-MS	Segundo informação do pist. Hamilton
10/11	07	Márcia		pea	Idem	Paranaíba-MS	
15/10	10/11	Manoel Pimenta				Jauru-MT	
03/12	15/10	Koser			faz. Fortaleza	Iguapé-SP	Desaparecidos faz. Pils
	03/12	João Severo dos Santos				Escada PE	
		3 posseiros - 1 mulher e				Xinguara PA	
		2 crianças					
		4 lavradores:					
		Paulo Travassos,				Miradouro-MG	
		Raimundo Edson, Elias				Paragominas PA	
		Almeida, Eder Ferreira					

Nº ORD.	DATA	RELAÇÃO DOS MORTOS	IDADE	MUNICÍPIO	TIPO DE ACIDENTE
001	18/03	Antônio Alves da Cruz	61	Barbosa Ferraz	Acidente de caminhão — Faz. Barbosa
002	29/03	Não identificado		AL	Acidente de caminhão Usina Porto Rico
003	29/03	Não identificado		AL	Acidente de caminhão Usina Porto Rico
004	29/03	Não identificado		AL	Acidente de caminhão Usina Porto Rico
005	29/03	Não identificado		AL	Acidente de caminhão Usina Porto Rico
006	29/03	Não identificado		AL	Acidente de caminhão Usina Porto Rico
007	29/03	Não identificado		AL	Acidente de caminhão Usina Porto Rico
008	29/03	Não identificado		AL	Acidente de caminhão Usina Porto Rico
009	03/04	Maria José dos Santos	26	Adamantina - SP	Acidente ônibus Adamantina
010	16/04	Não identificado		Ituverava — SP	Acidente caminhão Faz. Santa Helena
011	11/05	Não identificado		Jatú — SP	Acidente caminhão Central Paulista de açúcar
012	11/05	Não identificado		Jatú — SP	Acidente caminhão Central Paulista de açúcar
013	11/05	Não identificado		Jatú — SP	Acidente caminhão Central Paulista de açúcar
014	11/05	Não identificado		Jatú — SP	Acidente caminhão Central Paulista de açúcar
015	11/05	Não identificado		Jatú — SP	Acidente caminhão Central Paulista de açúcar
016	17/05	Zilda Messias de Oliveira	28	Altinópolis-SP	Acidente caminhão da Faz. Selado
017	13/06	Maria das Graças Ferreira	17	São Gonçalo do Aba-MG	Acidente caminhão da Faz. São Lourenço
018	13/06	José Altair da Silva	31	São Gonçalo do Aba-MG	Acidente caminhão da Faz. São Lourenço
019	13/06	1 senhora		São Gonçalo do Aba-MG	Acidente caminhão para Simonésia
020	15/07	Não identificado		Manhuaçu — MG	Acidente caminhão para Simonésia
021	15/07	Não identificado		Manhuaçu — MG	Capotamento
022	22/07	Não identificado		Ipatinga — MG	Capotamento
023	23/07	Não identificado		Monte Belo — MG	Acidente ônibus Alfatur — Faz. Muquese
024	23/07	Não identificado		Monte Belo — MG	Acidente ônibus Alfatur — Faz. Muquese
025	23/07	Não identificado		Monte Belo — MG	Acidente ônibus Alfatur — Faz. Muquese
026	23/07	Não identificado		Monte Belo — MG	Acidente ônibus Alfatur — Faz. Muquese
027	23/07	Não identificado		Monte Belo — MG	Acidente ônibus Alfatur — Faz. Muquese
028	23/07	Não identificado		Monte Belo — MG	Acidente ônibus Alfatur — Faz. Muquese
029	23/07	Não identificado		Monte Belo — MG	Acidente ônibus Alfatur — Faz. Muquese
030	23/07	Não identificado		Monte Belo — MG	Acidente ônibus Alfatur — Faz. Muquese
031	27/07	Não identificado		Varzelândia — MG	Acidente ônibus Alfatur — Faz. Muquese
032	27/07	Não identificado		Varzelândia — MG	Capotamento
033	21/08	Não identificado		Guaraçará — SP	Capotamento
					Acidente do caminhão da Univalem contra caminhão de Wilson de Souza que estava na contra-mão

(Continuação próxima página)

Nº ORD.	DATA	RELAÇÃO DOS MORTOS	IDADE	MUNICÍPIO	TIPO DE ACIDENTE
034	21/08	Não identificado		Guaraçá — SP	Idem, Idem
035	21/08	Não identificado		Guaraçá — SP	Idem, Idem
036	21/08	Não identificado		Guaraçá — SP	Idem, Idem
037	21/08	Não identificado		Guaraçá — SP	Idem, Idem
038	21/08	Não identificado		Guaraçá — SP	Idem, Idem
039	02/09	Desiderato B. Silvestrini		Pederneiras — SP	caminhão da Usina de S. José de Macatuba, conduzido por Maurício Santana, destruído por trem da FEPASA na passagem de nível, dirigido por Aparecido José Franciscati
040	02/09	Maurício Santana	menor	Pederneiras — SP	Idem, Idem
041	02/09	Claudinéia A. Francisco		Pederneiras — SP	Idem, Idem
042	02/09	Luzia de Fátima Paderes		Pederneiras — SP	Idem, Idem
043	02/09	Jurandir Saraiva de Sousa		Pederneiras — SP	Idem, Idem
044	02/09	Paulo Joaquim Souza Afonso		Pederneiras — SP	Idem, Idem
045	02/09	Marli Correia Andrade	menor	Pederneiras — SP	Idem, Idem
046	02/09	Maria Aparecida Ramos		Pederneiras — SP	Idem, Idem
047	02/09	Claudinei Generoso	menor	Pederneiras — SP	Idem, Idem
048	02/09	Luis Carlos Dias Prado	menor	Pederneiras — SP	Idem, Idem
049	02/09	Natalina Valentim da Silva		Pederneiras — SP	Idem, Idem
050	02/09	Dora Maria P. Martinucho		Pederneiras — SP	Idem, Idem
051	02/09	Gesuel R. da Silva	menor	Pederneiras — SP	Idem, Idem
052	02/09	Shirlei da Silva		Pederneiras — SP	Idem, Idem
053	02/09	Wilson José da Silva	menor	Pederneiras — SP	Idem, Idem
054	02/09	Aparecido Augusto Bonfim	30	Araraquara — SP	Idem, Idem
055	04/09	Não identificado		Davinolândia — MG	Caminhão Usina Sta. Cruz, dirigido por Luis Carlos Hilário contra dodge O b.f. era a serviço da destilaria S. Gregório
056	06/09	Não identificado		Espinosa — MG	Caminhão sem freio
057	04/09	Não identificado		Espinosa — MG	Caminhão sem freio
058	04/09	Não identificado		Espinosa — MG	Caminhão sem freio
059	04/09	Não identificado		Espinosa — MG	Caminhão sem freio
060	09/09	Não identificado		Val Paraizo-Araçatuba-SP	Colisão de uma caminhoneta e um caminhão com 25 bóias-frias
061	09/09	Não identificado		Val Paraizo-Araçatuba-SP	Idem, Idem
062	13/06	Não identificado		S. Gonçalo do Abaeté-MG	Caminhão da Faz. São Lourenço
063	26/10	Não identificado		Areado — MG	
064	06/02	Não identificado		Passos — MG	
065	06/02	Não identificado		Passos — MG	
066	30/04	Não identificado		Itu — SP	

OBS: houve 563 bóias-frias feridos.

QUADRO 13

ENVENENAMENTO POR AGROTÓXICOS E OUTROS — BRASIL, 1985

Nº ORD.	DATA	NOME	IDADE	PROF.	MUNICÍPIO	TIPO DE ACIDENTE
001	25/01	Hamilton de O. Neto	17	T. Rural	Itacambira -- MG	Mortos por acidente no rio Congonhas na balsa sem segurança da reflorest. Plantar
002	25/01	Miguel José dos Santos	27	T. Rural	Itacambira -- MG	Acidente de trator conduzido por José
003	07/02	José de A. da Silva		T. Rural	PR	Envenenamento por agrotóxicos
004	30/04	Não identificado		T. Rural	MG	Envenenamento por agrotóxicos
005	29/05	Não identificado		T. Rural	PR	Envenenamento por agrotóxicos
006		Não identificado		T. Rural	PR	Envenenamento por agrotóxicos
007		Não identificado		T. Rural	PR	Envenenamento por agrotóxicos
008		Não identificado		T. Rural	PR	Envenenamento por agrotóxicos


OBS.: Houve 646 pessoas intoxicadas por agrotóxicos.

FONTE: Idem das tabelas anteriores.

**Conflitos
de terra
no Brasil
1986**

**CPT
Comissão Pastoral da Terra**

CONFLITOS NO CAMPO BRASIL/87

Comissão
Pastoral da Terra  CPT



Índice

Anexo 5 - Gráfico das famílias assentadas
Anexo 6 - Dados da CPT Araguaia-Tocantins
Anexo 7 - Mapa do Brasil

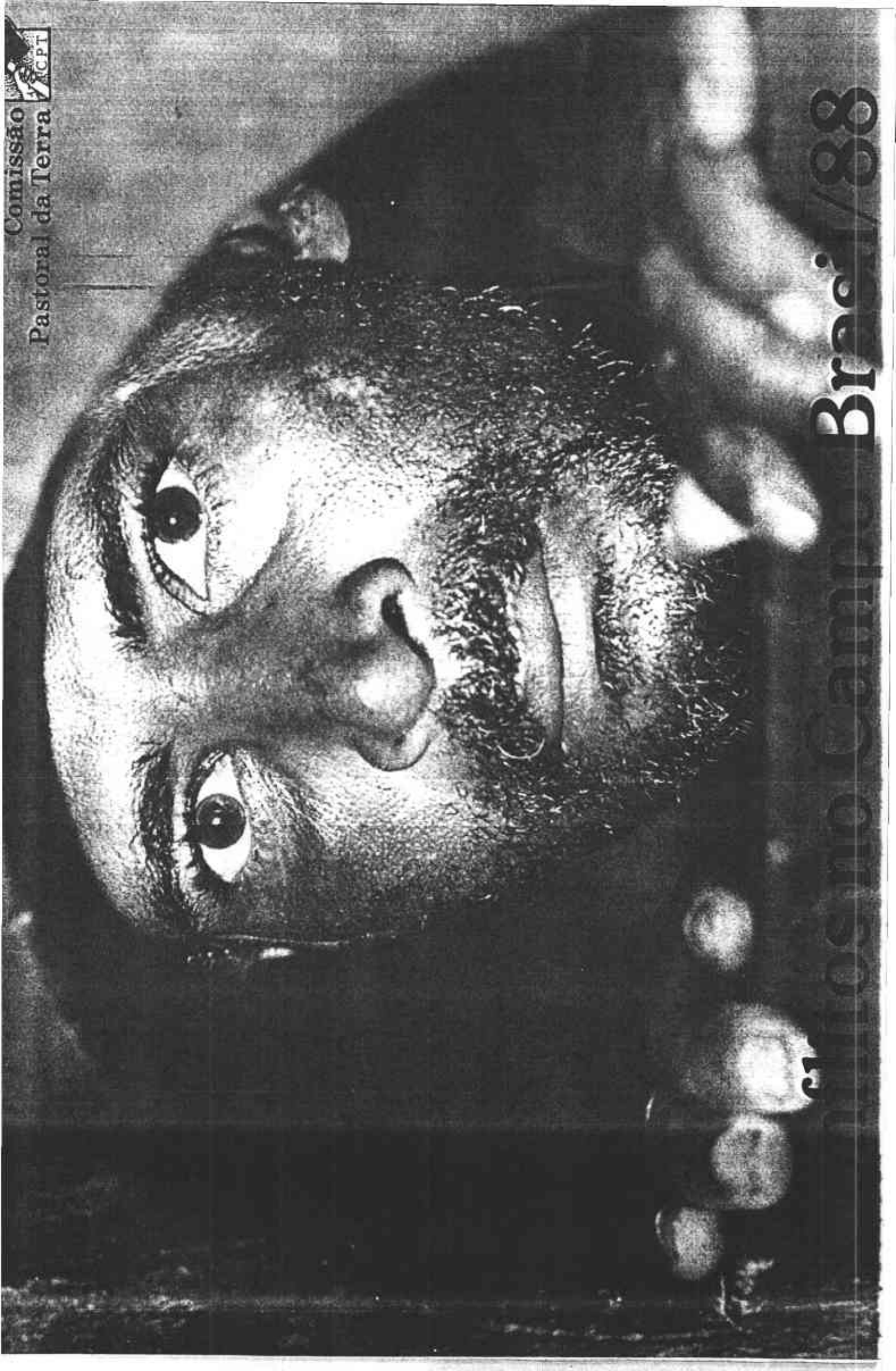
pág. 61
pág. 62
pág. 63

Dedicatória	pág. 5
As pedras gritarão	
Apresentação	pág. 6
Uma sociedade baseada na exclusão dos camponeses	pág. 7
Os trabalhadores desvendam as raízes da violência	pág. 8
A contra-Reforma Agrária da Nova República e o aumento da violência no campo	pág. 10
A violência e a nossa fé	pág. 12
Nossos critérios de trabalho	pág. 16
Quadros	
Quadro 1 - Geral dos conflitos - 87	pág. 18
Quadro 2 - Conflitos 87: Estados e Regiões	pág. 20
Quadro 3 - Quadro comparativo: 1985-86/87	pág. 22
Quadro 4 - Conflitos de Terra 87	
Quadro 5 - Conflitos de terra 87 (dados gerais e violência contra a pessoa)	pág. 24
Quadro 6 - Violência contra a posse-propriedade) (Violência das Polícia nos conflitos de Terra	pág. 26
Quadro 7 - Violência dos Pistoleiros nos conflitos de Terra	pág. 28
Quadro 8 - Atuação da Igreja e das Entidades Cívicas e Sindicais	Pág. 30
Quadro 9 - Assassinatos	Pág. 32
Quadro 10 - Tentativas de assassinato	pág. 34
Quadro 11 - Ameaçados de morte	pág. 41
Quadro 12 - Casos de Tortura	pág. 45
Quadro 13 - Bóias Frias mortos em acidentes	pág. 52
Anexos	pág. 54
Anexo 1 - Estrutura Fundiária	pág. 57
Anexo 2 - Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA)	pág. 58
Anexo 3 - Balanço do PNRA - 1985/87	pág. 60
Anexo 4 - Gráfico das áreas desapropriadas	pág. 61





Comissão
Pastoral da Terra



Brasil/88

Osório Camargo

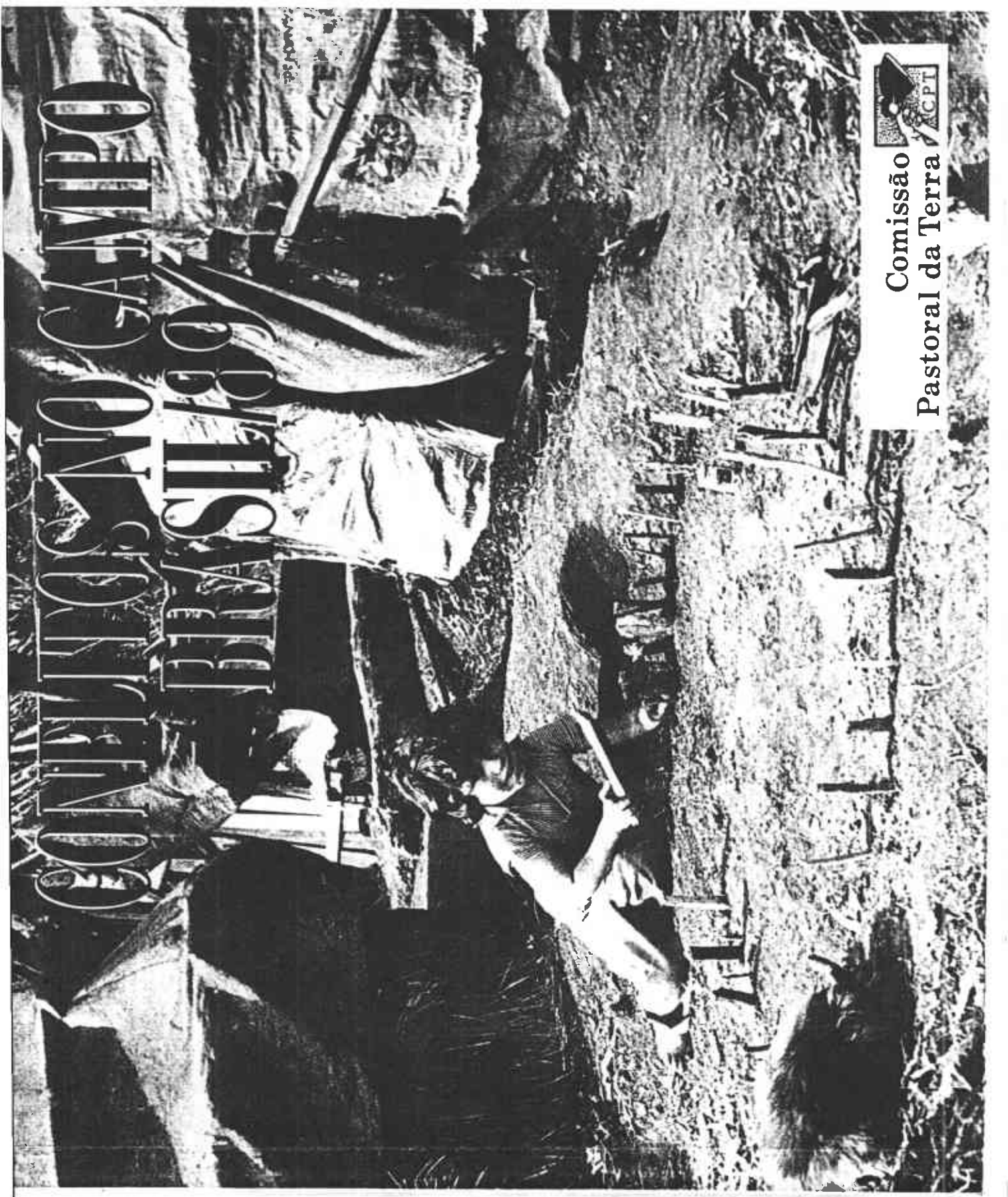
ÍNDICE

Apresentação	Pág. 7
Nossos Critérios de Trabalho	Pág. 8
Violação nos Conflitos de Terra por Regiões	Pág. 10
Conflitos no Campo	Pág. 11
Julgamentos acontecidos em 1988	Pág. 14
Reforma Agrária: Condições para a Democracia	Pág. 16
Quadro Geral dos Conflitos	Pág. 17
Quadro Geral das Questões	Pág. 17
Estados e Regiões	Pág. 18
Quadros Comparativos (de 1985 a 1988)	Pág. 19
Quadro dos Conflitos de Terra	
Violência Contra a Pessoa	Pág. 22
Violência Contra a posse/Propriedade	Pág. 24
Panorama dos estados por Regiões; Um Comentário	Pág. 25
As ocupações de Terra	Pág. 43
Relações das Ocupações de Terra em 1988	Pág. 45
Amazônia Legal	Pág. 47
Os Povos da Floresta: Índios, seringueiros e Possesiros	Pág. 48
Assassinatos no Campo	Pág. 50
Tentativas de Assassinato	Pág. 53
Ameaçados de Morte	Pág. 55
Casos de Trabalho Escravo	Pág. 58
Bóias - Frias Mortos	Pág. 59
Listagem dos Conflitos de 1988	Pág. 60
Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA)	Pág. 78

CONTIROS NO CAMPO BRASIL



Comissão
Pastoral da Terra



INDICE

Iª PARTE - O GOVERNO TRAIU OS TRABALHADORES DO CAMPO

1 - A falsa pacificação no campo	7
1.1 - Pacificação forçada	8
1.2 - Perfil da violência em algumas regiões em 1989	8
2 - Mecanismos de controle	9
2.1 - Desapropriações: burocracia, omissão, cansaço	9
2.2 - Repressão policial	10
2.3 - Milícias particulares	11
2.4 - Os recuos da UDR	11
3 - Características da violência	12
3.1 - Autoridade arbitrária	12
3.2 - Guerra de Baixa Intensidade e falsa informação	13
3.3 - Violência seletiva: "para quebrar os espinhos mais fortes"	13
3.4 - Violência generalizada	13
4 - Poder Judiciário	15
4.1 - Impunidade, morosidade, conivência	15
4.2 - Defesa do direito ou do abuso da propriedade?	15
4.3 - Algumas vitórias	17
5 - A reforma agrária na contramão da história	18
5.1 - Equívocos do PNRA	18
5.2 - Equívocos das Forças Progressistas	19

IIª PARTE - A DEFESA DA VIDA E A LUTA PELA TERRA

1 - Ocupações	22
1.1 - Criando o direito negado	22
1.2 - Conquista da terra: uma iniciativa popular	22
1.3 - Espírito Santo: a força da solidariedade	23
2 - Participação da mulher na luta do campo	25
2.1 - As crianças	26
2.2 - Viúvas e órfãos	26
2.3 - Mulher sindicalizada	26
2.4 - Mulher boiafria	26
2.5 - Esperança de mudar	27
3 - Assalariados rurais: um desafio às organizações	27

4 - Luta pela terra e defesa da Amazônia	28
4.1 - Conquista da terra	29
4.2 - Dominação das águas	29
4.3 - Sujeição da floresta	29
4.4 - Requisitos duma defesa do meio ambiente	30

IIIª PARTE - PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

1 - Conflitos e Igrejas	34
1.1 - As Igrejas dentro dos conflitos	34
1.2 - A fé no meio do conflito	34
2 - O movimento Sindical: nossas lideranças devem viver	35
3 - Solidariedade	36

QUADROS:

1 - Quadro Geral dos Conflitos em 1989	37
2 - Quadro Geral das Questões em 1989	37
3 - Quadro Comparativo dos Conflitos (de 1985 a 1989)	37
4 - Quadro Comparativo das Questões (de 1985 a 1989)	38
5 - Brasil 89: Estados e Regiões	38
6 - Conflitos de Terra em 1989 (Violência contra a pessoa)	39
7 - Conflitos de Terra em 1989 (Violência contra posse-propriedade)	40
8 - Relatório das Ocupações de Terra em 1989	41
9 - Assassinatos em 1989	44
10 - Vítimas de Tentativas de Assassinatos em 1989	47
11 - Ameaçados de Morte em 1989	49
12 - Casos de Trabalho Escravo em 1989	55
13 - Mortes de Bóias-Frias em 1989	56
14 - Bóias-Frias Feridos em 1989	56

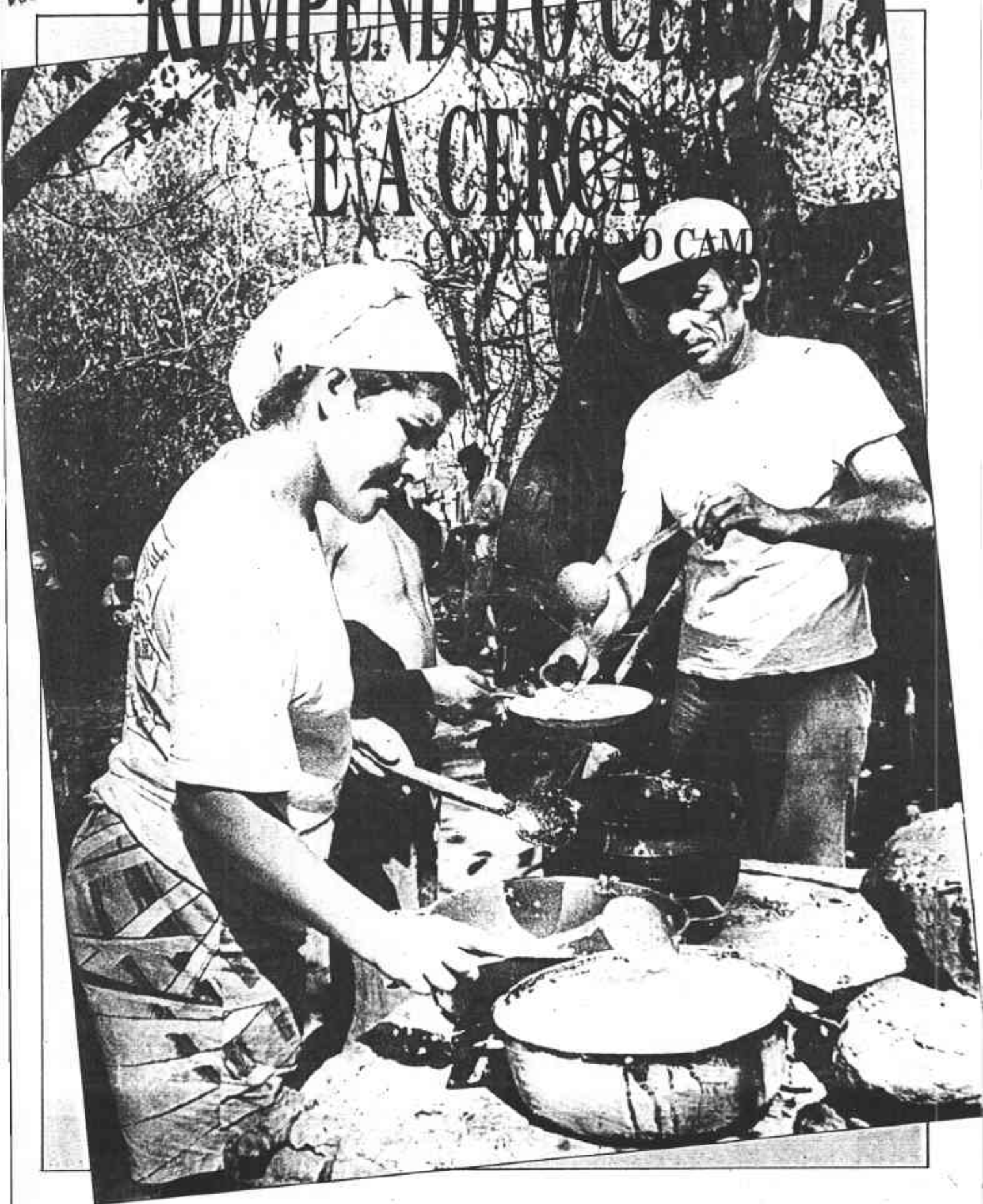
ANEXOS:

1 - PNRA 1985-1989: Metas e Realizações
2 - Gráfico: Metas e Realizações (1985-1989)
3 - Histogramas Comparativos: Conflitos de Terra e Projetos da Reforma Agrária em Execução nos Estados do PA, BA, MA, MT.
4 - Julgamentos de 1964 a 1990
5 - Fontes utilizadas em nossa pesquisa

Documentação
COMISSÃO PASTORAL DA TERRA
Caixa Postal, 740
Fone: 001-970 - Goiânia

ROMPENDO O CERCO

É A CERCA QUE MANTÉM O CAM



Violência nos conflitos de terra por regiões.....	3
1 - A luta pela terra e luta pela liberdade.....	5
2 - A falsa pacificação no campo.....	6
A saga dos acompados.....	7
Alagoas.....	8
Quadro: Conflitos de terra - 1989.....	8
3 - A violência no campo - 1989.....	9
Leme (SP).....	10
Bahia de Todos os Santos e de muitos conflitos.....	11
4 - A mulher e a violência no campo.....	12
“Cansados de esperar querem terra”.....	14
5 - A defesa da vida e a luta pela terra.....	15
A história dos trabalhadores da Fazenda “São João dos Carneiros”.....	16
Búfalos (MA).....	18
6 - Os povos da floresta: guardiãs da Amazônia.....	19
7 - Assalariados rurais: uma classe que se organiza.....	22
8 - A firmeza da fé na luta pela terra.....	24
Metas e realizações do PNRA (1985-89).....	26
Quadro: PNRA - metas e realizações - 1985 a 89.....	27
Quadro Comparativo: Conflitos de 1985 a 89.....	28
Gráficos:	
Vítimas de ferimentos graves.....	29
Vítimas de prisões ilegais.....	29

ESPINHOSO CAMINHO *para a* LIBERDADE

CONFLITOS NO CAMPO — 1990



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

I — CONQUISTA DE TERRA E CIDADANIA

1. No conflito, os pobres transformam a sociedade
2. Luta pela terra
3. Luta pelo valor do trabalho
4. Luta pelo trabalho livre
5. Direito ao preço do produto do trabalho
6. Luta pelo uso da água
7. Luta pelo direito de viver
8. A revolução subversiva e silenciosa da mulher

II — A PRIVATIZAÇÃO DO ESTADO E A VIOLÊNCIA NO CAMPO....

1. O Brasil Novo e a privatização do Estado
2. A modernidade no atoleiro
3. A "modernização" contra a agricultura informal
4. A seca, instrumento de dominação

III — O PODER JUDICIÁRIO E OS CONFLITOS NO CAMPO

1. A (in)justiça para os pobres do campo
2. O Judiciário: sua finalidade, composição e funcionamento
3. Os conflitos no campo e a mediação da lei
4. Para os pobres, o Direito Penal
5. O Direito Penal e os julgamentos em 1990
6. Assassinatos no campo: crime e impunidade
7. Onde estão os condenados?

IV — A FÉ CRISTÃ ILUMINA E REFORÇA A LUTA

1. A fé camponesa
2. A "fé" dos mercenários
3. As Igrejas e o sofrimento dos lavradores
4. Romarias da Terra
5. Pastoral da Terra

V — SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL

QUADROS:

1 — Quadro comparativo — Conflitos no campo (85-90)	4
2 — Brasil 90: Estados e Regiões (IBGE)	4
3 — Conflitos de Terra 1990 — Violência contra a pessoa	4
4 — Conflitos de Terra 1990 — Violência contra a propriedade	4
5 — Ocupações de terra em 1990	4
6 — Assassinatos em 1990	4
7 — Tentativas de assassinato	4
8 — Ameaçados de morte em 1990	5
9 — Casos de trabalho escravo em 1990	5
10 — Mortes de bóias-frias em 1990	5
11 — Bóias-frias feridos em 1990	5
12 — Assentamentos no Mato Grosso do Sul	5

MAPAS:

1 — Conflitos de terra por regiões em 1990	4
2 — Ocupações de terra no Brasil (1990)	2
3 — Concentração Fundiária por regiões (IBGE)	3

ANEXOS:

1 — Ocupações de terra (1987-1990)	59
2 — Gráfico: Concentração fundiária (IBGE)	59
3 — Estrutura fundiária (IBGE)	60
4 — Concentração fundiária por regiões (IBGE)	61
5 — Fontes de pesquisa	62
6 — Nossos critérios de trabalho	64

CONFLITOS NO CAMPO BRASIL 90

É uma responsabilidade do Secretariado Nacional da CPT

Setor de Documentação

Caixa Postal 749

74.001 Goiânia-GO, Brasil

Telefone(062) 223-4039 — 224-4436

Telefax (062) 225-4967

A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA é um organismo ligado à Linha 6 — Pastoral Social — da CNBB. Tem como objetivo central "interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham em função dos homens sem terra e dos trabalhadores rurais" (Conclusão n 1 do Encontro de Goiânia sobre Terra e Migrações na Amazônia Legal, junho de 1975).

Goiânia, abril de 1991

Foto da capa de J.R. Ripper/ Imagens da Terra

AGRADECIMENTOS

Esta é uma publicação elaborada pelo conjunto do Secretariado Nacional da CPT (Assessoria e Setor de Documentação), com a colaboração direta dos Regionais da CPT. Agradecemos a colaboração especial de:

- Movimento de Leigos para a América Latina (MLAL), pela colaboração de Luciano Fazio na programação e processamento de dados.
- Antônio Carlos Moura, pela revisão final do texto.
- INESC, pelo levantamento de dados oficiais.
- Imagens da Terra — pelas fotografias cedidas.

Comissão Pastoral da Terra
Conflitos no Campo — Brasil/1991



**TERRA, ÁGUA E PAZ:
Viver é um direito!**

Documentação
COMISSÃO PASTORAL DA TERRA
 Caixa Postal, 749
 14001-070 - Goiânia - Goiás
 B. V. A. 813

SUMÁRIO

Dedicatória	3
História do Cerrado	4
Apresentação	5
"Até quando, Senhor..."	6
I. MOVIMENTOS NO CAMPO: A PALAVRA E A AÇÃO DOS TRABALHADORES	
1. O vaivém da juventude	8
2. As romarias da terra	8
3. A reconquista da terra	10
3.1 A luta pela legitimidade da posse	10
3.2 Lutas pelas terras devolutas usurpadas	11
3.3 A derrubada das cercas	14
3.4 Movimento dos Sem-Terra	15
3.5 Lutas dos atingidos por barragens	15
4. A luta por novas leis	17
5. Mulher — a dor e a coragem	18
6. Solidariedade	19
II. TRABALHADORES, TERRA E MEIO AMBIENTE	
1. Introdução	22
2. As lutas populares e a preservação da Amazônia	22
2.1 Preservação da Amazônia sem os amazônidas?	22
2.2 A pesca predatória e as comunidades ribeirinhas	23
2.3 A busca de autodeterminação	24
3. Maranhenses defendem campos naturais	25
4. Educação ambiental	26
5. Agricultura ecológica	27
6. Ecologia e agrotóxicos	28
7. Seca no Nordeste	29
III. A PEDAGOGIA DO TERROR	
1. Introdução	32
2. Terrorismo e violência contra as pessoas	36
3. Golpear os aliados: isolar trabalhadores	41
4. Onde a violência golpeia mais forte	41
5. Judiciário: espaço de privilegiados	42
5.1 Júris: desponta uma esperança	43
IV. A ESCRAVIDÃO DOS TRABALHADORES	
1. Introdução	47
2. A situação nos últimos quatro anos	50
3. Onde o trabalho escravo é mais utilizado	50
4. A atuação do Estado	50
V. O ESTADO NEOLIBERAL: PRÊMIO E CASTIGO	
1. Introdução	55
2. O "efeito tesoura" da política	55
3. A reforma agrária na TV	56
4. A tragédia da migração forçada	57
5. Comércio internacional de alimentos: "Faça o que eu digo, não o que eu faço"	58
6. Receituário da dependência	58

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

CAMPO BRASIL '92

CONFLITOS NO

LUTA E SONHO NA TERRA



COMISSÃO
PASTORAL
DA TERRA



Edições Loyola

ÍNDICE

I. O CAMPO BRASILEIRO EM 1992	
1. O Conflito pela Terra	6
2. A Luta pela Vida e pelo Direito de Ser Cidadão	8
3. A Infâmia da Escravidão	9
4. A Luta pela Terra e a Construção da Cidadania	10
II. PROPRIEDADE DA TERRA: UMA HISTÓRIA DE VIOLÊNCIA	
1. Luta pela Terra é Luta pela Cidadania	12
2. Viver na Terra: a Teimosia do Povo	19
III. A REFORMA AGRÁRIA E O ESTADO: OMISSÃO E CONVÊNCIA	
1. O Judiciário: seu Papel, Responsabilidades e Ações	31
2. A Polícia Militar e a Luta pela Terra	33
3. CPI da Violência no Campo: um Relato da Violência Praticada pelo Estado contra os Empobrecidos no Meio Rural	35
4. O Governo Federal e a Questão da Terra	36
Conclusão	38
IV. TRABALHO NO CAMPO: LUTA PELA LIBERDADE E DIGNIDADE	
1. O Trabalho Escravo no Brasil	40
2. O Trabalho Assalariado	45
3. Conclusão	47
Migrações no Brasil	47
Conclusão	50
V. ECOLOGIA: LUTA PELA CIDADANIA E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	
1. A ECO-92 e Fórum Global: o Mundo e a Ecologia	52
2. Políticas Governamentais e Ecologia	53
3. Iniciativas Populares e a Participação da Sociedade Civil	58
Conclusão	63
Os Direitos dos Povos Indígenas Devem Ser Respeitados	64
VI. SOLIDARIEDADE À LUTA PELA TERRA	
1. Lavradores Solidários — Raízes da Luta	68
2. Quinze Anos de Romarias da Terra	70
3. As Igrejas e os Dramas da Humanidade	71
4. Igrejas dos Sofredores	71
5. Solidariedade Urbana às Lutas Camponesas	72
6. Solidariedade Internacional	73
Conclusão	75
Fontes de Pesquisa	91
Siglas	93
CPT no Brasil	94
Comissão Pastoral da Terra	95

ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS

TABELAS

1. Conflitos no Campo — Quadro Comparativo (1989-1992)	75	2. Violência Contra a Pessoa — Quadro Comparativo (1989-1992)	6
2. Conflitos no Campo 1992 — Violência Contra a Pessoa	76	3. Conflitos Pela Terra — Comparativo por Região (1989-1992)	7
3. Conflitos Pela Terra 1992 — Violência Contra a Posse e Propriedade	77	4. Ocupações de Terra em 1992 — Por Região	8
4. Trabalho Escravo em 1992	78	5. Ocupações de Terra — Quadro Comparativo (1989-1992)	8
5. Ocupações de Terra em 1992	78	6. Trabalho Escravo 1992 — Por Região	9
6. Assassinatos no Campo em 1992	80	7. Trabalho Escravo — Quadro Comparativo (1989-1992)	10
7. Tentativas de Assassinatos em 1992	82	8. Conflitos Pela Terra — Assassinatos de 1989 a 1992 — Comparativo e Por Região	18
8. Ameaçados de Morte em 1992	84	9. Brasil: Concentração Fundiária — Censo Agropecuário do IBGE (1985)	30
9. Mortes por Acidentes em 1992	89	10. Trabalho Escravo — Pessoas Escravizadas (1989-1992)	40
10. Mortes de Bóias-frias em 1992	89	11. Trabalho Escravo — Quadro comparativo (1989-1992)	41
11. Índios Assassinados em 1992	90		

GRÁFICOS

1. Conflitos no Campo — Assassinatos de 1989 a 1992 — Comparativo e Por Região	6
--	---



**CONFLITOS
NO CAMPO
BRASIL 93**



COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

ÍNDICE

Capítulo I - Visitação ao País da fome: O Campo Brasileiro em 1993	8		
1. A mula que Gaspar montava retornou selada e sozinha	10		
2. "Mãe, faz um pão..."	11		
Invasão de terra é causa da violência contra índios no Brasil	18		
Capítulo II - O Poder Judiciário e os Conflitos no Campo	20		
1. Os conflitos possessórios	22		
2. O fechamento do Judiciário	23		
3. A Justiça Criminal	23		
Capítulo III - "Onde o Diabo bota Ovo"	26		
1. As denúncias e a ação do Estado	28		
2. O Ministério do Trabalho	28		
3. A Lei de Reforma Agrária e o trabalho escravo	29		
4. O Legislativo	29		
5. A Polícia e a Justiça	30		
6. A atuação da CPT	30		
Capítulo IV - Ação Pastoral da CPT	32		
1. Lutar no resgate da esperança	33		
2. Fortalecer a luta pela terra e na terra	33		
3. CPT e as Romarias da Terra	33		
3.1. Lugar privilegiado para rezar e celebrar	34		
3.2. Espaço de alimento da esperança	34		
3.3. Momento de tomada de consciência	34		
		3.4. Momento de animar o compromisso e a missão	34
		3.5. Momento da prática da solidariedade	34
		3.6. O sonho sob as luzes de Canudos	34
		4. A CPT, presença e compromisso	35
		5. A CPT no cotidiano dos trabalhadores	35
		6. Visão integral na Ação da CPT	36
		7. Atuação da CPT nos conflitos no campo	37
		7.1. Motivações da ação da CPT	37
		Tabelas:	
		Violência contra a pessoa	39
		Violência Contra posse e propriedade	40
		Quadro geral comparativo	9
		Gráficos:	
		Violência contra a pessoa	10
		Ocupações de terra	12
		Violência contra posse e propriedade	22
		Trabalho escravo	27
		Listas:	
		Ocupações de Terra em 1993	41
		Assassinatos no Campo em 1993	43
		Tentativas de Assassinatos em 1993	44
		Ameaçados de Morte em 1993	46
		Casos de trabalho escravo	31
		Fontes de Pesquisa	51
		CPT no Brasil	53
		Comissão Pastoral da Terra	55

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA
Rua 19 n°. 35 1. Andar Ed. D. Abel Centre
74030-090 - Goiânia - GO

CONELITOS NO CAMPO



BRASIL 94



COMISSÃO PASTORAL DA TERRA



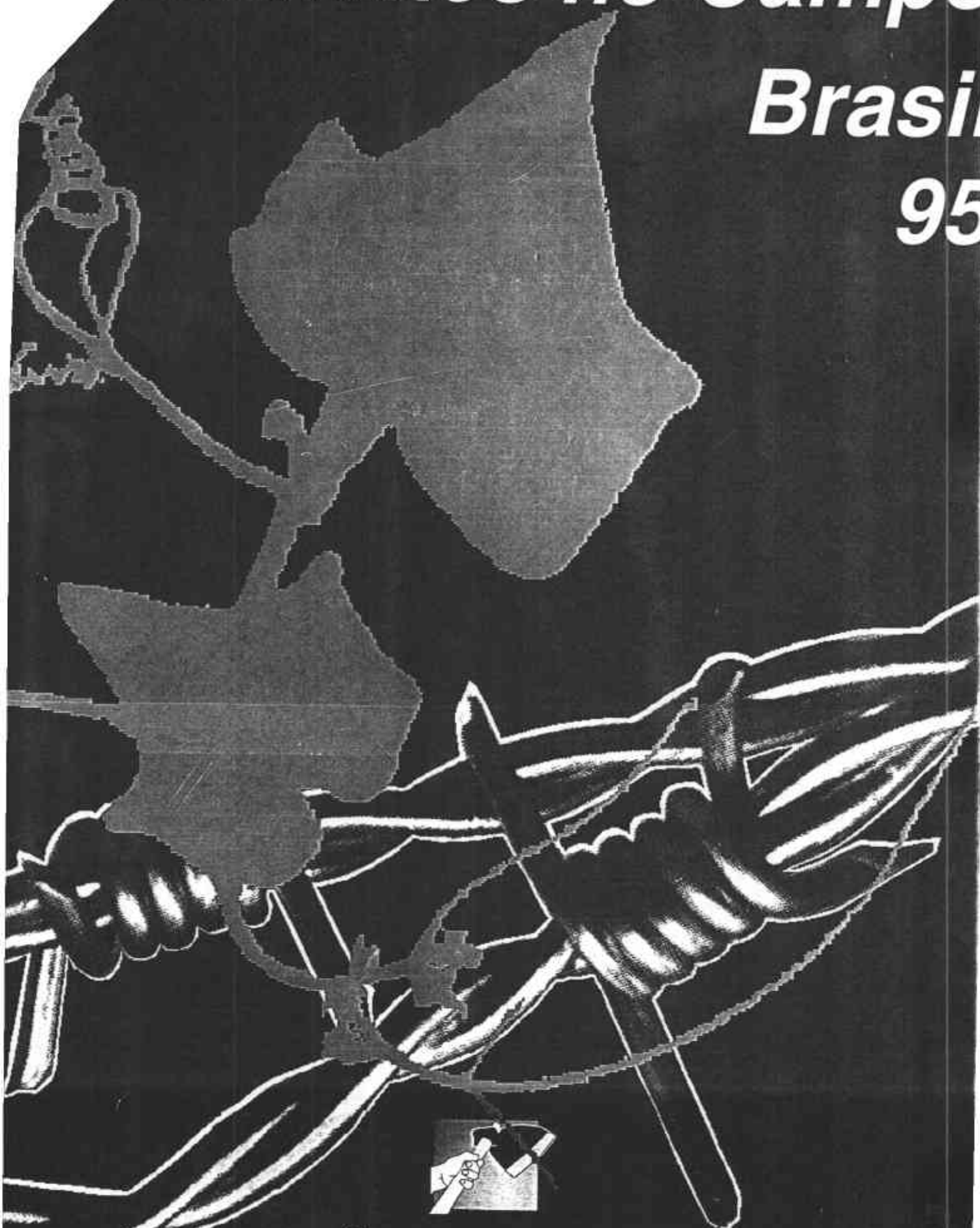
Índice

Apresentação	5	6. A educação a serviço da cidadania	36
Capítulo 1 - A violência nossa de cada dia	6	7. Grito da Terra Brasil: contra a fome e a miséria - pelo emprego	36
1. Quantos foram desta vez?	9	Sementes de um novo Projeto na Terra	37
Crueldade Calculada	12	Romaria da Terra faz o povo reunir	39
A UDR acabou?	13	Mapa:	
Plantar para não colher? ou Para que serve uma enxada?	14	Rota da escravidão	23
O ouro e o choro	16	Tabelas:	
A vez na terra pode ser a vez da morte	17	Quadro geral comparativo	8
Estranhas ocupações e grupos de extermínio	17	Violência contra a Pessoa	9
Para concluir	19	Violência contra Posse e Propriedade	10
Crônica de muitas mortes anunciadas	20	Gráficos:	
Capítulo 2 - Os escravos no Brasil	22	Trabalho escravo - nº de casos	26
1. Rota da escravidão	24	Trabalho escravo - nº de pessoas escravizadas	27
2. Violência	24	Ocupações de Terra	11
3. "Sem fantasia"	26	Listas:	
4. Ações e omissões	27	Casos de Trabalho Escravo - Brasil 1994	31
4.1. No exterior	27	Violência contra a Pessoa	40
4.2. No Brasil	28	Violência contra Posse e Propriedade	41
5. Diferenças e exoneração	29	Ocupações de Terra	43
6. Campanha contra o trabalho escravo	30	Assassinatos no Campo - Brasil 1994	47
Trabalho Escravo no Mato Grosso do Sul	32	Tentativas de Assassinatos - 1994	49
Capítulo 3 - Cidadãos da Terra: lutas, sonhos e projetos	33	Ameaçados de Morte - 1994	51
1. Quando o sonho vira realidade	34	Fontes de pesquisa 1994	61
2. Negro entouou ...	34	CPT no Brasil	63
3. A união faz a força	35	Comissão Pastoral da Terra	65
4. A luta dos Ribeirinhos pela preservação da região amazônica	35	Nossos Critérios de Trabalho	66
5. "Se Deus quiser, vou contar uma história"	36	Expediente	68

Conflitos no Campo

Brasil

95



COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Índice

Apresentação	3
Volta ao campo das colheitas	4
Para não esquecer Corumbiara	6
Justiça à moda dos coronéis	10
Justiça para o Campo	12
Trabalho escravo	13
Trabalho infantil	17
Crescem as ocupações	20
A reforma agrária que deu certo	22
Solidariedade na luta	24
Mulheres do campo	25
Suicídio pela terra	27
Zumbi: 300 anos de rebeldia	27
Nossos critérios de trabalho	45
Fontes de pesquisa - 1995	47
Comissão Pastoral da Terra	49
CPT no Brasil	50
Expediente	52
Tabelas:	
Conflitos no campo (quadro comparativo 1991- 1995)	7
Violência contra a pessoa	11
Violência contra a posse e a propriedade	11
Gráficos:	
Violência contra a pessoa	8
Violência contra a posse e a propriedade	9
Trabalho Escravo - número de pessoas	13
Trabalho Escravo - número de casos	13
Ocupações de terra - número de família	20
Ocupações de terra - número de ocupações	20
Listas:	
Casos de Trabalho Escravo no Brasil - 1995	17
Ocupações de terra - 1995	29
Assassinatos no campo - 1995	34
Tentativas de assassinatos - 1995	37
Ameaçados de morte - 1995	39